

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL

FACULDADE DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS

GIULIA RIBEIRO BARÃO

**A DIPLOMACIA CULTURAL NA POLÍTICA EXTERNA DO GOVERNO LULA:
UM NOVO PROJETO DE DESENVOLVIMENTO NACIONAL (2003-2010)**

Porto Alegre

2012

GIULIA RIBEIRO BARÃO

**A DIPLOMACIA CULTURAL NA POLÍTICA EXTERNA DO GOVERNO LULA:
UM NOVO PROJETO DE DESENVOLVIMENTO NACIONAL (2003-2010)**

Trabalho de conclusão submetido ao curso de Graduação em Relações Internacionais, da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como quesito parcial para a obtenção do título de bacharel em Relações Internacionais.

Orientador: Prof. Dr. André Luiz Reis da Silva

Porto Alegre

2012

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, agradeço aos meus pais, Marcia e Gustavo, que me ensinaram desde cedo o valor da honestidade, da perseverança e, sobretudo, do amor; e ao meu irmão, Kim, um exemplo de empenho e sensibilidade. Não poderia deixar de mencionar meus avós maternos, Maria Flora, que me ensinou a escrever antes mesmo da escola, e meu avô, Aldo, a quem devo muito do meu gosto pela escrita e pela poesia. Tive a sorte de nascer em uma família cheia de professores e leitores que me estimularam desde pequena pelo caminho do estudo.

Este ano foi marcado por encontros e reencontros com pessoas muito especiais. Começo citando os meus colegas do Grupo Experimental de Dança de Porto Alegre, com quem partilhei momentos intensos, dos quais obtive o fôlego e a vontade de crescer que me conduziram ao longo de 2012. Agradeço aos amigos de todas as horas, que estiveram comigo desde o colégio e na faculdade e a quem devo grande parte do que sou. Agradeço especialmente ao amigo Airton, por sua coragem e sua capacidade de escuta; a Elena e Nathassia, que são fontes infinitas de beleza e amor; Larissa, Gisele e Luiza, os grandes presentes que a UFRGS me deu, e Fred, um companheiro e apoiador incansável. Costumo dizer que levo comigo um pedacinho de todas as pessoas que passaram na minha vida, e que devo a elas, portanto, o meu crescimento. Queria ter espaço para citar o nome de todos os que estão presentes na minha memória, mas seria injusto esquecer alguém. Deixo aqui o reconhecimento silencioso.

Devo a UFRGS muitas das portas que foram abertas nos últimos quatro anos da minha vida. Os professores e colegas foram parte fundamental de um aprendizado que só se constrói pela partilha. Muito tenho a agradecer ao Professor Luiz Faria, meu orientador de pesquisa na iniciação científica e grande companhia para boas horas de conversa. Ao Professor André Reis, orientador desse trabalho, mestre querido das cadeiras de PEB, que certamente me ajudaram a persistir no curso e encontrar a área de pesquisa que mais me encanta. Impossível esquecer as pessoas que conheci durante o estágio no Departamento de Difusão Cultural da UFRGS, que me fizeram ver o desafio apaixonante que pode ser lidar com a extensão universitária. Mesmo com todos os problemas que marcam o ensino público no Brasil, eu não poderia ser mais grata e orgulhosa de ser aluna UFRGS, e de ter tido a oportunidade realizar além do estudo, atividades de pesquisa e extensão, as quais certamente contribuem para uma formação mais atenta à realidade social.

*“Você tem sede de quê?
Você tem fome de quê?”*

*A gente não quer só comida
A gente quer comida
Diversão e arte
A gente não quer só comida
A gente quer saída
Para qualquer parte”*

(Titãs)

*“Chegou a hora dessa gente bronzeada
mostrar seu valor.”*

(Novos Baianos)

RESUMO

Construiu-se ao longo do século XX a compreensão partilhada por acadêmicos, diplomatas e governantes, de que a política externa brasileira (PEB) é e deve servir como instrumento de promoção do desenvolvimento nacional. Com base nesse pressuposto, constitui-se uma ampla bibliografia nacional com perspectivas holísticas, que buscam na combinação de determinantes domésticos e internacionais as explicações para os modelos de desenvolvimento nacional e as estratégias de inserção externa escolhidas pelos governos ao longo da história da PEB. Nesse acumulado histórico do pensamento brasileiro, contudo, a dimensão cultural das relações internacionais é a grande ausente. Esse trabalho se propõe a mapear o lugar dado à cultura nos projetos de desenvolvimento nacional sobre os quais estiveram fundados os diversos paradigmas da política externa brasileira e demonstrar a com base na análise diacrônica que a partir da primeira década do século XXI há uma mudança de perspectiva. Convergem nessa década, processos internacionais - como a emergência da economia da cultura e a potencialidade conflitiva das diferenças culturais - e nacionais - como a ascensão de um governo com agenda de reforma social - favoráveis ao fortalecimento da diplomacia cultural brasileira. A cultura surge então, pela primeira vez na história do país, como uma dimensão central do projeto de desenvolvimento nacional, o que se expressa na política internacional através da construção de um discurso baseado na defesa e promoção da diversidade cultural e pela expansão das iniciativas de diplomacia cultural nos relacionamentos bilaterais e multilaterais do Brasil.

Palavras-chave: Diplomacia cultural. Paradigmas da política externa brasileira. Projeto de desenvolvimento nacional.

ABSTRACT

During the 20th century a consensus has been formed among diplomats, scholars and policy makers about the nature of Brazilian foreign policy as an instrument for the promotion of national development. On that basis, a wide national literature with holistic approaches was produced, seeking to explain through the analysis of continuity and change dynamics the different models of national development and international insertion chosen by the governments throughout History. In this wide literature, however, there is no space for the cultural dimension of international relations. This paper seeks to outline the place granted to culture in Brazilian national projects of development constituting each one of the Brazilian foreign policy paradigms, in order to demonstrate that during the first decade of the 21st century the traditional approach begins to change. International processes – as the emergence of Cultural Economy and the potential conflicts originated from cultural differences – and national ones – as the rising of a government elected on the basis of social reform – that are favorable to the ripening of Brazilian cultural diplomacy come together in this decade. Culture appears, for the first time in Brazilian history, as a key dimension in the national project of development, what gains expression in international policy through the cultural diversity discourse and through the expansion of cultural diplomacy initiatives in Brazilian bilateral and multilateral relations.

Keywords: Cultural diplomacy. Brazilian foreign policy paradigms. National project of development.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	7
2 CULTURA E DIPLOMACIA CULTURAL NO SÉCULO XXI E O PENSAMENTO BRASILEIRO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS.....	11
2.1 A diplomacia cultural e as relações internacionais no século XXI.....	11
2.2 Diplomacia cultural: conceito, atribuições e novos desafios.....	18
2.3 O pensamento brasileiro de relações internacionais e a necessidade de reverter o quadro de exclusão da dimensão cultural das análises de política externa brasileira....	23
3 O LUGAR CONCEDIDO À CULTURA NOS PARADIGMAS POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA.....	34
3.1 O paradigma liberal-conservador e os primeiros passos da cultura brasileira e da identidade nacional (1808 –1930).....	35
3.2 A cultura sob controle estatal no paradigma nacional-desenvolvimentista: a compreensão economicista do desenvolvimento nacional e a propaganda oficial (1930 -1990).....	44
3.3 Diplomacia cultural e mercado: ensaio de um novo projeto de desenvolvimento nacional durante a vigência do paradigma neoliberal (1990 – 2002).....	60
4 A DIPLOMACIA CULTURAL NA POLÍTICA EXTERNA DO GOVERNO LULA DA SILVA: A SERVIÇO DE UM PROJETO ABRANGENTE DE DESENVOLVIMENTO NACIONAL (2003 - 2010)	67
4.1 Linhas gerais da política externa dos Governos Lula da Silva.....	67
4.2 A diplomacia cultural na política externa do Governo Lula e o novo projeto de desenvolvimento nacional.....	72
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	94
REFERÊNCIAS.....	97

1 INTRODUÇÃO

Construiu-se ao longo do século XX a compreensão partilhada por acadêmicos, diplomatas e governantes, de que a política externa brasileira (PEB) é e deve servir como instrumento de promoção do desenvolvimento nacional. Assim sendo, as diferentes fases da política externa podem ser compreendidas como agrupamentos de governos que tinham aproximadamente as mesmas respostas para as perguntas “O que significa o desenvolvimento nacional?” e “Qual a melhor estratégia para buscá-lo?”. Essas questões serão confrontadas pelos formuladores e executores da política externa de acordo com a sua percepção dos interesses nacionais, do papel que deve ser conferido ao Estado nessa empreitada e das condições de inserção externa oferecidas pela dinâmica vigente no sistema internacional (CERVO, 2008). As respostas obtidas serão, enfim, sintetizadas na estratégia de política externa considerada como a melhor opção dentre todas as possíveis, dadas as possibilidades do país. Em outras palavras, assume-se que a política externa é formulada conforme um jogo de dois níveis em que são determinantes tanto a dinâmica político-social doméstica, quanto a internacional. (PUTNAM, 2010).

Durante o Estado Novo, a barganha nacionalista da política externa de Getúlio Vargas frente aos Estados Unidos, principal polarizador das relações internacionais do país, foi determinante para a obtenção da indústria siderúrgica, considerada fundamental para o desenvolvimento nacional. No regime militar, o Governo Geisel constrói uma estratégia de inserção externa fundada sobre a diversificação de parcerias econômicas que procurava diminuir a dependência econômica frente aos parceiros desenvolvidos, sobretudo, os Estados Unidos, que continuava sendo o eixo externo a partir do qual se desenhavam as posturas internacionais do Brasil. São contextos históricos completamente diversos, mas em ambos os casos a política externa buscava dimensionar a importância estadunidense na colocação internacional do país, da maneira viável que melhor se prestasse à obtenção dos interesses nacionais, sintetizados na busca pelo desenvolvimento econômico baseado na industrialização do país. Além disso, no âmbito interno, considerava-se que só um Estado forte, com ampla capacidade de influência em todos os setores da vida nacional, é capaz de garantir a consecução das metas de desenvolvimento.

Não obstante as diferenças entre os contextos históricos de cada um dos exemplos citados, ambas as estratégias de política externa são agrupadas sob a moldura conceitual do paradigma nacional-desenvolvimentista, devido às coincidências entre suas perspectivas sobre o papel do Estado, os interesses nacionais e a estratégia de inserção externa. A teoria dos

paradigmas da política externa brasileira proposta por Amado Cervo (2008) é uma perspectiva holística que pretende compreender os aspectos estruturantes das diferentes estratégias de inserção internacional do país ao longo de sua história, procurando identificar elementos de continuidade e mudança que permitam delimitar períodos longos em que as soluções encontradas por diferentes governos para a função da política externa no projeto de desenvolvimento nacional sejam semelhantes.

A fraqueza da teoria paradigmática é a mesma que permeia toda a bibliografia nacional sobre relações internacionais. Isto é, a patente exclusão do “elemento psicossocial ou cultural” de análise (CERVO, 1992), dado o foco dos trabalhos no eixo essencialmente político-econômico, fazendo da diplomacia cultural a grande ausente na bibliografia nacional da área. (SUPPO, 2003). O presente trabalho, portanto, utiliza a periodização paradigmática da PEB, procurando acrescentar na análise de cada período o papel conferido à cultura, e especificamente à diplomacia cultural, no projeto de desenvolvimento nacional.

Parte-se do pressuposto de que no período de vigência dos dois mandatos do Presidente Lula da Silva, isto é, a primeira década do século XXI, o sistema internacional passou por transformações que favorecem a emergência da dimensão cultural das relações internacionais. Sendo assim, é de se esperar que os formuladores da política externa brasileira do período levem em conta esse fator na elaboração do projeto de desenvolvimento nacional e no desenho da estratégia de inserção externa brasileira. Com base nesse pressuposto, a pergunta de pesquisa fica assim delimitada: “Se houve, quais são as mudanças no papel designado para a cultura e a diplomacia cultural no projeto de desenvolvimento nacional do Governo Lula com relação ao papel atribuído a essas dimensões nos períodos anteriores da política externa brasileira?”.

O primeiro capítulo destina-se à fundamentação teórica do trabalho, bem como a argumentação em torno do pressuposto de que a cultura emergiu como um dos principais temas das relações internacionais contemporâneas. O capítulo é dividido em três partes, na primeira são identificados os principais indicadores do crescimento das temáticas culturais nas discussões, conflitos e negociações internacionais. Num segundo momento, é apresentado o conceito de diplomacia cultural empregado no trabalho e as novas atribuições e desafios que se colocam para o setor diplomático cultural no cenário contemporâneo. Por fim, passa-se à revisão bibliográfica sobre tratamento conferido à diplomacia cultural pelo pensamento brasileiro de relações internacionais¹, a fim de argumentar que a tradicional exclusão desse

¹ Expressão utilizada por Amado Cervo (1992,2008), Antônio Carlos Lessa (2005), José Flávio Sombra Saraiva (2005) e outros, para se referir ao denso acervo bibliográfico de estudos das relações internacionais do Brasil e da política externa do país que se pautam por perspectivas analíticas semelhantes e que será

âmbito de análise compromete a compreensão holística da política externa brasileira, sobretudo no que se refere ao período contemporâneo, dada a centralidade da cultura nas relações internacionais.

No segundo capítulo, percorre-se a história da política externa brasileira, conforme a periodização paradigmática proposta por Amado Cervo (2008), buscando acrescentar à análise tradicional de cada período a função atribuída ou não à cultura e à diplomacia cultural para a implementação do projeto de desenvolvimento nacional. A contextualização histórica do nascimento e evolução da diplomacia cultural se faz necessária para uma leitura diacrônica e comparativa, que se completa com o terceiro capítulo, dedicado ao estudo da política externa do Governo Lula da Silva (2002 a 2010). Para esse panorama histórico utilizou-se bibliografia especializada oriunda tanto do meio acadêmico quanto do diplomático e governamental.

No primeiro capítulo, aponta-se a renovada importância da cultura tanto para as relações internacionais, no terceiro, constata-se o destaque dado pela gestão Lula às questões culturais no processo de reformulação do projeto de desenvolvimento nacional do Brasil. A emergência da cultura nas relações internacionais e a relevância dada à mesma para o projeto de desenvolvimento nacional são, portanto, fenômenos internacionais e domésticos sem precedentes que coincidem temporalmente na primeira década do século XXI. Nesse contexto, a política externa, como mediadora entre os cenários doméstico e internacional (OLIVEIRA, 2005; PODESTÁ, 2008) e como instrumento a serviço do desenvolvimento nacional, é um dos setores governamentais que sente com maior força o potencial dessas transformações. Sendo, enfim, as questões culturais os elementos primordiais dessas transformações, renovam-se as demandas à diplomacia cultural brasileira.

Para a enumeração de iniciativas de diplomacia cultural e a avaliação do papel dado à cultura no projeto de desenvolvimento nacional foi realizada pesquisa em fontes primárias. Foram consultados documentos oficiais do Ministério da Cultura – ligados a sua Secretaria de Relações Internacionais – e do Ministério das Relações Exteriores sobre a diplomacia cultural; a legislação nacional desde 2003, onde constassem as instituições relevantes criadas ou transformadas no período; os registros virtuais do Ministério das Relações Exteriores, como a Resenha de Política Exterior, onde se pôde obter a dimensão quantitativa e qualitativa das ações de diplomacia cultural levadas a cabo pelo Governo Lula e a listagem de tratados internacionais e de acordos de cooperação cultural assinados pelo Brasil no período em questão. Finalmente, encaminhamo-nos para a síntese da argumentação desenvolvida no

utilizado ao longo do trabalho com essa aplicação.

conjunto dos capítulos anteriores, conduzindo à resposta da pergunta de pesquisa e às demais reflexões conclusivas, reunidas sob o título de “Considerações Finais”.

2 CULTURA E DIPLOMACIA CULTURAL NO SÉCULO XXI E O PENSAMENTO BRASILEIRO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

2.1 Cultura e relações internacionais no século XXI

Não são poucos os estudos da área de Relações Internacionais que se utilizam do fim da Guerra Fria e dos atentados de 11 de setembro de 2001 como marcos temporais; isto é, como pontos de referência históricos para estabelecer o começo de novas tendências, oportunidades, riscos e expectativas do Sistema Internacional, estabelecendo através de um viés comparativo as mudanças e continuidades de um período ao outro.

Analogamente à história das relações internacionais, esses eventos também servem como marcos temporais da história intelectual da disciplina. Após a Guerra Fria, ademais dos temas clássicos oriundos da predominância da corrente realista - discussões sobre polaridade do sistema internacional, equilíbrio de poder, segurança, entre outros – e das novas linhagens teóricas da disciplina, multiplicaram-se produções intelectuais sobre os chamados *novos temas das relações internacionais* (VIGEVANI, 1994), como regimes, direitos humanos, meio ambiente, diversidade cultural e desenvolvimento sustentável, além de discussões cada vez mais interdependentes em economia e relações internacionais, interessadas pelos fenômenos de globalização econômica e desregulamentação financeira das décadas de 1980 e 1990.

Revertendo essa tendência, porém, no período que se sucedeu aos atentados a Nova York, em 2001, pôde-se observar a renovação das discussões securitárias motivadas pelo novo tipo de ameaça representado pelas redes terroristas e pela guerra cibernética. Paralelamente, as questões culturais vieram à tona ligadas a essas novas preocupações de segurança internacional. Na linha da teoria proposta por Samuel P. Huntington em “O Choque de Civilizações”, de 1993, os embates contemporâneos não seriam mais ocasionados por divergências políticas ideológicas ou econômicas, mas por diferenças culturais: concepções de mundo ou sistemas civilizacionais divergentes.

A identidade civilizacional vai ser cada vez mais importante no futuro. [...] Os conflitos mais significativos ocorrerão no limite que separa essas civilizações umas das outras. [...] Em primeiro lugar, as diferenças que separam as civilizações não são apenas reais, são fundamentais. Civilizações são diferenciadas umas das outras por suas histórias, línguas, culturas, tradições e, o mais importante, por suas religiões. As pessoas de civilizações diferentes têm visões distintas sobre as relações entre Deus e o homem, o indivíduo e o grupo, o cidadão e o Estado, entre pais e os filhos, marido e mulher, assim como visões diferentes sobre a importância relativa entre

direitos e responsabilidades, liberdade e autoridade, igualdade e hierarquia. [...] São diferenças muito mais importantes que as que encontramos entre ideologias e regimes políticos. (HUNTINGTON, 1993, p. 25)².

Não cabe aqui mencionar a extensa gama de críticas recebida pela teoria de Huntington, interessa, contudo, que na esteira do ataque que derrubou as torres do World Trade Center em Nova York, o cerne da argumentação do autor em 1993 pareceu ganhar validação empírica. A chamada Guerra ao Terrorismo foi associada perniciosamente a um embate entre o Ocidente e o Oriente, a uma oposição de forças entre a democracia liberal de uma civilização e o fundamentalismo religioso de outra. Essa é, sem dúvida, uma perspectiva reducionista e tendenciosa, que só nos serve de ilustração para os males que podem advir da tentativa de solucionar questões complexas com estereótipos, conceitos e respostas preconcebidas de ambas as partes em conflito, enquanto ao “'outro' negamos aquele mínimo de autonomia necessária para falar de si mesmo” (ROCHA, 1994, p. 8).

Esta é a crítica que aqui se faz fundamental: quanto ao tratamento dado às questões culturais. Essa dimensão é inserida como âmbito de análise, na medida em que se torna uma crescente fonte de instabilidade internacional: as diferenças culturais não passam de complicadores das relações internacionais, de elementos adicionais nas preocupações securitárias dos tomadores de decisão. Em ensaio sociológico, Gilles Lipovetsky (2002) argumenta que no período contemporâneo as duas principais demandas dos indivíduos em particular, e das sociedades em geral, são segurança e identidade. A produção acadêmica em Relações Internacionais, sobretudo com a supremacia da perspectiva securitária pós 11 de setembro, submete a segunda à primeira; isto é, só opera com as questões de identidade e cultura na sua potencialidade geradora de conflitos – está aprisionada por uma moldura teórica que coloca a competição como regra geral do comportamento dos países. Certo é que a dramaticidade dos eventos de 2001 e dos anos seguintes desencorajou as perspectivas otimistas, embasadas nas vantagens do diálogo e cooperação intercultural, que vinham se desenvolvendo desde a década de 1980. Em contrapartida, a UNESCO e os pesquisadores ligados a ela, assim como teóricos de outras áreas do conhecimento, sobretudo da sociologia, têm feito contribuições valiosas atentas a outros aspectos da cultura no século XXI.

Se ao longo do século XX, a cultura e a identidade eram questões legitimamente nacionais, ainda ligadas à própria noção moderna de Estado nacional, no século XXI, na era

² Tradução livre do autor. No original: Civilization identity will be increasingly important in the future. [...] The most important conflicts of the future will occur along the cultural fault line separating these civilizations from one another. [...] First, differences among civilizations are not only real, they are basic. Civilizations are differentiated from each other by history, language, culture, tradition, and most important, religion. The people of different civilizations have different views on the relations between God and Man, the individual and the group, the citizen and the State, parents and children, husband and wife, as well as differing views of the relative importance of rights and responsibilities, liberty and authority, equality and hierarchy. [...] They are far more important than differences among political ideologies and political regimes.

pós-moderna e transacional, esses temas rompem fronteiras e se tornam fenômenos centrais para a compreensão dos processos políticos internacionais. Conforme apontam sociólogos e filósofos, esses processos dificilmente podem ser compreendidos à luz de molduras teóricas do século XX, porque a realidade das quais extraíram suas leis gerais já não é a mesma, porque teorias estáticas acabam perdendo valor na medida em que correm os processos humanos (SILVA, 2005). A revisão de norteadores epistemológicos que têm raízes profundas na nossa organização sócio-política não é tarefa fácil, porque sua contrapartida é um oceano de incertezas, de indagações e da premente necessidade de revisarmos os parâmetros de nossa compreensão intelectual da realidade e de nossa ação política. (LIPOVETSKY; SERROY, 2007)

A revisão de parâmetros não supõe a negação absoluta de critérios, tampouco a necessidade de formulações teóricas que busquem tornar inteligível o panorama complexo e difuso da sociedade globalizada contemporânea. Esforços têm sido feitos nesse sentido, sobretudo na área de sociologia e economia, de onde surgiram conceitos como os de Economia da Cultura (BENHAMOU, 2007), Sociedade do Conhecimento e Cultura-Mundo (LIPOVETSKY; SERROY, 2007), que procuram sistematizar fenômenos contemporâneos diversos que costumamos agrupar genericamente sob o signo de globalização.

Esses autores referem-se à aceleração e ao aprofundamento do processo de mundialização iniciado com as expedições de colonização dos séculos passados, em que se destacam a ampliação do alcance dos fluxos de comércio, a circulação de pessoas e de informação, a primazia do financeiro sobre o econômico, a revolução tecnológica e de comunicações, após o término da ordem bipolar da Guerra Fria (PODESTÁ, 2008). Dentre essas transformações, aquelas advindas da tecnologia da informação e das telecomunicações são responsáveis por trazer a cultura à centralidade da vida contemporânea, de modo que depois da revolução tecnológica, estaríamos vivendo uma revolução cultural propiciada pela anterior (RIBEIRO, 2011). Algumas perspectivas, como a da Economia da Cultura, discutem a revolução cultural como a inauguração de um novo período do capitalismo, e outras vão ainda mais além, afirmando tratar-se de uma nova era da história da humanidade, a inauguração de uma história mundial propriamente dita, que transformou:

[...] radicalmente o lugar, o 'peso', a significação da cultura: (fazendo-a adquirir) uma importância e uma centralidade inéditas tanto na vida econômica como nos debates nacionais e internacionais, tornou-se foco de dissensões e de enfrentamentos múltiplos, assim como um domínio cada vez mais politizado. (LIPOVETSKY; SERROY, 2007, p. 24)

Os fenômenos apontados por essas perspectivas são levados em consideração, pois possuem natureza profunda – dizem respeito à organização estruturante de nossa vida social, política e econômica internacional. As transformações observadas dizem respeito à emergência da cultura como elemento articulador das relações em cada uma dessas áreas (LIPOVETSKY; SERROY, 2007). A cultura é abordada por tais perspectivas em seu sentido amplo, tanto como o conjunto de hábitos, costumes, crenças, ideias, valores e mitos que se perpetuam de geração a geração, quanto às obras e práticas da atividade intelectual - particularmente a artística - que são expressão material daquelas aspirações coletivas.

Do ponto de vista das trocas internacionais, assistimos ao impressionante desenvolvimento da dimensão econômica da cultura, que deixou de ser um setor marginalizado. As indústrias culturais – e os bens culturais³ - tornam-se as principais fontes de crescimento das nações desenvolvidas e um mercado potencial para nações emergentes. Mas, além disso, até mesmo o consumo de bens não considerados culturais torna-se uma ação simbólica, ocasionando “[...] uma mercantilização total da cultura, que é, ao mesmo tempo, uma culturalização das mercadorias. O cultural se difrata enormemente no mundo material, que se empenha em criar bens impregnados de sentido e identidade.” (LIPOVETSKY; SERROY, 2007, p. 24). A cultura em sua concepção moderna, avessa aos mecanismos de mercado, é agora parte integrante dele.

Para os Estados, as culturas nacionais ganham uma nova dimensão valorativa: os bens materiais que as simbolizam representam agora possibilidades de retornos financeiros, tornam-se mais uma alternativa de inserção econômica. Ao mesmo tempo, o consumo de produtos culturais de outros países torna-se uma fonte diferenciada de competição. Estão em jogo preferências individuais ampliadas pelo acesso à internet e pela circulação de bens, pessoas, informações que oferecem ao indivíduo imagens, referências e modelos os mais diversos, com os quais é possível encontrar elementos de identificação, gerando uma forma de consumo cada vez mais cosmopolita, cada vez menos local, cada vez mais identificada com o mundo, cada vez menos com seu país de origem.

³ São denominados bens culturais aqueles que além do valor econômico, expresso em moeda corrente, possuem valores simbólicos. São bens cuja utilidade de consumo não está ligada apenas ao valor que lhe é atribuído pelo mercado ou pelas necessidades do indivíduo, mas sim pela sua significação social. David Throsby aponta que um bem dito cultural possui ao menos seis tipos de valor dificilmente mensuráveis: valor estético; valor espiritual, ligado a sua capacidade de fazer referência a aspirações, conhecimentos, compartilhados; valor social, por trazer o sentido de conexão, identidade, pertencimento; valor histórico, por refletir as condições de vida em que foi criada e por representar a continuidade de determinada tradição, a ligação com um passado comum; valor simbólico, por ser provedor de significados, sentidos, multiplicidade de interpretações; e, por fim, valor de autenticidade.

Os debates internacionais entre os blocos liderados por Estados Unidos e França no âmbito da Organização Mundial do Comércio em torno da cláusula da Exceção Cultural e dos direitos de Propriedade Intelectual são expressões desse novo cenário de competição econômica. É uma tendência que deve prosseguir, se os fluxos de bens simbólicos continuarem a representar parcela cada vez maior na totalidade do comércio internacional (PNUD, 2004) e da balança comercial dos países.

Salienta-se, contudo, que a emergência dos bens culturais à centralidade dos debates econômicos não se trata apenas da introdução de mais um setor de competitividade entre os países; trata-se da expressão econômica do fenômeno maior dos desafios trazidos ao cenário das relações internacionais pela centralidade da cultura na vida contemporânea. A necessidade de proteger a produção nacional de bens culturais não está ligada exclusivamente à garantia dos lucros potenciais desse setor, mas ao temor de perda de identidade dos países, da ameaça de homogeneização cultural pela globalização, da perda das particularidades que fazem cada Estado-Nação o que é, porque a conectividade cultural trazida pelas tecnologias de comunicação tem mão dupla:

Se o mercado e as indústrias culturais fabricam uma cultura mundial marcada por uma forte corrente de homogeneização, ao mesmo tempo vemos multiplicarem-se as demandas comunitárias pela diferença. [...] Quanto mais o mundo se globaliza, mais os particularismos e as exigências identitárias ganham relevo, induzindo a uma nova relação entre cultura política [...]. Os problemas culturais já não dizem respeito apenas à esfera dos valores e do espírito, mas afetam também a identidade dos povos. Foi assim que a cultura tornou-se um domínio carregado de apostas geopolíticas importantes.

Por um lado, a proteção da cultura e da identidade nacional entra em cena nas relações internacionais como mais uma fonte de competitividade e de possibilidade de conflito. Às disputas econômicas somam-se conflitos separatistas de justificação étnica e religiosa, o crescimento das migrações e o tratamento aos imigrantes, a xenofobia; somam-se, também, os movimentos sociais internacionais em que indivíduos mobilizam-se por causas de outros continentes e mesmo a emergência de dissensos entre países distantes, cuja existência em épocas anteriores não interessava um ao outro. Por outro lado, a tecnologia de comunicação e informação permite um âmbito de relacionamento inovador, em que indivíduos do mundo inteiro estão aptos a aprender uns sobre os outros, expressar suas diferenças, trocar ideias, conhecimento e valores até então desconhecidos (LIVANELI, 2004). Essa realidade desvia a preocupação dos formuladores de política externa de questões tradicionais de disputa de poder, e se demanda a revisão de perspectivas e a formulação de novas estratégias.

Em primeiro lugar, revigora-se a importância do diálogo, do estudo das culturas, da capacidade de compreensão de outros pontos de vista, já que nos conflitos culturais não estão em disputa ganhos ou perdas quantificáveis, está em jogo a coexistência ou não de organizações sociais diferenciadas, com contextos sócio-históricos diversos; de povos particulares, com hábitos, práticas e valores únicos, que condizem com a sua forma de organizar a existência no mundo. Os conflitos culturais não são jogos de soma-zero porque a eliminação de determinado grupo social ou de determinadas práticas culturais é sempre uma perda para o interesse comum da preservação da diversidade cultural humana (UNESCO, 2005). Esse interesse foi construído por meio da experiência dos séculos passados, é uma concepção pós-colonial e pós-totalitária de que a diversidade cultural é um imperativo em matéria de civilização (LAPLANTINE, 2003). Além de fundamento do que consideramos ser a “humanidade”, a diversidade é condição de criatividade, mudança, renovação. A convivência, a tolerância e a compreensão de pontos de vista diferentes tornam-se imperativos num mundo em que o domínio e a submissão são opções políticas cada vez menos aceitas pela opinião pública, e em que a cultura emerge como elemento central dos debates e das aspirações coletivas.

Em segundo lugar, e não menos importante, ligado ao problema das identidades nacionais está aquele da correspondência entre a realidade interna dos países e a imagem externa que procuram legitimar. O mercado das indústrias culturais e a sociedade do conhecimento – em que o saber, a capacidade intelectual e o acesso à informação tornam-se os principais ativos na geração de produtividade e desenvolvimento econômico (SQUIRRA, 2005) - criam novos excluídos. Às desigualdades econômicas e sociais somam-se as de acesso ao conhecimento e à informação – digital ou não - em grande escala. Entende-se, portanto, que o tratamento das temáticas culturais corra o risco de cair numa concepção elitista, que generaliza os efeitos benéficos da globalização de acesso às redes de informação e de comunicação e ignora a existência de pessoas que não fazem parte dessa realidade. Parte das críticas à globalização advém da percepção dessa nova desigualdade, e, portanto, de uma renovada demanda doméstica e internacional quanto às responsabilidades dos países em matéria de desenvolvimento humano.

No âmbito multilateral, esforços de institucionalização de novos princípios e práticas nas Relações Internacionais relacionados a essas questões têm sido feitos em maior escala desde o final da década de 1990 e início do século XXI, emanadas, sobretudo, da UNESCO. Alguns desses documentos são as Resoluções que adotaram a Convenção para a Proteção do

Patrimônio Mundial, Cultural e Natural. (UNESCO, 1972), a Declaração Universal Sobre Diversidade Cultural (UNESCO, 2001), a Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial (UNESCO, 2003) e a Convenção sobre a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais (UNESCO, 2005). Nos trechos abaixo, constata-se a preocupação com os dois polos de desafios que se colocam na sociedade contemporânea. Em primeiro lugar, a necessidade de preservação da diversidade cultural do mundo e a necessidade de relações serem construídas na base da reciprocidade e do respeito às diferenças expressa no preâmbulo da Declaração Universal sobre Diversidade Cultural:

[...] Constatando que a cultura se encontra no centro dos debates contemporâneos sobre a identidade, a coesão social e o desenvolvimento de uma economia fundada no saber,
 Afirmando que o respeito à diversidade das culturas, à tolerância, ao diálogo e à cooperação, em um clima de confiança e de entendimento mútuos, estão entre as melhores garantias da paz e da segurança internacionais,
 Aspirando a uma maior solidariedade fundada no reconhecimento da diversidade cultural, na consciência da unidade do gênero humano e no desenvolvimento dos intercâmbios culturais. Considerando que o processo de globalização, facilitado pela rápida evolução das novas tecnologias da informação e da comunicação, apesar de constituir um desafio para a diversidade cultural, cria condições de um diálogo renovado entre as culturas e as civilizações [...] (UNESCO, 2002).

Além disso, a preocupação com a nova forma de exclusão social e cultural trazida pelo desenvolvimento tecnológico, que, ao mesmo tempo em que expande as possibilidades de comunicação e relacionamento entre povos, aprofunda o abismo social existente entre aqueles que possuem acesso a esse mundo de oportunidades, e aqueles que carecem de quase tudo.

Em nossas sociedades cada vez mais diversificadas, torna-se indispensável garantir uma interação harmoniosa entre pessoas e grupos com identidades culturais a um só tempo plurais, variadas e dinâmicas, assim como sua vontade de conviver. As políticas que favoreçam a inclusão e a participação de todos os cidadãos garantem a coesão social, a vitalidade da sociedade civil e a paz [...] (UNESCO, 2005).

Não obstante o desenvolvimento do debate multilateral, o tratamento dessas questões depende dos comportamentos e práticas emanados de cada país – de suas políticas externas e das políticas públicas domésticas. “Cada Estado deve, respeitando suas obrigações internacionais, definir sua política cultural e aplicá-la, utilizando-se dos meios de ação que julgue mais adequados, seja na forma de apoios concretos ou de marcos reguladores apropriados” (UNESCO, 2002). Nesse sentido, a diplomacia cultural - o canal da política externa responsável pela promoção da cultura e dos valores nacionais no exterior – é aquela que deve receber com maior intensidade os efeitos desses novos desafios.

2.2 Diplomacia cultural: conceito, atribuições e novos desafios

A política externa existe para representar interesses, diretrizes e metas do Estado no cenário internacional, tendo, portanto, os próprios atores estatais como os responsáveis por sua definição e implementação (OLIVEIRA, 2005). Assim como a diplomacia tradicional é apenas um dos instrumentos a serviço da política externa, a diplomacia cultural é o instrumento por excelência do âmbito cultural da projeção internacional de um determinado país, também chamado de política cultural externa.

O papel da diplomacia é o de intermediar os desígnios nacionais definidos no jogo político interno com as demandas, possibilidades e entraves existentes na política internacional (PODESTÁ, 2008). É no âmbito da cultura que a função de intermediação se faz mais evidente, visto que o Estado depende daquilo que é produzido pela sociedade civil em termos de debate intelectual, produção cultural, bens simbólicos, patrimônio material e imaterial para constituir sua diplomacia cultural. Nesse sentido, as diretrizes da política cultural externa e as medidas específicas de diplomacia cultural costumam ter lugar a partir da política doméstica destinada a esse campo (PODESTÁ, 2008), pois é ela que é capaz de atrair para a jurisdição estatal aquilo que se está produzindo e debatendo socialmente com relação à cultura nacional.

Em outras palavras, o desenvolvimento de uma diplomacia cultural depende da vontade política e da capacidade do Estado em transformar o capital cultural nacional num instrumento de projeção externa do país. O capital cultural diz respeito ao conjunto de elementos, bens, traços e patrimônios (PODESTÁ, 2008), que possuem valor não apenas econômico, mas simbólico (GETINO, 2007) e que são elaborados pelo discurso social como representativos da nacionalidade (HALL, 2006). A função da diplomacia cultural é conquistar prestígio e confiança, contribuir ao diálogo e à cooperação e favorecer a obtenção de outros interesses – econômicos, comerciais, de desenvolvimento - da política externa de um país, por meio da construção de uma identidade ou de uma imagem internacional favorável, cujo substrato é o capital cultural do país (PODESTÁ, 2008).

Há duas distinções a serem feitas a respeito do emprego do termo diplomacia cultural que aqui se assume. A primeira diz respeito ao seu frequente emprego como equivalente ou sinônimo de diplomacia pública. A segunda refere-se ao debate sobre a necessidade de renovação da função e da prática de diplomacia cultural trazido pelas transformações

internacionais tratadas na seção anterior.

O termo diplomacia pública foi cunhado por Edmund Gullion, acadêmico americano, em 1965. Na década de 1970, o governo dos Estados Unidos já o utilizava oficialmente para se referir ao conjunto de seus programas e iniciativas destinadas a influenciar a opinião pública exterior (NOYA, 2007). O principal interesse americano a motivar o desenvolvimento desse tipo de estratégia após a Segunda Guerra Mundial foi o combate à ideologia comunista. Programas de intercâmbio cultural entre artistas, escritores e cineastas, abertura de bibliotecas e centros de cultura americana, transmissão de rádio e intercâmbio de estudantes, professores e pesquisadores, além de extensiva divulgação e promoção dos produtos culturais americanos e atividades de espionagem da CIA, que asseguravam a recepção adequada de tais iniciativas nos países-alvo (AIPF, 2008).

O conflito bipolar dividia os países entre dois blocos cujas visões de mundo eram contraditórias e, portanto, a conquista de corações e mentes fazia-se tão ou mais necessária que o convencimento pela coação. As opiniões, as atitudes, as preferências dos cidadãos dos outros países importavam porque tinham impacto sobre os demais âmbitos da política exterior e, portanto, nos interesses nacionais (NOYA, 2007). Alguns autores atribuem à diplomacia pública um alcance e uma função maiores e mais perceptíveis do que a da diplomacia cultural, pois enquanto associam à primeira todas as iniciativas capazes de influenciar a opinião pública de outros países, reduzem a segunda a estratégias de promoção da cultura nacional – em específico das manifestações artísticas – no exterior.

Diferentemente, Bruno Podestá (2008) aponta que a diplomacia pública é um fenômeno tipicamente estadunidense, que submete os instrumentos que seriam por excelência da diplomacia cultural a objetivos propagandísticos. Esse também é o cerne da argumentação do relatório produzido pelo Arts Industry Policy Forum:

Os Estados Unidos estão tentados a lidar com desafios de comunicação cultural de longo prazo com soluções de curto prazo, como campanhas publicitárias e gestão de marcas. A competição econômica e política com a União Soviética, que se estendeu por décadas, forneceu a moldura de apoio para um comprometimento de longo prazo com a cultura como metáfora e mecanismo de conversão ideológica. É improvável que se espere obter resultados de longo prazo quando a diplomacia cultural é formulada como relações públicas. (AIPF, 2008, p.37) ⁴

⁴ Tradução livre da autora. No original: *The U.S is tempted to address long-term challenges of cultural communication with short-term solutions such as advertising campaigns and branding. The decades-long political and economic competition with the Soviet Union provided a supportive backdrop for a long-term commitment to culture as a metaphor and mechanism for ideological conversion. [...] It is unlikely desired that long-term results can be achieved when cultural diplomacy is framed as public relations.*

Em outras palavras, a diplomacia pública serve a objetivos de curto prazo, advindos de sua origem na propaganda de guerra durante o século XX, e tem como mecanismo de ação primordial a unilateralidade das iniciativas. Por outro lado, a diplomacia cultural é sempre baseada em objetivos de longo prazo. Não se trata apenas de influenciar a opinião pública internacional de acordo com as necessidades de legitimidade de uma determinada política exterior, trata-se de construir uma imagem de prestígio e confiança para o país, que seja favorável à obtenção de metas comerciais, econômicas e de desenvolvimento, propiciar o diálogo intercultural e o conhecimento recíproco, contribuindo para a construção de relações de confiança e reciprocidade (PODESTÁ, 2008).

Atentos às tendências em curso no cenário contemporâneo, dentre as quais a globalização econômica, o caráter global dos problemas, a constante negociação em fóruns multilaterais com os mais diversos povos e o despontar de opiniões públicas nacionais e de uma opinião pública internacional propulsionada pela revolução tecnológica, autores reconhecem a inoperância das práticas tradicionais de diplomacia pública e propõem aquilo que seria a Nova Diplomacia Pública. Para eles, com a proliferação dos meios de comunicação e a constituição da opinião pública internacional, já não é possível aos governos realizar o gerenciamento da informação e a manipulação das opiniões como se pretendia no período da Guerra Fria.

A única estratégica válida nesse novo cenário seria construir relações de confiança e reciprocidade, fundadas na coerência entre a imagem que se projeta e as políticas internas e externas que se levam a cabo. Os fundamentos da nova diplomacia pública seriam, portanto, a confiança, o diálogo, a reciprocidade e o bilateralismo nas iniciativas. A diplomacia pública tradicional era baseada na comunicação estratégica formulada para objetivos de curto prazo, a NDP atuaria com a finalidade de construir relações, na base de um trabalho de longo prazo (NOYA, 2007).

Observa-se que a descrição da NDP aproxima-se muito daquilo que se compreende por diplomacia cultural. A similaridade fica evidente quando se afirma que “a nova diplomacia pública tem um terreno fértil de atividades culturais (educação, arte ciência e tecnologia), dado que trabalha no longo prazo e em paralelo aos interesses concretos do governo.” Nesse sentido, a formulação do conceito de NDP é, na verdade, o reconhecimento de que a diplomacia pública não é uma ferramenta adequada ao século XXI, e que a diplomacia cultural, antes compreendida por essa linha de autores, sobretudo americanos (AIPF, 2008) como um instrumento secundário da política externa precisa ser revista à luz das novas

demandas do cenário internacional. Contrapondo os princípios de ação da diplomacia pública, típica do século XX, e da diplomacia cultural que se desenha para o século XXI, tem-se o seguinte:

Tabela 2 - Princípios de ação - Diplomacia Pública x Diplomacia Cultural⁵

Diplomacia Pública	Diplomacia Cultural
Propaganda	Diálogo
Informação	Valores
Intervém ao final da política externa – metas de curto prazo	Intervém desde o princípio da política externa – metas de longo prazo, relações de confiança.
Unilateralidade	Reciprocidade
Estado é o único ator	Estado em maior interação com a sociedade civil
Unilateralidade dos interesses, particularismo.	Multilateralidade dos interesses
Manutenção do <i>status quo</i>	Mudança

A diplomacia cultural tradicional, de origem europeia, sobretudo francesa, tem por bases o diálogo, a promoção de valores, o estabelecimento de metas de longo prazo, como as relações de confiança, e o princípio da reciprocidade (AIPF, 2008). A realidade do século XXI apenas acentua a necessidade desse tipo de estratégia internacional. É nos itens finais da tabela que temos as verdadeiras inovações naquilo que se espera da diplomacia cultural contemporânea. Em primeiro lugar, a maior interação do Estado com a sociedade civil trazida pela disseminação dos regimes democráticos, a formação de opiniões públicas internacionais, e a própria interdependência do Estado e das corporações, sobretudo aquelas ligadas à produção de bens culturais, e do Estado e de outros formadores de opinião como a mídia e as ONGs (NOYA, 2007; PODESTÁ, 2008; SUPPO; LESSA, 2007).

Em segundo lugar, a emergência de problemas transnacionais, que ultrapassam a jurisdição de um só país, e a necessidade de convivência e de negociação além-fronteiras com indivíduos e povos de realidades socioculturais tão diversas exige a determinação de interesses comuns e de estratégias multilaterais de ação (UNESCO, 2004). Por fim, a diplomacia cultural se propõe a modificar o *status quo* internacional, na medida em que vai contra o pressuposto de competição e conflito sobre o qual são construídas as relações. Seu objetivo é contribuir para a mudança nas formas típicas de comportamento internacional

⁵ Tabela baseada nas informações contidas em (NOYA, 2007, p. 125).

(PODESTÁ 2008; RIBEIRO, 2011).

É com a orientação desse pano de fundo que se busca compreender a diplomacia cultural do Governo Lula. O fundamental é compreender por um lado sobre que cenário internacional se desenvolve a diplomacia cultural brasileira de 2003 a 2010 e, por outro, a maneira como o Governo brasileiro percebe e operacionaliza em sua política externa os processos em curso no mundo contemporâneo. Além das condições internacionais e intelectuais também é determinante o acumulado sócio histórico especificamente brasileiro, em que a cultura foi ora considerada questão secundária, ora instrumentalizada a serviço de regimes ditatoriais, concepção que sofreu uma mudança a partir de 2002. A análise da primeira década do século XXI dá indícios, portanto, de uma convergência temporal de dois processos favoráveis ao desenvolvimento da diplomacia cultural brasileira: a maior preocupação internacional com relação às temáticas culturais e as condições sócio-políticas e econômicas brasileiras favoráveis ao tratamento estatal desses desafios.

Expressa em mudanças institucionais, iniciativas diplomáticas e discursos governamentais do período, a cultura aparece agora como elemento protagonista de um novo projeto de desenvolvimento nacional. Levando em conta a tradição da PEB, em que a nossa política externa é explicada com base nas estratégias de inserção internacional que buscam a superação do subdesenvolvimento, sendo a diplomacia cultural o instrumento por excelência da promoção da cultura nacional no exterior, e estando a cultura na centralidade do projeto de desenvolvimento expresso nos discursos governamentais do período, argumenta-se que o estudo do atual período da PEB não pode ignorar a crescente relevância da diplomacia cultural.

Seguindo a proposta de utilização primordial de fontes nacionais, adota-se como concepção basilar a definição de diplomacia cultural e os vetores de ação atribuídos a ela, conforme aparecem no livro do diplomata Edgar Telles Ribeiro. A diplomacia cultural é instrumento da política cultural externa, e ambas estão relacionadas com a capacidade do Estado e da sociedade civil em mobilizar seus recursos culturais para a promoção externa, na medida em que se amplia o acesso da população aos bens e serviços culturais e na medida em que cresce a participação social na determinação das políticas públicas de cultura. Nas palavras do diplomata:

Se a riqueza cultural de um país é o resultado de uma infinita quantidade de programas bem sucedidos, que permitem ao Estado consolidar aos poucos os objetivos mais amplos de sua política cultural – democratização da cultura, desenvolvimento da comunicação, busca da identidade cultural, promoção de

valores culturais, defesa do patrimônio, ou estímulo às atividades culturais – os objetivos da política cultural externa [...] deveriam consistir na projeção desses valores, com vistas não somente à consecução de seus objetivos nacionais, mas também ao aprimoramento das relações internacionais (RIBEIRO, 2011, p. 66).

O estudo da diplomacia cultural proposto consiste no mapeamento das iniciativas levadas a cabo nos seguintes vetores: intercâmbio de pessoas, promoção da arte e dos artistas nacionais, ensino de língua, distribuição de material de divulgação e apoio a projetos de cooperação intelectual e de cooperação técnica (RIBEIRO, 2011), além da realização de eventos e comemorações internacionais e qualquer outro tipo de ação planejada com a finalidade de amparar ou fomentar laços entre as nações (SUPPO; LESSA, 2007, p.244). As linhas gerais definidas por Ribeiro (2011) e pelos professores Hugo Suppo e Mônica Lessa (2007) e a tabela supracitada são utilizadas apenas como ferramentas conceituais e metodológicas que delimitam o universo de atuação da diplomacia cultural brasileira, facilitando o mapeamento das realizações no campo ao longo do Governo Lula.

A ênfase da pesquisa não é na enumeração exaustiva das iniciativas e projetos criados em cada um desses eixos da diplomacia cultural, mas sim na elaboração discursiva do Governo quanto ao papel da cultura no projeto de desenvolvimento nacional e nas relações internacionais do país. Veremos que a cultura torna-se eixo fundamental de um novo projeto de Estado e de políticas públicas, ao mesmo tempo em que se constitui num novo âmbito de aproximação bilateral e multilateral. A análise discursiva deverá, portanto, esclarecer as linhas gerais e princípios de conduta brasileira na diplomacia cultural do período Lula da Silva, no tocante a prioridades estratégicas e objetivos de longo-prazo associados ao desenvolvimento nacional. Antes disso, faz-se necessário sumarizar o quadro de análise tradicional do pensamento brasileiro de relações internacionais, marcado pela exclusão da diplomacia cultural, a fim de sublinhar a necessidade de rever os parâmetros de estudo da área num cenário contemporâneo cada vez mais marcado pelas dinâmicas culturais, o que é feito na seção seguinte.

2.3 O pensamento brasileiro de relações internacionais e a necessidade de reverter o quadro de exclusão da dimensão cultural das análises da política externa brasileira

O pensamento brasileiro sobre relações internacionais e política externa, emanado tanto do meio acadêmico, quanto do próprio ambiente estatal, por meio de diplomatas e

militares, é constituído por abordagens que variam tanto em opções metodológicas quanto em perspectivas políticas. Dessas divergências origina-se uma das discussões intelectuais mais frequentes no estudo da política externa brasileira, que é o da sua periodização. Isto é, a compreensão dos fenômenos e tendências históricas da nossa política externa à luz de molduras temporais fundadas a partir comparação diacrônica entre elementos de continuidade e ruptura de um período a outro.

As duas propostas de periodização mais utilizadas são aquelas contidas nas análises paradigmática e matricial. Não obstante, as diferenças dos conceitos, tanto a noção de paradigma, quanto a de matriz procuram fazer uma análise holística dos condicionantes internos e externos da política externa, como expresso nas definições de Amado Luiz Cervo (2003, p.7):

Um paradigma inclui um modo de proceder, no caso, de fazer política exterior ou de controlar as relações internacionais. A análise paradigmática há de colher as determinações internas e os condicionamentos externos, os fins da política, o peso da ideia de nação a construir e da cosmovisão. Tomado como referencial, o paradigma vigente permite avaliar o desempenho dos dirigentes e da sociedade organizada. A produção de um conceito paradigmático pressupõe a longa duração [...].

E de Ricardo Sennes (2003, p. 35):

(...) um enfoque e um distanciamento que não localizam as linhas divisórias da política externa nos períodos definidos por mandatos presidenciais. (...) A matriz da política externa de um país não é, portanto, produto de um núcleo burocrático específico, seja ele civil ou militar, diplomático ou não. Reflete, em hipótese, um conjunto de opções, concepções e estratégias em um nível de agregação de ordem nacional.

As décadas de 1990 e 2000 têm sido debatidas à luz dessas concepções, na busca de elementos de continuidade e ruptura que respondam à questão de se houve mudanças profundas nos desígnios da política externa brasileira. Ambas estabelecem como marco temporal o final do segundo mandato do Governo FHC e procuram compreender as mudanças observáveis na política externa a partir daí, realçadas ao longo dos dois mandatos do Presidente Lula da Silva. Não há consenso sobre o paradigma ou a matriz que designam esse recente período de nossa política externa, de modo que a discussão permanece em aberto. O objetivo do presente trabalho é contribuir para o debate com a introdução de uma nova dimensão a ser observada na comparação entre os dois períodos: a diplomacia cultural.

Não só as perspectivas baseadas nas noções de paradigma e matriz, mas todas as

demais perspectivas analíticas da PEB do século XX têm outros dois elementos em comum que são essenciais para a percepção de que é necessário introduzir a dimensão cultural nesse estudo. O primeiro desses elementos é a percepção de que a política externa brasileira foi-se constituindo a partir da década de 1930 em um instrumento da política nacional de desenvolvimento (OLIVEIRA, 2005). Em outras palavras, as estratégias de inserção externa do país são compreendidas à luz dos objetivos identificados em cada período, conforme o que seja determinante para o projeto de desenvolvimento nacional. Apresenta-se, portanto, um profundo entrelaçamento entre a necessidade interna de superar o subdesenvolvimento e os riscos e oportunidades oferecidos pelo sistema internacional, fenômeno que com a democratização do país, tem trazido a política externa à centralidade dos debates políticos domésticos (OLIVEIRA, 2005) e, em retroalimentação, acentuando ainda mais a função determinante desse instrumento para a administração do país.

O segundo elemento em comum às análises tradicionais da PEB é a exclusão da cultura, e especificamente da diplomacia cultural como dimensão analítica relevante (SUPPO, 2003; RIBEIRO, 2011). Parte disso se deve à percepção socialmente partilhada no Brasil de que as temáticas culturais são desnecessárias, ou ligadas ao consumo de luxo. Nas palavras do Ministro Juca Ferreira:

A cultura seria, então, uma espécie de passatempo, algo a que as pessoas se dedicam nos seus momentos de ócio, para distrair-se, para relaxar, algo que não possui uma utilidade intrínseca. [...] Predomina em muitos setores esta visão tecnicista e pseudoprágmatista, fortalecendo uma opinião estreita sobre o que a cultura representa para um povo. Infelizmente, essa visão tem contaminado em muitos momentos a nossa política, os nossos costumes e os nossos arranjos institucionais (FERREIRA, 2010).

No âmbito da política externa essa compreensão é agravada pela influência intelectual das Teorias Realista e Institucionalista de Relações Internacionais tanto no meio acadêmico quanto nos centros formuladores e executores da política externa (LIMA, 1994; PINHEIRO, 2000). Essas análises partilham da ideia de que o sistema internacional é anárquico e competitivo, de modo que cada Estado é uma potencial ameaça para os demais, sendo que todos têm como interesse primordial a sobrevivência. Nesse ambiente, o poder é o elemento regulador das relações, e para comparar os países entre si e estabelecer uma hierarquia de potências, essas teorias utilizam dimensões de poder que sejam mensuráveis, optando assim por uma compreensão materialista das capacidades dos Estados.⁶ A novidade trazida pela

⁶ Conforme nos alerta Joseph Nye: “Em 1939, o famoso realista E. H. Carr descreveu o poder internacional em três categorias: poder militar, poder econômico e poder sobre a opinião. [...] Grande parte dessa sutileza foi perdida pelos neorealistas contemporâneos, em seu desejo de tornar o poder mensurável para seus julgamentos

Teoria Institucionalista com relação à visão do realismo é a possibilidade de cooperação entre os países por meio do estabelecimento de instituições internacionais. Cada Estado torna-se signatário de tratados e convenções ou membro de organizações conforme os seus próprios interesses, mas a criação de cada uma dessas instituições reduz a incerteza e a desconfiança no sistema internacional, favorecendo a opção cooperativa em detrimento da competitiva (DUNNE, KURKI; SMITH, 2008).

A influência dessas teorias no pensamento brasileiro de relações internacionais é menos por sua aplicação explícita e mais pelo estabelecimento de uma visão de mundo em que o Brasil reconhece a assimetria de poder no sistema internacional e sua posição desfavorável dentro dela. Conforme aponta Letícia Pinheiro (2000), a política externa brasileira então se pautaria ora pela aceitação dessa condição de inferioridade no jogo internacional e, portanto, por uma política externa alinhada com as grandes potências do sistema; ora pela superação desse status, buscando espaços de autonomia com relação às potências hegemônicas, sobretudo por meio da atuação em instituições e fóruns multilaterais. Em ambos os casos, a preocupação estratégica da política externa está voltada para a assimetria de poder no sistema internacional, e a concepção de poder que se utiliza para medir essa condição é materialista, supõe capacidades quantificáveis, como população, território, renda per capita, força militar – e não considera elementos intangíveis, como a influência cultural.

Além disso, desenvolveu-se ao longo do século XX um pensamento latino-americano sobre as relações internacionais, originado dos estudos da CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina, criada em 1948), de onde frutificaram duas teorias, a teoria do desenvolvimento de Celso Furtado e a Teoria da Dependência (CERVO, 2008). Ambas orientam-se pelo conceito de poder nas relações internacionais, com relevância predominante da assimetria econômica entre os países, que os dividiria em dois grupos: o centro e a periferia, na teoria do desenvolvimento; e os países dependentes e os desenvolvidos, na Teoria da Dependência. Essas perspectivas favoreceram a consolidação do pensamento brasileiro de relações internacionais em torno da ideia de que uma inserção mais autônoma do Brasil no cenário internacional só pode ser obtida com a superação do subdesenvolvimento. É uma via de mão dupla: o desenvolvimento econômico aparece como condição fundamental para a melhoria da posição externa do país, ao mesmo tempo em que a inserção externa deve atender às demandas de desenvolvimento nacional (CERVO, 2008).

estruturais. O poder foi reduzido a recursos mensuráveis, tangíveis. “ (NYE, 2012, p. 116)

O pragmatismo dessa abordagem é comemorado como um dos grandes responsáveis pelo sucesso atribuído à política externa brasileira. No entanto, como toda visão de mundo, ele se baseia em um corte da realidade, da qual são selecionados os elementos considerados relevantes para a análise e o planejamento estratégico. Nesse corte, a diplomacia cultural – como um dos instrumentos da dimensão de valores da política externa⁷ - não é considerada relevante, por não ser relacionada diretamente com a capacidade de competição do país no sistema internacional, tampouco como condição para o desenvolvimento. Conforme nota Amado Cervo (1992), no Brasil os estudos de política externa não conferiram a importância devida ao “elemento psicossocial ou cultural”, preferindo temas ligados à posição subordinada da inserção externa do país, como as relações entre a política internacional e a situação de dependência e os estágios diferenciados de desenvolvimento.

É rara a bibliografia que se preocupe em estudar o papel da diplomacia cultural em cada fase da política externa brasileira. A maioria dos textos encontrados refere-se ao período recente, sem a preocupação de estabelecer os liames históricos que ao longo do século XX deixaram essa dimensão de nossa política externa em segundo plano, tanto em nível político, quanto acadêmico (DUMONT; FLECHET, 2003). A fim de contribuir para o preenchimento dessa lacuna, toma-se de empréstimo a periodização da perspectiva paradigmática da PEB para apontar os determinantes internos e externos para a maior ou menor importância e para a forma de execução da diplomacia cultural brasileira ao longo do século XX. O segundo capítulo dessa monografia dedica-se a isso, constituindo-se na primeira etapa da análise diacrônica, que culmina na análise da diplomacia cultural do período Lula da Silva.

O descompasso entre a prática da diplomacia cultural e a produção intelectual agrava-se na medida em que esse setor de nossa inserção externa ganha em importância. A continuidade dessa tradição materialista de análise impede a consideração dessa dimensão, pois a toma, *a priori*, como desimportante em suas análises e ignora tendências em curso nas relações internacionais contemporâneas que dizem respeito à emergência das questões culturais (NOYA, 2007; NYE, 2012; PODESTÁ, 2008). Ao mesmo tempo, desmerece um somatório de evidências quanto à renovada importância dada à cultura no âmbito doméstico, como a adoção governamental de sua acepção antropológica, afirmada pelo Ministério da Cultura⁸ e o acréscimo nos programas de diplomacia cultural e na dotação orçamentária para

⁷ Segundo (LAFER, 1987), a proposta de inserção de um país no mundo se faz em três significativos campos de atuação: o campo estratégico-militar; o campo das relações econômicas; e o campo dos valores. A diplomacia cultural atua no terceiro, facilitando os demais, pela construção de uma imagem positiva do país.

⁸ Desde o início do Governo Lula, o Ministério da Cultura passou por uma reforma institucional e pelo

os órgãos ligados à difusão cultural. Além das evidências institucionais, é nos discursos presidenciais e ministeriais que se encontram os maiores indícios de que a diplomacia cultural passou a ser determinante para a compreensão da política externa brasileira contemporânea. Desde o início do primeiro Governo Lula, em 2002, afirma-se que a cultura passou a ser o elemento primordial de um novo projeto de desenvolvimento nacional. Nas palavras do Ministro Juca Ferreira:

[...] A dimensão simbólica não faz parte do horizonte dos que, tradicionalmente, pensam o país apenas através do ponto de vista da sua economia. Além do mais, é por meio do desenvolvimento cultural que a sociedade capacita-se a produzir ideias e processos contra hegemônicos. [...] Somos internacionalmente reconhecidos e admirados por nossa criatividade e pela riqueza de nossa diversidade cultural. [...] Nossa verdadeira vocação está delimitada pela cultura brasileira. É ela que nos tem feito singulares e festejados mundo afora. Existe hoje, em praticamente todo o mundo, um grande interesse pela nossa cultura, que vem acompanhando o crescimento da presença econômica e política do Brasil. (Isso) coloca a cultura, definitivamente, como parte central de uma política de desenvolvimento do país. (FERREIRA, 2010)

Como visto, a tradição intelectual da política externa brasileira construiu-se sobre a noção partilhada de que o projeto de desenvolvimento nacional é fundamental para a compreensão das prioridades de cada período e das variações nas estratégias de inserção do país. Se a cultura é, então, assumida como fundamental para o desenvolvimento nacional no período Lula, o estudo da política externa desse período não pode ignorar a dimensão externa das práticas políticas ligadas à cultura, as quais possuem como instrumento por excelência a diplomacia cultural. Sendo a política externa o instrumento que faz a mediação entre os interesses nacionais ligados ao desenvolvimento e as oportunidades e desafios propostos pelo sistema internacional, tem-se que a diplomacia cultural, como subárea da política externa, torna-se fundamental para a mediação externa de interesses nacionais fundados num projeto de desenvolvimento em que a cultura torna-se protagonista.

Nas décadas de 1980 e 1990, organizam-se novas correntes de pensamento em Relações Internacionais, emanadas, sobretudo das premissas presentes em numerosas obras de sociologia das relações internacionais dos anos cinquenta e sessenta, e na década de 1990 ganha vigor a corrente construtivista, que busca resposta aos problemas que não encontram

redimensionamento de suas ações, que se baseou na ampliação do raio de compreensão da ideia de cultura que até então costumava orientar as suas políticas. O Ministério passou a trabalhar com a cultura no seu sentido antropológico, isto é, como tudo aquilo que, no uso de qualquer coisa, se manifesta para além do mero valor de uso, como conjunto de símbolos, sentidos, identidade de um povo. Em contraposição à visão anterior que associava cultura aos campos restritos da literatura e das artes clássicas. Novos setores e novos programas e uma nova organização institucional foi então pensada para levar as ações do Ministério ao maior número de cidadãos possível, buscando a descentralização e a desconcentração das políticas culturais. Trata-se disso com maior atenção no terceiro capítulo.

explicação no marco teórico tradicional das relações, entre eles a preocupação com a cultura (TOLENTINO, 2007). O efeito disso na intelectualidade brasileira faz sentir-se marginalmente: poucos centros universitários e apenas alguns diplomatas interessam-se pelas novas perspectivas. É notável que seja de 1989 o primeiro trabalho relevante sobre diplomacia cultural brasileira. Mesmo admitindo o adensamento do pensamento brasileiro em relações internacionais que houve desde então (LESSA, 2005), não se constata grandes esforços de sistematização dessa área de pesquisa, de modo que ainda podemos ecoar as palavras iniciais daquela monografia: “As relações culturais vêm sendo antes matéria de prática real do que teorização ou mesmo avaliação.” (RIBEIRO, 2011, p. 12).

A resposta intelectual da Teoria Realista aos desafios das propostas teóricas e das questões internacionais emergentes nas décadas de 1980 e 1990, sobretudo da teoria construtivista, foi a elaboração do conceito de poder brando, pelo teórico Joseph Nye. Ele recuperou argumentos do realismo clássico e da filosofia política tradicional relacionados à capacidade de convencimento, persuasão, atração e os organizou sob essa uma nova moldura teórica.

Na política mundial, é possível que um país obtenha os resultados que quer porque os outros desejam acompanhá-lo, admirando os seus valores, imitando-lhe o exemplo, aspirando ao seu nível de prosperidade e liberdade. Neste sentido é igualmente tão importante estabelecer a agenda na política mundial e atrair os outros quanto forçá-los a mudar mediante a ameaça ou o uso das armas militares ou econômicas. A este aspecto de poder – levar os outros a querer o que você quer -, dou o nome de poder brando. Ele coopta as pessoas ao invés de coagi-las. (NYE, 2012, p. 36)

Segundo Nye, as fontes clássicas de poder brando são a cultura, os valores políticos e as políticas externas consideradas legítimas pelos outros Estados. No entanto, até mesmo recursos econômicos e militares podem contribuir para a construção de poder brando, ao serem utilizados como fontes de atração e não de coação. Nesse sentido, o que importa para a argumentação de Nye é a maneira como os recursos de cada país sejam utilizados e percebidos pelos demais e não a natureza desses recursos em si. Nessa perspectiva, a diplomacia cultural ou diplomacia pública⁹ é apenas um dos instrumentos governamentais que se voltam à obtenção de poder brando. Ela é geralmente lembrada como o lugar por excelência dessa forma de poder, devido aos recursos de que dispõe: é através da cultura e dos valores nacionais que busca construir para o país uma imagem de prestígio e confiança, para,

⁹ Diplomacia cultural e diplomacia pública são utilizadas muitas vezes como termos intercambiáveis. Isso é verdade, sobretudo, quanto à tradução brasileira de “public diplomacy”. Nesse trabalho, opta-se pelo conceito de diplomacia cultural, cuja origem histórica é mais antiga e cujos objetivos e meios de ação são diferentes dos da diplomacia pública. (NOYA, 2007. p. 116)

por meio disso, facilitar a obtenção de necessidades estratégicas, comerciais, econômicas e de desenvolvimento (PODESTÁ, 2008).

Embora não escape à tradição realista no que concerne à concepção instrumental de poder, é possível construir uma preferência normativa pelo maior uso do poder brando, em relação ao poder duro, baseada em vantagens éticas dos meios – persuasão, atração - que ele utiliza para a consecução de seus fins. Nas palavras de Joseph Nye (2012, p. 311): “Embora possa haver instâncias de manipulação verbal coerciva, há mais graus de liberdade para o indivíduo quando os meios envolvem o poder brando.” A perspectiva de Nye não chega ao ideal de libertar o poder de sua definição instrumental, mas afasta do âmbito dos assuntos políticos primordiais aquelas ações cujo meio for a violência, o uso da força. Além disso, traz para o seio da teoria realista a discussão acerca das questões culturais e de valores.

No entanto, conforme previamente apontado, a preferência desse trabalho é por afastar-se do viés realista e de sua compreensão tradicional da política como um ambiente competitivo. Por isso não adotaremos o conceito de poder brando para o estudo da diplomacia cultural brasileira, não obstante essa ter sido a opção metodológica preferida por trabalhos recentes sobre diplomacia cultural brasileira. Não se pretende provar que a diplomacia cultural é importante porque gera determinados ganhos em termos de poder brando; parte-se do pressuposto de que ela é, por sua natureza, uma prática bem-vinda nas relações internacionais contemporâneas e à política externa brasileira, no sentido de que:

No campo da diplomacia, a cultura constitui uma maneira de criar um ambiente propício ao entendimento por meio do intercâmbio de ideias, experiências e patrimônios. No caso do Brasil, busca-se promover a imagem de uma sociedade com diversidade de etnias, inclusiva, tolerante e em constante processo de renovação. Apresenta-se o que torna a cultura brasileira única, mas, ao mesmo tempo, revelam-se as afinidades que a une a outros povos. Esse processo de conhecimento mútuo estimula a compreensão da imagem do Brasil no exterior e gera familiaridade com a realidade do país.

Opta-se por um corte temático – sem, contudo, abandonar o norteador tradicional das análises de política externa brasileira, que busca explicar as diferentes estratégias de inserção externa à luz da concepção de desenvolvimento nacional de cada período. Utiliza-se a periodização paradigmática, mas se assume que a dimensão cultural precisa ser adicionada à análise tradicional proposta por essa perspectiva, afim de que se compreendam o mais amplamente possível as linhas gerais da política externa brasileira contemporânea.

A ferramenta teórica do paradigma exige que o estudo da política externa brasileira como um instrumento de inserção internacional a serviço do desenvolvimento nacional

envolva a observação de duas dimensões inter-relacionadas: a doméstica e a internacional. Trata-se do pressuposto de que o comportamento, as práticas e as decisões levadas a cabo na política externa são formulados conforme um jogo de dois níveis:

No nível nacional, os grupos domésticos perseguem seus interesses pressionando o governo a adotar medidas favoráveis a seus interesses e os políticos buscam o poder constituindo coalizões entre esses grupos. No nível internacional, os governos nacionais buscam maximizar suas próprias habilidades de satisfazer as pressões domésticas, enquanto minimizam as consequências adversas das evoluções externas. Nenhum dos dois jogos pode ser ignorado pelos tomadores de decisão, pois seus países permanecem ao mesmo tempo interdependentes e soberanos. (PUTNAM, 2010, p. 151)

Em se tratando da dimensão cultural, o âmbito doméstico é prioritário na determinação da existência ou não de práticas de diplomacia cultural, enquanto o ambiente internacional apresenta maior ou menor receptividade a essa forma de relacionamento, em geral, e às iniciativas diplomático-culturais de países em específico, configurando-se, portanto, como horizonte limitador. Bruno Podestá (2008) esclarece essa ideia com o conceito de capital cultural. O fato de determinado país possuir um acervo de obras de arte, manifestações artísticas, paisagens turísticas ou valores sociais atraentes para os demais não é condição suficiente para que ele seja capaz de formular e executar uma política cultural externa. Tais elementos, compreendidos como o capital cultural do país, estão enraizados no seu desenvolvimento histórico e na forma como a sociedade faz uso de suas realizações materiais e imateriais, mas só se tornam instrumentos de diplomacia cultural por meio de um ato de vontade política, de gestão governamental, de uma agenda programática de promoção da cultura do país no exterior, que favoreça a obtenção dos interesses nacionais (PODESTÁ, 2008). Em outras palavras, possuir recursos não é o suficiente, é necessário saber utilizá-los no sentido de obter os resultados esperados (NYE, 2012). Trata-se da capacidade de conversão de recursos culturais em instrumentos a serviço da estratégia global de política externa de um país.

O capital cultural [...] é aquele que um país é capaz de empregar dentro de seus próprios limites e nas suas relações com o exterior, que transforma a cultura em um fator de desenvolvimento, de representação e defesa de seus interesses, gera melhores níveis de confiança e também obtém benefícios para outras áreas da sociedade, da economia, da atuação governamental. (PODESTÁ, 2008, p. 53)

A capacidade de conversão dos elementos culturais de um país em políticas culturais internas e externas é um atributo do Estado e de cada governo que nele se estabelece. Não obstante, ela está intimamente ligada com a situação cultural da sociedade civil, com o valor

dado à cultura pelo povo, pelo estado da arte da produção intelectual do país. A cultura, por assim dizer, é o fenômeno social por excelência, e, portanto, sua gestão envolve participação do Estado, mas também da iniciativa privada, de atores sociais e políticos de diversos níveis, como intelectuais, empresários, trabalhadores, movimentos sociais e coletivos artísticos. Fundamental na determinação das políticas culturais de um país, sejam elas domésticas ou internacionais, será, portanto, a relação entre o Estado e a sociedade civil (BRANT, 2009; NOYA, 2007; ORTIZ, 2006).

A especificidade da dimensão cultural na política externa no que diz respeito a sua ligação primordial com o capital cultural do país e a política nacional destinada a esse setor (PODESTÁ, 2008) faz com que o principal enfoque analítico do panorama histórico da diplomacia cultural brasileira seja o cenário doméstico. O segundo capítulo desse trabalho, portanto, busca as relações entre o desenvolvimento social, político e cultural brasileiro – com atenção especial para os debates históricos sobre a questão da identidade cultural brasileira e as instituições governamentais destinadas a lidar com esse tema - e o surgimento e evolução da diplomacia cultural ao longo do século XX. A periodização paradigmática de Amado Cervo (2008) foi adotada porque pressupõe uma perspectiva holística e de longo prazo, condições fundamentais para a observação de fenômenos culturais, que estão enraizados no desenvolvimento da sociedade como um todo, e sofrem transformações lentas. Além disso, pretende-se demonstrar que o desenvolvimento da diplomacia cultural brasileira se insere no quadro maior do processo de construção da nossa política externa, e, nesse sentido, é coerente com o contexto doméstico e com configuração do sistema internacional que, avaliados na visão de mundo dos estadistas, configuraram os desígnios e estratégias da PEB ao longo do tempo.

Veremos ao longo do percurso histórico da política externa brasileira, que a cultura só passa a ser reconhecida como dimensão fundamental do desenvolvimento nacional e da estratégia de inserção externa na primeira década do século XXI, enquanto nos períodos anteriores de nossa história lhe era conferida importância secundária, subordinada a interesses econômicos e/ou à legitimação de regimes antidemocráticos. Para demonstrar essa diferença de abordagem, faz-se necessário um corte diacrônico, que inicia com o segundo capítulo e se completa com o terceiro, em que se estuda a política externa do Governo Lula, a dimensão cultural da reforma do e da perspectiva governamental sobre a inserção externa do país e as relações internacionais contemporâneas. Com base na análise de discursos presidenciais e ministeriais, de reformas institucionais e de iniciativas emblemáticas de diplomacia cultural do Governo Lula, se pode reconhecer o papel central da cultura para o projeto de

desenvolvimento nacional e para a estratégia brasileira de inserção externa do século XXI.

3 O LUGAR CONCEDIDO À CULTURA NOS PARADIGMAS POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA

A diplomacia cultural é um dos instrumentos da política externa e, como tal, deve ser estudada como parte integrante das estratégias de inserção externa de um país em determinado período (PODESTÁ, 2008). Para o mapeamento das origens e do desenvolvimento da diplomacia cultural brasileira, optou-se pela periodização paradigmática, que pressupõe a longa duração. Essa opção metodológica facilita o processo de compreensão de processos históricos complexos por propor sua organização dentro de conceitos que apontam traços de continuidade durante todo o período considerado. Traços que, não obstante as variações conjunturais - dadas por alternâncias de governo ou rompimento de relações com determinados países - são constantes e, por isso, conferem coerência estrutural a cada longo período da política externa brasileira, agrupados até a década de 1990 sob o signo de quatro paradigmas: o liberal-conservador, o desenvolvimentista, o neoliberal e o logístico (CERVO, 2008).

Os elementos estruturais que conferem a unidade de cada período paradigmático são agrupados em quatro categorias, segundo a formulação de Amado Cervo (2008):

2. Origem – a multicausalidade interna e externa que se localiza em sua gênese;
3. Continuidade e falência – os fatores que perduram ou preparam para novo paradigma;
4. Bloco mental – parâmetros de ideologia e política próprios do paradigma; e
5. Bloco duro – parâmetros de percepção dos interesses nacionais, relações econômicas internacionais e impactos sobre a formação nacional.

Os itens a) e b) se referem à periodização – a necessidade de estabelecer marcos de início e fim, sem os quais o conceito de paradigma perde operacionalidade. Os itens c) e d) são as unidades de análise propriamente ditas, pois é neles que se podem encontrar os elementos estruturais, persistentes em determinado período e que conferem a este a feição de paradigma. A escolha dessa moldura conceitual para o panorama histórico da diplomacia cultural brasileira tem três motivações:

Em primeiro lugar, trata-se de uma periodização que, com poucas diferenças, é amplamente adotada no estudo da história da política externa brasileira. Além disso, os processos sociológicos e políticos ligados à dimensão cultural de uma nação – de um lado, a constituição de uma identidade nacional, e de uma cultura dita nacional, de outro a operacionalização política desses elementos – são lentos e sua existência depende da formulação intelectual; isto é, só existe identidade nacional e cultura nacional na medida em

que determinados elementos são proclamados como representativos de certo povo, reunido sob o mesmo território. Identidade e cultura nacional só começam a existir quando se tornam objeto de discurso (HALL, 2006). Nesse sentido, a diplomacia cultural dependerá daquilo que em cada período é elaborado discursivamente como constituinte da identidade e da cultura nacionais, formulações que só se podem enxergar numa análise de longa duração como é a paradigmática.

Por fim, a abordagem holística do paradigma, que colhe as determinações internas e os condicionamentos externos de cada período de política exterior alinha-se ao pressuposto teórico desse trabalho de que as determinações internas têm um peso específico na dimensão cultural da inserção externa de um país, pois a política cultural exterior é construída a partir da orientação que fundamenta as políticas públicas de cultura domésticas (PODESTÁ, 2008).

A seguir, apresenta-se uma síntese de cada um dos paradigmas da política externa brasileira, com atenção especial aos elementos constituintes do bloco mental e do bloco duro em suas relações com o contexto cultural do país e desses com as medidas de política externa designadas como diplomacia cultural. A configuração internacional e suas transformações são tomadas como condicionantes e limitadores da atuação brasileira, cabendo ao cenário doméstico os fatores decisivos.

3.1 O paradigma liberal-conservador e os primeiros passos da cultura brasileira e da identidade nacional (1808 –1930)

O período do paradigma liberal-conservador se estende por mais de um século, desde os anos imediatamente posteriores à vinda da Corte portuguesa para o Brasil, em 1808, até a Revolução de 1930 (CERVO, 2008). Estão abrigados nessa moldura o Primeiro e o Segundo Reinado, o período Regencial e a Primeira República, unidades temporais que, à primeira vista, dada a sua diversidade de organização política e o período de mais de um século que configuram podem parecer inconciliáveis num mesmo padrão de política externa. O que se observa, contudo, de 1810 a 1930, são mudanças de regime político interno, sem alterações profundas no caráter social e econômico do país, tampouco do papel atribuído ao Estado (CARVALHO, 2002).

A base socioeconômica de todo esse período é o latifúndio monocultor e exportador, até 1888 de base escravista e, com a Abolição da Escravatura nesse ano, com mão-de-obra assalariada. Numa sociedade dominada pela minoria formada pela elite econômica ligada ao setor exportador, o Estado mantinha-se comprometido com o poder privado (CARVALHO,

2002). A escravidão e a inoperância de um poder dito público são traços que se estendem por todo o período aqui analisado.

A herança da escravidão fez-se perceber muito além da sua extinção. Segundo José Murilo de Carvalho (2002), ela foi o maior obstáculo à formação de uma verdadeira nação, porque mantinha parcela da população subjugada à outra parcela, impedia a integração social e política e a formação de cidadãos. Se o escravo não desenvolvia a consciência de seus direitos, tampouco a elite econômica, formada pelos senhores de escravos, que não compreendiam o sentido de igualdade perante a lei, fundamento de uma sociedade democrática. Entre essas duas classes limítrofes, existia uma população formalmente livre, mas que, predominantemente rural e analfabeta, dependia dos senhores de terras para trabalhar, comer, dormir e até mesmo votar (LEAL, 1993).

Durante o período Imperial, o desafio de administrar um país continental gerou vácuos de poder público que acabaram sendo preenchidos pelo poder privado dos proprietários de terra. A principal instituição que fornecia a base legal dessa dominação privada era a Guarda Nacional, cujos oficiais de mais alto escalão, os coronéis, eram escolhidos pelo imperador dentre os habitantes mais ricos de cada município (CARVALHO, 2002). O que a Primeira República fez foi instalar um sistema político formado por instituições representativas modernas sem alterar a estrutura social arcaica e oligárquica (LEAL, 1993). Dessa sobreposição surge o fenômeno do *coronelismo*: o título de coronel tornou-se alusivo a qualquer chefe político local, mesmo depois da extinção da Guarda Nacional. Assim como no período imperial, o Estado da República Velha está comprometido com o poder privado da elite econômica, mas agora sob a moldura legitimadora de um sistema democrático. O poder central e os líderes provinciais precisam do apoio dos chefes locais para a obtenção dos votos dos habitantes daqueles municípios, o coronel, por sua vez, necessita da carta branca do governo provincial para manter sua hegemonia local.

A maioria do eleitorado brasileiro reside e vota nos municípios do interior. E no interior o elemento rural predomina sobre o urbano. Esse elemento rural [...] é paupérrimo. São, pois, os fazendeiros e chefes locais que custeiam as despesas do alistamento e da eleição. Sem dinheiro e sem interesse direto, o roceiro não faria o menor sacrifício nesse sentido. Documentos, transporte, alojamento, refeições, dias de trabalho perdidos, e até roupa, calçado, chapéu para o dia da eleição, tudo é pago pelos mentores políticos interessados na sua qualificação e comparecimento. (LEAL, 1993, p. 35)¹⁰

¹⁰ Dessa mobilização do coronel e seus funcionários para a obtenção de votos surgiram as expressões “voto de cabresto” e “curral eleitoral” para indicar que o exercício do voto não era considerado um direito, mas uma demonstração de lealdade, obediência e da dependência dos favores dos chefes locais a que estava submetida grande parte da população (LEAL, 1993).

Esse contexto sócio-político e econômico explica por que até meados dos anos 1920 os direitos políticos, civis e sociais não haviam se desenvolvido. Não havia povo politicamente organizado, opinião pública ativa, eleitorado amplo e esclarecido; com cerca de 30 milhões de habitantes, o Brasil tinha 86% de analfabetos e uma sociedade oligárquica que impedia a formação de cidadãos (CARVALHO, 2002). Do ponto de vista da identidade e da cultura nacionais, assumindo que elas sempre acompanham a extensão da atividade cidadã (CARVALHO, 2002), o que se tem nesse período é a ausência de um sentimento nacional.

As principais preocupações da elite brasileira eram o sucesso do setor agroexportador, com a manutenção de seus poderes político e econômico perante o restante da população, a unidade territorial perante os vizinhos e a coesão interna. Esta última foi a principal reivindicação dos brasileiros no acordo de vontades entre a Corte Britânica e a Corte Portuguesa pela Independência do Brasil com a opção pela manutenção da monarquia, pois era “convicção (da elite) que só a figura de um rei poderia manter a ordem social e a união das províncias que formavam a antiga colônia” (CARVALHO, 2002 p. 27). A preocupação com a coesão interna se manteve acesa durante o período imperial e a Primeira República devido às inúmeras revoltas separatistas desse período, que indicavam a permanência de lealdades subnacionais. Quanto à defesa da unidade territorial, o período Imperial é marcado por intervenções militares nos países vizinhos da região da Bacia do Prata, sobretudo durante o período de 1851 a 1876, em que se inserem dois conflitos no Uruguai, uma intervenção na Argentina e a Guerra do Paraguai (GONÇALVES; SILVA, 2009).

No âmbito econômico, o Estado organizou-se de forma a assegurar o interesse dos proprietários de terras. Éramos uma nação dependente do mercado externo, e este estava inserido na lógica liberal, emanada da Europa, cujos padrões de conduta serviam de base para o funcionamento de todo o sistema internacional do século XIX. Nesse sistema, os europeus, sobretudo os ingleses, submeteram o Brasil e os demais países da América Latina ao seu modo de fazer negócios, por meio de tratados bilaterais de livre-comércio (CERVO, 2008). É preciso salientar, contudo, que não se tratou de uma total imposição, o grupo socialmente hegemônico beneficiava-se desse modelo econômico, porque ele abria as portas para os produtos agrícolas brasileiros, em detrimento da modernização nacional (SOLA, 1984). Na economia, portanto, “a ideologia liberal está presente (...) e prevalece durante a segunda metade do século XIX e durante a Primeira República na mentalidade do grupo social que detinha o poder econômico e configurava o político” (CERVO, 2008, p. 69).

A Primeira República consolidou institucionalmente esse traço de ambiguidade que permeava o funcionamento do Brasil – o liberalismo era a forma preferencial de

relacionamento econômico e o conservadorismo oligárquico e territorial sustentava as relações políticas. Esses traços orientadores da dinâmica político-social doméstica são os mesmos traços que compõem o paradigma de política externa vigente, denominada por Amado Cervo de liberal-conservadora. A coincidência perfeita da política externa com os interesses de um setor da sociedade brasileira denota a prevalência de uma realidade oligárquica sob a aparência democrática, situação em que as determinações da política doméstica aparecem com maior clareza nos desígnios internacionais do país. Predominava a visão de mundo da elite agroexportadora, que confundia os interesses nacionais com os próprios interesses, fazendo uma leitura restrita das funções do Estado (CERVO, 2008), que deveria atender aos esforços de promoção dos produtos que tinham demanda internacional, como o café e o açúcar - a chamada diplomacia da agroexportação (CERVO; BUENO, 2002).

O sistema político representativo e a estrutura federativa do Estado, assegurados pela Constituição Republicana de 1891, propiciaram os meios jurídicos para o funcionamento de uma estrutura que já existia (SOUZA, 1984). Contudo, se a descentralização favorecia a manutenção do poder dos coronéis e a defesa dos interesses específicos das oligarquias regionais predominantes – aquelas ligadas à produção de café -, por outro, ela demandava do poder central a manutenção de um mercado interno unificado para a expansão dos negócios agroexportadores. A solução desse problema foi assumida por outros setores da elite, sobretudo os diplomatas, aos quais interessava a preservação da integridade nacional não apenas sob o ponto de vista econômico, mas também geopolítico, devido à crença herdada do período imperial de que o Brasil estava destinado a ser grande (LIMA, 2005).

Na defesa dessa perspectiva, destaca-se a gestão do Barão de Rio Branco no Ministério de Relações Exteriores, entre 1902 e 1912, período durante o qual fixou por via pacífica o mapa de fronteiras brasileiras que conhecemos hoje (LAFER, 2001). Desde o início do século XX, a Inglaterra vinha enfraquecendo sua posição hegemônica, posto que passou a ser ocupado gradativamente pelos Estados Unidos. O Barão soube reconhecer essa alteração no cenário internacional e trabalhou em prol da aproximação com os Estados Unidos, a qual considerava estratégica para afastar as pressões europeias. A chamada aliança não escrita com a potência hemisférica não era, contudo, um relacionamento concessivo – o Brasil procurava estar de acordo com os Estados Unidos sempre que possível, não deixando de defender seus interesses, quando esses fossem contrários aos dos estadunidenses. Essa parceria rendeu ao Brasil a animosidade dos países latino-americanos, mas por outro lado, trouxe o núcleo da política externa brasileira para o continente americano, desviando-o da órbita europeia (GONÇALVES; SILVA, 2009).

Tanto do ponto de vista da constituição de instituições internas, quanto da inserção do país no sistema internacional, podemos compreender o paradigma liberal-conservador como aquele em que predominam as movimentações políticas e econômicas pela construção do Estado nacional (OLIVEIRA, 2005). É verdade que, inicialmente, os processos políticos estavam atrelados à obtenção de benefícios para um setor específico da sociedade, no entanto, foram esses processos que fundaram a base de nossa história política interna e externa na esteira da descolonização. O mesmo contexto pode ser observado na dimensão cultural do período e sua tímida expressão na política externa.

Segundo aponta Antônio Cândido (2002), do ponto de vista da cultura, a chegada da Corte portuguesa em 1808 foi um marco transformador. A partir de então foram permitidas as tipografias, foram impressos os primeiros livros e jornais, aberta a primeira biblioteca pública, além de cursos e escolas superiores. Além disso, observa-se um “adensamento do meio cultural” (CÂNDIDO, 2002 p. 12) com a chegada de estudiosos estrangeiros como cientistas, artistas e artesãos, além de brasileiros e portugueses formados na Europa, que agora retornavam. Merece referência a missão artística francesa que chegou em 1816 e seria responsável pela fundação da Academia de Belas Artes. O campo musical também se desenvolveu, resultando na fundação da Orquestra Filarmônica em 1841 e da Ópera Nacional em 1857 (BRANT, 2009).

É notável a íntima ligação entre os intelectuais e a classe política dos últimos anos coloniais e do período imperial. José Bonifácio de Andrade e Silva é um caso ilustrativo: cientista formado na Europa, com carreira exemplar, teve papel decisivo no movimento que levou à Independência, foi ministro do Império e poeta (CÂNDIDO, 2002). Isso aponta para uma das características fundamentais da nascente cultura brasileira do período: tratava-se de um fenômeno de elites econômicas, que se pautava predominantemente pelo modelo europeu de cultura erudita. A influência era predominantemente francesa, da qual se importavam padrões estéticos que atendiam ao gosto da elite econômica. Enquanto isso, as camadas mais pobres da população eram vistas como incultas e, portanto, suas manifestações culturais não eram consideradas dignas.

O surgimento da Escola Romântica de Literatura, que data da década de 1830, alterou um pouco esse quadro. O Romantismo tornou-se aos poucos a ferramenta adequada para a expressão da nação recém-fundada: mais acessível que os textos acadêmicos e aliada aos meios de comunicação em massa, como folhetins, atingiu um público mais amplo e contribuiu para a ideia que o brasileiro ia formando de si mesmo, ou seja, para um sentimento de identidade, para a noção de que havia uma produção cultural própria e não apenas importada

(CÂNDIDO, 2002).

Da mesma forma, temáticas centrais da produção literária romântica, associadas a um sentimento de nativismo e nacionalismo, mobilizavam identificações simbólicas que iam além dos limites estabelecidos pelo gosto da elite. A exaltação da natureza; a figura do índio, apresentado como heroico e bondoso; o amor romântico; a exaltação da pátria; as questões sociais e, dentre elas, o destaque dado aos horrores da escravidão; a valorização de particularidades regionais; todos esses temas ampliavam o apelo simbólico da literatura e reforçavam o sentimento de unidade nacional.

A Guerra do Paraguai também é apontada um dos principais fatores de “produção da identidade brasileira” (CARVALHO, 2002, p. 78). Nenhum acontecimento político anterior mobilizara tantas pessoas, das mais diferentes províncias, e tampouco tivera caráter nacional. Na imprensa, nas canções populares, procurava-se promover a identidade do brasileiro, sobretudo dos heróis de guerra, e falava-se do amor e da lealdade à pátria (CARVALHO, 2002).

Conforme salientado, não havia cidadãos brasileiros, a maior parte da população estava excluída do acesso à educação e à cultura. O que havia era uma elite econômica, também no controle do Estado, que promovia a vinda de intelectuais e artistas internacionais, conforme o seu interesse em adequar a realidade brasileira aos modelos europeus de civilização. Eram, sobretudo, medidas de relacionamento cultural internacional receptivas, absorventes e não emissoras. As poucas iniciativas de difusão da cultura nacional estavam ligadas à promoção de artistas nacionais eruditos, que produziam obras adequadas ao padrão europeu. Caso ilustrativo é a viagem de Carlos Gomes à Europa, financiada pelo Imperador em 1836 (BRANT, 2009). Paralelamente, mandavam-se como diplomatas à Europa aqueles homens que se tinham por melhores poetas, eruditos, homens da cultura e também os mais elegantes e bem-apegoados. (SILVA, 2002).

Para o Brasil, tratava-se [...] de demonstrar que não apenas o seu imperador fazia parte das grandes famílias reais europeias, mas que suas elites se entroncavam nas nobrezas do Velho Continente e que até mesmo aquela parcela que se via mais do que morena, por cabocla, mulata ou acafuzada, não destoava dos gostos dos seus pares na Europa. (SILVA, 2002, p.22)

Após a Proclamação da República, o cenário da cultura brasileira manteve-se marcado pela influência europeia, e a cena política, pela predominância econômica, política e intelectual da elite ligada à propriedade da terra. Uma característica do contexto social e político imperial persistente nas preocupações intelectuais do período republicano é a unidade nacional, reformulada na necessidade de criar uma nova face para o Brasil, agora republicano,

e, portanto, de formalizar os símbolos desse novo regime, como a bandeira e o hino, assim como os heróis da pátria (CARVALHO, 2011). Por essa mesma preocupação, durante as décadas de 1920 e 1930, grande parte dos questionamentos intelectuais levantados na Academia diz respeito à organização social adequada a um país de dimensões continentais como o Brasil (OLIVEN, 2006).

Por outro lado, começavam a surgir novos atores sociais como comerciantes, empresários e profissionais liberais, devido ao início da urbanização e da industrialização do país. A sociedade complexificava e, do mesmo modo, aprofundava-se o debate político, social e intelectual sobre a questão da nacionalidade. Reflexos da coexistência de um Brasil arcaico, tradicional e agrário com um Brasil que se desejava moderno e urbano, são o Movimento Modernista de 1922 e o Manifesto Regionalista de 1926 (OLIVEN, 2006).

O Movimento Modernista é apontado como um divisor de águas na construção da identidade nacional. Sua orientação ideológica está contida no Manifesto Antropofágico, em que a modernidade brasileira é apontada como resultado da capacidade de absorção e transformação criativa daquilo que vem de fora em algo novo e que faça sentido na realidade nacional (OLIVEN, 2006).

Por um lado, significa a reatualização do Brasil em relação aos movimentos culturais e artísticos que ocorrem no exterior, por outro lado, implica também buscar nossas raízes nacionais, valorizando o que haveria de mais autêntico no Brasil. (OLIVEN, 2006, p. 41).

Já o Manifesto Regionalista expressa a preocupação com a convivência de especificidades locais, no seio da unidade nacional. Defende, sobretudo, a preservação dos valores culturais tradicionais da região Nordeste. Numa defesa intransigente de valores representativos da vida rural, ameaçada pelo advento da modernidade, o movimento regionalista - cujos representantes são predominantemente oriundos da classe agroexportadora - também critica a preferência das elites urbanas pela importação de costumes europeus (OLIVEN, 2006). Se os modernistas propõem a atualização cultural de acordo com os movimentos de vanguarda em curso no continente europeu, os regionalistas estão preocupados com os malefícios trazidos pelo progresso e pela adaptação nacional de valores externos. Trata-se da expressão intelectual da nova realidade sócio-política brasileira: “a luta entre os intelectuais de uma ordem social que se faz ultrapassar pela história e os intelectuais orgânicos de um novo tipo de sociedade que se constrói.” (ORTIZ, 1985, p. 13).

Assim como no período Imperial, destaca-se no panorama da República a ligação estreita entre os intelectuais e a elite econômica detentora do poder político. A saliência dos Movimentos Modernista e Regionalista na preocupação com as questões nacionais, a forte

presença de escritores e acadêmicos ocupando pastas do Governo e, relevantemente, do Ministério de Relações Exteriores denotam a estreita ligação entre política e literatura nesse período (FREYRE, 2004). Seguindo a vinculação da Escola Romântica com as temáticas nacionais, os modernistas acentuam sua participação na política republicana, ou pelo exercício direto de cargos públicos, ou pela atuação na imprensa nacional, também ativa na atividade política e literária desde a chegada da Corte portuguesa (CÂNDIDO, 2002).

O desenvolvimento cultural do país até meados da Primeira República foi, portanto, predominantemente literário (FREYRE, 2004.), o que concede as primeiras características da nascente diplomacia cultural brasileira e faz do Brasil o primeiro país da América Latina na promoção da cultura nacional como forma de inserção externa. Ainda não se trata, porém, de uma política sistemática de difusão cultural, mas de iniciativas esparsas e sem ligação umas com as outras, e que se destinam, sobretudo, ao financiamento de escritores brasileiros (DUMONT; FLÉCHET, 2009).

Nossa diplomacia cultural ganha novo estímulo no entre guerras e, sobretudo, a partir da década de 1920. Trata-se de um período conturbado na política e na economia doméstica, quando o regime oligárquico começa a dar sinais de esgotamento. O consenso político-social é cada vez mais difícil de se obter devido a cisões dentro de grupos oligárquicos e ao surgimento de novas classes e movimentos sociais (SOUZA, 1984). A economia, por sua vez, começa a apresentar sinais de crise, porque as medidas governamentais de proteção ao café exigem a tomada de empréstimos internacionais, contribuindo para o crescimento da dívida pública. A dependência dos credores externos leva à ruína do pacto oligárquico em 1929, quando a quebra da Bolsa de Nova York cessa o fluxo de capitais internacionais (FAUSTO, 1997).

A divisão política e a crise econômica do país se fazem sentir também na política externa, e ficam evidenciadas nos debates entre setores governamentais, imprensa e setores sociais que se estabelecem quando das posturas internacionais que o Brasil precisa assumir no período, dentre elas a entrada na Liga das Nações, a postulação a uma vaga no Conselho de Segurança dessa organização e a decisão de retirada da Liga em 1926 (GARCIA, 2000). Não obstante a turbulência e as alterações internas e externas trazidas por cada alternância de governo nos últimos anos da República Velha, são elementos constantes desse período a adoção de uma postura cada vez mais subserviente aos Estados Unidos (GONÇALVES; SILVA, 2009) e a utilização do multilateralismo como instrumento de construção do prestígio do país na cena internacional (GARCIA, 2000). A predominância dos Estados Unidos no continente americano e a animosidade do Brasil com os vizinhos da América do Sul

configuram o isolamento diplomático brasileiro na região. Dessa forma, o país busca os fóruns multilaterais e, sobretudo, a Liga das Nações como alternativa de inserção externa, onde a atuação brasileira vai ser orientada pela busca de reconhecimento e da construção de uma imagem de prestígio para o país. Parte da elite nacional, principalmente aquela que compunha os quadros do Itamaraty julgavam que o Brasil estivesse pronto para exercer um papel ativo nas relações internacionais. Essa perspectiva predominou, não sem oposição interna, até 1926 quando o país retirou-se do organismo (GARCIA, 2000).

A busca de prestígio internacional, no entanto, persistiu para além da retirada oficial da Liga. O Brasil manteve laços colaborativos com órgãos técnicos da organização, dentre os quais se destaca a Organização Internacional de Cooperação Intelectual (OICI), criada em 1921 em Paris, com auxílio financeiro do governo francês (SOUZA, 2011) e composta pelo Instituto Internacional de Cooperação Intelectual (IICI, criado em 1926), a Comissão Internacional de Cooperação Internacional (CICI). A OICI tinha a missão de estudar para agir, isto é, pretendia agregar conhecimento para construir relações internacionais baseadas no diálogo e na cooperação (SOUZA, 2011). Os principais eixos de trabalho da organização eram (AHI *apud* SOUZA, 2011):

3. Estudo científico das relações internacionais;
4. Colaboração internacional das universidades e dos estabelecimentos de ensino;
5. Divulgação de obras literárias;
6. Cooperação entre bibliotecas e arquivos;
7. Colaboração intelectual no campo das ciências humanas;
8. Colaboração científica no campo das ciências exatas e naturais.

Também compunham o organograma da OICI, 45 Comissões nacionais (UNESCO, 2009), dentre as quais a Comissão Brasileira de Cooperação Intelectual (CBCI), criada em 1923. A Comissão Brasileira começou a funcionar em 1925, dentro da Academia Brasileira de Letras e sua principal missão era coletar informações sobre o cenário cultural e científico brasileiro que deveriam ser repassadas ao IICI e coordenar os projetos referentes às atividades de cooperação intelectual no Brasil. O predomínio da iniciativa privada não durou muito tempo, pois a obrigação de informar Ministério das Relações Exteriores do andamento de suas atividades foi colocando a Comissão cada vez mais sob a tutela do governo (SOUZA, 2011).

Muito do sucesso da CBCI deveu-se a Eliseu de Montarroios, escritor e jornalista, que ocupou o cargo de representante brasileiro no IICI durante toda a existência desse organismo

(DUMONT; FLÉCHET, 2009). Montarroiós tinha em mente a importância do papel da cultura nas relações internacionais e acreditava que o seu trabalho no Instituto serviria para a promoção de uma imagem favorável aos interesses brasileiros: tratava-se de se constituir no agente da propaganda brasileira na Europa (DUMONT; FLÉCHET, 2009). Nesses cinco anos de atuação compreendidos no paradigma liberal-conservador (1925 – 1930), a atuação brasileira no IICI coloca as sementes para a criação de uma diplomacia cultural brasileira sistemática e programática que se desenvolveu nos governos seguintes (DUMONT, 2008), e que terá como traço fundador, e ao mesmo tempo de continuidade com relação ao período anterior, a promoção da literatura brasileira no exterior (DUMONT; FLÉCHET, 2009).

Assim como a totalidade da política externa brasileira do paradigma liberal-conservador preocupa-se com a construção e a consolidação do Estado nacional – de suas fronteiras e de sua inserção externa – a diplomacia do período é uma diplomacia de fundação (LAFER, 2002) – no plano cultural, isso significou a construção das bases de uma diplomacia cultural sobre aquilo que a elite dominante julgava melhor representar o país no exterior: a literatura. Não há, portanto, um projeto de desenvolvimento nacional consolidado, há projetos de uma elite num país oligárquico e, portanto, há um Brasil em fase de invenção (CHAUÍ, 2000). Essa característica será predominante durante os primeiros anos do paradigma posterior, no entanto, será contrastada pelas mudanças sociais que alteram o caráter e as atribuições do Estado e a vinculação deste com as questões culturais.

3.2 A cultura sob controle estatal no paradigma nacional-desenvolvimentista: a compreensão economicista do desenvolvimento nacional e a propaganda oficial (1930-1990)

Considerando o período histórico compreendido pelo primeiro paradigma da política externa brasileira como aquele da construção nacional (OLIVEIRA, 2005) – em suas diversas acepções: territorial, político-social e institucional, cultural – o segundo paradigma, cujas linhas mestras se desenham no primeiro período em que Getúlio Vargas esteve no poder (1930 – 1945), se constrói ao redor da busca pelo desenvolvimento nacional. Ao longo desse período, dividiram-se intelectuais e dirigentes em torno de qual o melhor modelo de desenvolvimento para o país, mas foi consensual a percepção de que o principal desafio político, interno e externo, a ser enfrentado era a superação da condição de subdesenvolvimento.

Na lógica diplomática brasileira de um nacionalismo de fins, no período que se estende até o final da década de 1980, (as) linhas mestras (da PEB) se traduziram em trabalhar uma integração controlada na economia mundial, mobilizando recursos para aprofundar o processo de substituição de importações, que associava mercado interno e intervencionismo estatal, com o objetivo de promover a industrialização e o desenvolvimento. Traduziu-se, também, num esforço de construir o espaço da autonomia estatal por um moderado e relativo distanciamento – maior ou menor dependendo das condições [...] em relação aos polos de poder (LAFER, 2009, p. 88 – 89).

As condições internas para a gênese desse novo paradigma estão na crise que levou à falência do sistema oligárquico da República Velha, com o início de processos de urbanização e industrialização, o surgimento de novas classes sociais, o crescente desagrado com a ideologia econômica liberal e o fortalecimento de um consenso nacional em torno da necessidade de um Estado forte e centralizador capaz de atender a interesses nacionais que não condiziam mais com os interesses únicos da classe agroexportadora (CARVALHO, 2002; CERVO, 2008). Eram impulsos internos que iam contra a dependência econômica brasileira e o atraso social, a serem superados pelo progresso e modernização do país, o que significava, à época, promover a industrialização (CAPELATO, 1996).

O ambiente internacional, por sua vez, configura-se ao redor da influência dos Estados Unidos. Desde o início do século XX, o Brasil estabeleceu com esse país uma relação de dependência econômica, devido à necessidade de produtos manufaturados e de bens de capital. Com o passar dos anos, essa relação transforma-se no elemento limitador da política externa brasileira, assumindo um movimento pendular (FARIA 2008): ora o Brasil se aproxima dos Estados Unidos, buscando uma aliança preferencial, ora afasta-se, buscando autonomia conjuntural dentro de um quadro de dependência estrutural, ou almejando uma inserção diversificada para barganhar com os Estados Unidos ou escapar à situação de dependência (VIZENTINI, 1999).

A partir de 1930, o Brasil inaugurava uma fase de sua história em que o nacionalismo e a construção de uma imagem positiva do país davam a tônica das discussões acadêmicas e intelectuais e do ambiente sócio-político. As demandas econômicas da sociedade tinham se diversificado: massas urbanas requeriam emprego e renda, uma burguesia nascente precisava ampliar suas oportunidades de negócios, militares preocupavam-se com a segurança nacional (CERVO, 2008). As demandas socioculturais estavam ligadas à renovação da imagem do Brasil, momento em que se constrói o chamado mito das três raças (ORTIZ, 2011).

Nesse âmbito destaca-se a obra intelectual de Gilberto Freyre, que reavalia a herança da escravidão, do colonialismo português e da tradição indianista na formação da cultura brasileira: o que no século anterior era considerado negativamente como mestiço, popular,

inculto para a elite governante, torna-se nacional. Inicia nessa época a transformação do samba, da capoeira, do carnaval, da feijoada em símbolos nacionais, graças à operação discursiva que tem lugar entre os cientistas sociais da época e que é instrumentalizada pelo governo como forma de projeção nacional (VIANNA, 1995). Trata-se de uma transformação cultural profunda, em que o Brasil passa a ser apresentado para si mesmo e para o exterior como uma democracia racial, como o país sem preconceitos, pacifista e conciliador (ORTIZ, 2011), e com uma cultura nacional sincrética, antropofágica, capaz de absorver diversas influências e transformá-las em algo autêntico (OLIVEN, 2006). De um lado o nacionalismo econômico e a ideologia do progresso, de outro o mito da democracia racial e do povo pacífico, da cultura mestiça, todos esses pressupostos serão aproveitados pelo Estado Novo (CAPELATO, 1999; ORTIZ, 2011) nas suas medidas de propaganda interna e de diplomacia cultural.

No âmbito doméstico, o órgão responsável pela construção de uma imagem favorável do regime do Estado Novo era o Departamento de Imprensa e Propaganda, criado em 1939. Sua principal atribuição era a promoção da doutrina de Estado, das realizações do governo e da imagem de Getúlio Vargas, o que significava não só a criação de material cultural adequado a essas pretensões, mas também a censura de quaisquer obras ou publicações que fossem consideradas prejudiciais ao país e a suas instituições (DUMONT; FLÉCHET, 2009). Alguns dos eixos em que o DIP atuou foram os seguintes:

[...] cinema, rádio, teatro, imprensa, literatura social e política, proibiu a entrada no país de publicações nocivas ao interesse brasileiro, agiu junto à imprensa estrangeira no sentido de se evitar que fossem divulgadas informações nocivas ao crédito e à cultura do país, dirigiu transmissão diária do programa radiofônico A Hora do Brasil, que iria atravessar os anos como o instrumento de propaganda e de divulgação das obras do governo. (FAUSTO, 2012, p. 376)

Para a promoção externa da imagem do Brasil, a instituição principal era o Serviço de Cooperação Intelectual, criado em 1934. Em 1938, o Serviço passou por uma reforma, transformando-se em Divisão de Cooperação Intelectual (DCI), que passaria a ser responsável pela elaboração das ações do Ministério das Relações Exteriores relativas às relações culturais, pela difusão da cultura brasileira e pela difusão de conhecimentos acerca da realidade brasileira nos principais centros internacionais da área (DUMONT; FLÉCHET, 2009). Essa reforma fora proposta pelo Ministro de Educação e Saúde Gustavo Capanema e contou com a colaboração intelectual de Gilberto Freyre (SUPPO, 2003). A participação ativa de intelectuais nas estratégias governamentais relacionadas à cultura é um traço de continuidade da fase anterior – da mesma forma que os oligarcas da República Velha e o

Imperador patrocinavam a viagem de notáveis ao exterior a fim de mostrar que o Brasil também tinha homens ilustres, Getúlio Vargas também tem interesse na promoção de personalidades brasileiras (SUPPO, 2003).

O Estado Novo perseguiu, prendeu, torturou, forçou ao exílio intelectuais e políticos, sobretudo de esquerda, e alguns liberais. Mas não adotou uma atitude de perseguição indiscriminada. Seus dirigentes perceberam a importância de atrair setores letrados a seu serviço. (FAUSTO, 2012, p. 379)

Uma das principais propostas de Capanema à frente do Ministério foi a criação de um órgão ligado à DCI que se responsabilizasse pela aproximação com os povos da América do Sul, por meio da promoção de intercâmbios culturais e da criação de um centro de estudos sul-americanos (SUPPO, 2003). O centro não se materializou, mas desenhou-se um esboço de diplomacia cultural para a América do Sul nos diversos acordos de cooperação intelectual assinados a partir de 1930 (DUMONT; FLÉCHET, 2009).

Não obstante esse esboço de aproximação diplomático-cultural com os vizinhos sul-americanos, os principais focos da diplomacia cultural brasileira eram a Europa e os Estados Unidos (DUMONT; FLÉCHET, 2009). Com os países europeus, o principal meio de relacionamento intercultural continuava sendo o Instituto Internacional de Cooperação Intelectual, cujas atividades brasileiras já tinham iniciado na República Velha. Além disso, são criados, por sugestão de Gustavo Capanema, o Instituto Luso-Brasileiro de Alta Cultura, o Instituto Germano-Brasileiro de Alta Cultura e o Instituto Ítalo-Brasileiro de Alta Cultura em 1934, à luz do Instituto Franco-Brasileiro, que existia desde 1922 (DUMONT; FLÉCHET, 2009). Com relação às iniciativas culturais levadas a cabo nesses órgãos houve, contudo, uma mudança discursiva importante a partir do governo Vargas e da gestão Capanema do Ministério de Educação e Saúde: o Brasil não se apresentava mais como um país disposto a emular o modelo de civilização europeu, apresentando à sociedade internacional seus intelectuais e artistas mais afeitos à cultura erudita – tratava-se agora de demonstrar que o Brasil poderia trazer uma contribuição original ao mundo moderno e ao patrimônio cultural e intelectual da humanidade (DUMONT; FLÉCHET, 2009).

É com relação aos Estados Unidos que se estabelece a mudança mais profunda na diplomacia cultural brasileira desse período. Por um lado, o Brasil começa a ser alvo fundamental da diplomacia pública americana, beneficiada pelo desenvolvimento dos meios de comunicação de massa. Foi um bombardeio ideológico, por meio do rádio, do cinema, das publicações, que apresentava os Estados Unidos como o novo mundo do progresso e da

cultura de consumo, que pretendia promover o estreitamento das relações com o Brasil. Essa estratégia inicia com a política da boa vizinhança e da ideologia pan-americanista do Governo Delano Roosevelt, durante a Segunda Guerra Mundial, quando o Brasil ganha importância estratégica (TOTA, 2000).

Antônio Pedro Tota (2000) indica esse período como o início da americanização do Brasil, mas diferentemente de outros autores, de corrente marxista, ele não a avalia como uma assimilação passiva. Tratou-se da interação entre a cultura americana e a brasileira, resultando em novas manifestações culturais, porque nas palavras do autor “um povo só incorpora determinado valor cultural de outro povo se ele fizer sentido no conjunto geral de sua cultura” (TOTA, 2000, p.193). As heranças mais evidentes desse período são o surgimento no Brasil de uma cultura de consumo, padronizada conforme o *american way of life*, e a absorção de produtos oriundos da indústria cultural americana. Por isso, no período posterior, que corresponde à Guerra Fria, a diplomacia pública dos EUA abandona a política da boa vizinhança e diminui seu interesse na América Latina, assumindo a função de disseminar no mundo a propaganda anticomunista (TOTA, 2000, p.193). No Brasil, o principal agente da difusão cultural americana tornou-se o capital privado das indústrias culturais, beneficiados com a progressiva abertura econômica.

Ademais, as relações culturais, mesmo com os Estados Unidos não devem ser vistas como meramente receptivas. Getúlio Vargas soube aproveitar o interesse americano no Brasil: músicos, cantores, pintores eram levados aos Estados Unidos e o café brasileiro era amplamente divulgado naquele país. Um comercial de rádio da NBC é ilustrativo dessa estratégia: entre uma notícia e outra sobre a Guerra, anunciantes sugeriam ao ouvinte que tomasse uma xícara extra de café em benefício da amizade entre Brasil e Estados Unidos (TOTA, 2000).

O governo brasileiro, interessado em aumentar as vendas de café para os Estados Unidos soube aproveitar o clima criado pela Política da Boa Vizinhança: procurou veicular pelo rádio e pelos jornais ideias e informações que possibilitassem a formação de uma imagem positiva do Brasil (TOTA, 2000, p. 108).

Além disso, o Brasil soube utilizar a crescente polarização política internacional a favor de seus interesses econômicos relacionados ao desenvolvimento, postando-se ao mesmo tempo adepto dos ideais americanos e, sobretudo, da doutrina do pan-americanismo; e aberto às negociações com Alemanha, com quem o comércio brasileiro crescia (MOURA 1980). Essa estratégia ficou conhecida como equidistância pragmática e, além de se referir às negociações políticas, econômicas e militares propriamente ditas, também teve expressão na

diplomacia cultural, por meio das iniciativas brasileiras no IICI, fundamentalmente europeu, e a União Pan-americana, sob a égide dos Estados Unidos (DUMONT, 2008). Foi graças a essa ampla estratégia de barganha, com diversas frentes, que o Brasil obteve dos Estados Unidos o auxílio financeiro para a abertura da Siderúrgica de Volta Redonda e para o reaparelhamento e treinamento do Exército (MOURA 1980; LAFER; 2009).

Desse panorama, podem-se inferir algumas características gerais da diplomacia cultural que nasceu e se desenvolveu até 1945. Havia, em primeiro lugar, uma desordem institucional e um descompasso de estratégias entre as atividades exercidas pelo DIP e aquelas levadas a cabo pelo próprio presidente e pela Divisão de Cooperação Intelectual, ligada ao Itamaraty. A princípio, o DIP deveria ser responsável pela manutenção da imagem do regime do Estado Novo e da autoestima do brasileiro no âmbito doméstico, mas no próprio decreto que lhe deu origem estava prevista a intervenção nas políticas internacionais do setor cultural, por meio de censura, a toda ação considerada nociva às instituições do regime. Além disso, à época, o Estado, a personalidade de Getúlio Vargas e a identidade do Brasil apareciam muitas vezes como sinônimos, devido à própria característica de regime autoritário, em que a figura do líder acaba personificando as instituições (CAPELATO, 1996). Nesse sentido, temos uma diplomacia cultural híbrida em que há do lado da DCI predominância de iniciativas de cooperação intelectual, e da parte do DIP temos a propaganda oficial do regime varguista. Nessa disputa, o DIP saía na frente, por estar ligado diretamente ao gabinete do presidente e possuir orçamento muito maior que o da DCI (DUMONT; FLÉCHET, 2009).

Outra característica desse período é a dissociação entre aquilo que é mais valorizado no âmbito interno, isto é, a construção de uma identidade nacional forjada sobre símbolos culturais antes ligados à cultura dita popular – como o samba, o carnaval, a feijoada e o futebol – e a persistência das estratégias de promover no exterior uma cultura brasileira de padrões eruditos (DUMONT; FLÉCHET, 2009). Tratava-se, contudo, de um período de transição, porque nos anos seguintes a cultura popular tornar-se-ia definitivamente nacional e passaria a ser associada ao Brasil no mundo todo (ORTIZ, 2011). Por fim, podemos observar a ligação direta entre os destinatários preferenciais da diplomacia cultural brasileira e os interesses econômicos ligados à estratégia de desenvolvimento via industrialização. África e Ásia não faziam parte de nosso horizonte diplomático-cultural, e a América Latina interessava a apenas alguns setores, não sendo considerada estratégica para a inserção brasileira. Estados Unidos e Europa, os principais parceiros econômicos eram também os principais alvos das iniciativas brasileiras de construção de uma imagem de prestígio (DUMONT; FLÉCHET, 2009).

Dentro do paradigma desenvolvimentista, temos, portanto, um primeiro período da diplomacia cultural brasileira de 1930 a 1945, que consiste no seu surgimento e no estabelecimento de suas características fundamentais (DUMONT, 2008; DUMONT; FLÉCHET, 2009). O segundo período vai de 1945 a 1980, e consiste no desenvolvimento da diplomacia cultural, que ganha importância em diversas instâncias políticas e sociais. As iniciativas diplomático-culturais crescem numericamente e em escopo, os destinatários se expandem e diversificam e os símbolos da cultura popular tornam-se os objetos preferidos de promoção internacional da imagem brasileira (DUMONT; FLÉCHET, 2009).

Na década de 1950, a Comissão Econômica Para a América Latina (CEPAL) elabora uma teoria inspirada nos governos de Vargas (1930 – 45) (CERVO, 2008). Da teoria desenvolvimentista de Celso Furtado, chegamos à Teoria da Dependência nos anos 60 e 70, ambas se voltavam para a necessidade de superação da assimetria econômica, por meio da industrialização e da formulação autônoma do projeto de desenvolvimento nacional. O Governo Vargas, nesse sentido, forneceu as bases para o bloco mental do paradigma desenvolvimentista, que seria depurado e aperfeiçoado nas décadas seguintes, tornando-se o modelo de inserção internacional do Brasil até o início dos anos 1990 (CERVO, 2008).

A década de 1950 pode ser considerada um período de reorganização política interna paralela à perda de espaços de manobra no cenário internacional (VIZENTINI, 1999). O aceleração da industrialização e da urbanização, com o crescimento das classes urbanas configurava o aumento da pressão popular sobre a política. Polarizavam-se as posições conforme a opção de desenvolvimento do país. De um lado estavam os nacionalistas, defensores do monopólio estatal de recursos básicos, como o petróleo e a energia elétrica, do protecionismo industrial e da autonomia na política externa. Para esses, os outros eram chamados de entreguistas, pró-americanos, pois defendiam a abertura econômica e queriam uma política exterior associada aos Estados Unidos (CARVALHO, 2002). Essa polarização interna corresponde, em certa medida, ao quadro externo da Guerra Fria. Com um espaço de manobra reduzido perante a ideologização da política internacional e a redução do interesse americano na América Latina, o Brasil oscilou entre uma política de acomodação submissa aos Estados Unidos, com destaque para o período do Governo Dutra (1946 – 1961) e tentativas de retomada do projeto de desenvolvimento industrial nos Governos Vargas (1951 – 1954) e Kubitschek (1956 – 1961), limitadas, no entanto, pela supremacia americana (VIZENTINI, 1999), com sua forte presença cultural, além da predominância dos seus investimentos na economia brasileira e deterioração dos meios de troca brasileiros no comércio internacional (CERVO; BUENO, 2010).

A soma das situações interna e externa ajuda a explicar porque a década de 1950 configura um hiato na preocupação estatal com a dimensão cultural. Segundo Leonardo Brant (2009), a década de 1950 é marcada pelo aumento dos investimentos privados no setor cultural, em paralelo com a perda de atuação significativa do Estado, que se limitou à manutenção de instituições criadas anteriormente e à distribuição de parques subsídios. O fortalecimento dos meios de comunicação em massa, com destaque para o rádio e a televisão estão ligados à abertura do mercado nacional aos investimentos estrangeiros e à bipolaridade do sistema internacional, que abriu caminhos para a entrada da produção cultural norte-americana (BRANT, 2009).

A reviravolta nessa política cultural predominantemente receptiva inicia nos anos finais do Governo Kubitschek, em que é retomado o projeto de industrialização e iniciativas de política externa assemelhadas à barganha nacionalista de Vargas (VIZENTINI, 1999). A palavra de ordem voltava a ser vencer o subdesenvolvimento, e nesse esforço deveriam se complementar reformas internas e transformações no relacionamento internacional (CERVO; BUENO, 2010). O projeto político e econômico do Governo JK dependia da colaboração com o capital estrangeiro e, portanto, de políticas para a sua atração. Faz parte dessa estratégia o lançamento da Operação Pan-Americana (OPA), proposta pelo presidente brasileiro em 1958, com a finalidade de revisar os parâmetros da relação entre os Estados Unidos e a América Latina.

O ideal pan-americanista do período Vargas-Roosevelt era retomado em novas bases: a solidariedade política entre os povos americanos deveria contar com um equivalente econômico (CERVO; BUENO, 2010). O argumento por trás da OPA era a tese de que o desenvolvimento econômico seria a maneira mais eficaz de promover a democracia e evitar a penetração de ideologias autoritárias que se apresentavam como soluções para os países atrasados.

Essa tese é fruto do pensamento cepalino, em amplo desenvolvimento na época, e da elaboração intelectual do nacional-desenvolvimentismo pelo Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), criado em 1955 por iniciativa de JK, e ligado diretamente ao Ministério da Educação (CARVALHO, 2002). Na cúpula do ISEB estavam intelectuais de prestígio, encarregados “de elaborar uma ideologia nacionalista e difundi-la por meio de cursos e conferências” (CARVALHO, 2002, p. 133). Na mesma época, foi criado o Centro Popular de Cultura (CPC), ligado à União Nacional dos Estudantes, com o objetivo de conscientizar as massas populares da situação política, social e cultural do país através de atividades artísticas gratuitas. Desconsiderando as diferenças em seus posicionamentos políticos – o ISEB ligado a

uma perspectiva de que o Estado deveria ser o fomentador da consciência nacional e do desenvolvimento, e a CPC, mais à esquerda preocupada com o papel da cultura popular e a transformação das bases sociais (ORTIZ, 2006) – ambas as organizações revelam a retomada dos debates em torno da questão nacional e do papel dos intelectuais na corrida contra a condição de subdesenvolvimento (OLIVEN, 2006).

A ideia fundamental era de que o Brasil possuía uma cultura alienada, resultado do passado colonial e da subsequente situação de dependência (OLIVEN, 2006; ORTIZ, 2006). O progresso e a modernidade, materializados na industrialização, seriam fundamentais para a superação dessa condição subordinada, e essa dependia da mobilização de recursos internos e externos. Foi nesse contexto que a política externa tornou-se eixo fundamental da estratégia nacional de desenvolvimento. Nas palavras de Amado Cervo e Clodoaldo Bueno (2010, p. 288):

Nunca na história brasileira do século XX valorizara-se tanto o contexto externo no equacionamento dos problemas nacionais. O nacional-desenvolvimentismo, nítido a partir da gestão de JK, passou a informar e a ser, portanto, a chave para a compreensão das relações internacionais do Brasil. Com maior ou menor ênfase, avanços ou recuos, assim tem sido a política exterior do Brasil desde a segunda metade da década de 1950.

A influência do ambiente intelectual fomentado pelo ISEB e pela CPC será sentida também na diplomacia cultural que se transforma a partir do final da década de 1950 e início da década de 1960. Em primeiro lugar, o pensamento nacional-desenvolvimentista toma conta dos estadistas brasileiros e origina, nos anos subsequentes, novas estratégias de inserção internacional, dentre as quais se destaca a diversificação e ampliação dos parceiros comerciais e políticos brasileiros, isto é, a busca pela mundialização das relações internacionais do Brasil, com a finalidade de diminuir a dependência da dinâmica regional regulada pela supremacia dos Estados Unidos.

Essa estratégia terá sua primeira expressão efetiva com a Política Externa Independente de Jânio Quadros e será retomada pelo regime militar após um primeiro período de reajuste (1964 – 1967), em que adere aos parâmetros do liberalismo econômico e das fronteiras ideológicas engendrados pela ordem internacional americana no período da Guerra Fria. A diversificação de parceiros se faz sentir também na diplomacia cultural, quando a África adentra o horizonte de nossos interesses estratégicos, no curto período de duração da PEI e depois, no regime militar, a partir dos anos 1970. É interessante destacar que a aproximação brasileira com o continente africano esteve marcada desde o seu lançamento por argumentos culturalistas (SARAIVA 1996). Em artigo próprio sobre a política externa de seu

governo, Jânio Quadros escreveu:

Quanto à África, podemos dizer que representa hoje uma dimensão da política externa brasileira. Estamos ligados àquele continente pelas nossas raízes étnicas e culturais e partilhamos do seu desejo de formar para si mesmo uma posição independente no mundo de hoje (QUADROS, 1961, p. 154).

Em segundo lugar, amplia-se definitivamente a compreensão do Itamaraty e do Governo acerca da noção de cultura nacional, para abrigar elementos típicos da cultura popular (DUMONT; FLÉCHET, 2009), conforme elaborada pelos intelectuais da época ligados ao governo, sobretudo os do ISEB e da CPC (ORTIZ, 2006). A consolidação dessas duas transformações na diplomacia cultural brasileira – quais sejam, a diversificação de destinatários e a ampliação do escopo – se deu ao longo do regime militar, o que demanda a compreensão da ambiguidade política e social desse período, no qual o Brasil passou por uma modernização conservadora (OLIVEN, 2006), em que convivem a repressão política e a reorganização econômica, pautada pela industrialização e a atração de capital externo (ORTIZ, 2006).

Os militares assumiram o poder em 1964 sob as justificativas de salvar Brasil da ameaça comunista, de resolver a inoperância política e a ingovernabilidade em que se encontrava o país sob o Governo Goulart e, sobretudo, pela necessidade de restabelecer a ordem e a estabilidade fundamentais para o desenvolvimento, pois o país se encontrava num estado alarmante de caos político-administrativo, social e econômico (SOARES, 2001). A partir disso, o regime militar – não obstante as variações de uma administração a outra, devido às visões diferentes dentro da própria cúpula militar e às transformações no contexto interno internacional ocorridas entre 1964 e 1985 – sobre o binômio segurança nacional e desenvolvimento (SILVA, 2005).

A segurança estava associada à noção de estabilidade e ausência de conflito social. Era preciso defender o país contra a ameaça externa representada pelo comunismo, e da ameaça interna de subversão e de desintegração nacional (SILVA, 2005). O Estado assumia, assim, a função de promover a ordem, apelando a todos os meios considerados necessários para isso – inclusive a censura e a tortura da oposição - e de estimular o crescimento econômico, por meio de investimentos públicos, subsídios e a renovação do arcabouço institucional do país. A Doutrina da Segurança Nacional, da Escola Superior de Guerra, orientou a política interna e externa do país, durante todo o período militar, mas foi mais forte no período Castello Branco (1964 – 67), quando o Brasil também tendeu ao alinhamento com os Estados Unidos, aderindo à postura internacional pautada pelas fronteiras ideológicas da Guerra Fria (SILVA,

2005).

O período que aqui mais interessa, no entanto, é posterior ao castalista, quando se rompe com o alinhamento aos Estados Unidos e se busca uma inserção externa mais autônoma e diversificada. Trata-se dos Governos Costa e Silva (1967 – 1969), Médici (1969 – 1973) e, fundamentalmente Geisel (1974 – 1978), que com o seu pragmatismo responsável retoma os princípios e linhas de ação da Política Externa Independente, com teor menos combativo (FONSECA JR., 1996). Torna-se essencial para a classe dirigente desse período a universalização das relações internacionais, a formulação autônoma do projeto de desenvolvimento nacional e um crescente pragmatismo na avaliação das possibilidades de inserção externa, acreditando que o Brasil chegara ao status de potência média e que, portanto, deveria preservar a soberania de suas decisões e ascender a um lugar importante no cenário internacional (CERVO; BUENO, 2010).

O período de *detente* da Guerra Fria e o acirramento da repressão política doméstica desse período favoreceu a predominância das preocupações econômicas nesse período (ORTIZ, 2006), o que levou ao alto nível de crescimento ao longo desses governos, com destaque para o chamado milagre econômico do governo Médici e as consequências do II Plano Nacional de Desenvolvimento do governo Geisel (LAFER, 2004). Não por acaso, é também nesse período que as preocupações com a definição da cultura nacional retornam à agenda estatal e que as políticas culturais internas (ORTIZ, 2006), bem como as iniciativas de diplomacia cultural ganham novo impulso.

A relação do Estado autoritário brasileiro com a cultura também está ligada às duas preocupações basilares dos militares: segurança e desenvolvimento (PAIXÃO, 2008). O primeiro eixo ficou expresso nos documentos do Manual Básico da Escola Superior de Guerra e do Conselho Federal de Cultura (CFC), criado em 1966, quando o Estado então “inicia (...) os primeiros passos de uma política que visa à integração cultural a nível nacional.” (ORTIZ, 2006, p.109). O Estado assume a função de guardião da memória e da tradição nacional:

O Estado, assumindo o argumento da unidade na diversidade, torna-se brasileiro e nacional, ele ocupa uma posição de neutralidade, e sua função é simplesmente salvaguardar uma identidade que se encontra definida pela história. [...] da mesma forma que defende o território nacional das possíveis invasões estrangeiras, preserva a memória contra a descaracterização das importações ou das distorções dos pensamentos autóctones desviantes. Cultura brasileira significa neste sentido 'segurança e defesa' dos bens que integram o patrimônio histórico. (ORTIZ, 2006 p. 100).

A preocupação com a preservação da memória e do patrimônio da cultura brasileira frente à influência internacional representava o pensamento tradicional dos intelectuais

oriundos, sobretudo das Academias de Letras e dos Institutos Históricos e geográficos, criados nos anos anteriores ao regime militar, de onde o regime militar recrutou os responsáveis pela elaboração das diretrizes do CFC e de um Sistema Nacional de Cultura, que não se concretizaria (ORTIZ, 2006). Surgia, contudo, um novo tipo de pensamento sobre a cultura, que vigoraria na sociedade civil e nas diretrizes governamentais a partir da década de 1970. Era a lógica de mercado (BRANT, 2009).

Conforme essa lógica, o segundo eixo da política durante o regime militar – isto é, o desenvolvimento – era associado predominantemente a critérios econômicos. Nesse sentido, a cultura era considerada complementar ao desenvolvimento tecnológico. “Uma nação, para se tornar uma potência, deveria levar em consideração os valores 'espirituais' que a definem como civilização.” (ORTIZ, 2006, p. 101), esses, no entanto, estavam subordinados aos interesses primordiais definidos por outras áreas, sobretudo a econômica (ORTIZ, 2006).

A preponderância dos critérios mercadológicos pode ser observada em diversas frentes. Em primeiro lugar, nos órgãos estatais criados para o gerenciamento da cultura, nas medidas estatais de subsídio ao setor cultural e no desenvolvimento da indústria cultural brasileira. Em 1975 é elaborado o Plano Nacional de Cultura, primeiro documento governamental voltado para a sistematização das diretrizes de uma política pública de cultura dentre as quais se destacam a necessidade de ampliar o acesso à cultura, por meio do desenvolvimento do interesse do povo pelas manifestações culturais, e pela dinamização da distribuição e do consumo de bens culturais. Na mesma perspectiva, orientam-se a Funarte, a Embrafilme e o Centro Nacional de Referência Cultural, cujas diretrizes básicas são “o incentivo da produção, a dinamização dos circuitos de produção e o consumo de bens culturais” (ORTIZ, 2006, p. 115).

Ao mesmo tempo em que o Estado utilizava argumentos como a necessidade de democratizar o acesso aos bens culturais e à diversidade cultural brasileira, reprimia duramente manifestações artísticas consideradas nocivas ao regime. É a contradição inerente ao regime militar, que procura promover a modernização do país por meio do desenvolvimento capitalista, ao mesmo tempo em que tem aversão ao conflito social e intolerância ao pensamento divergente (ORTIZ, 2006). Também é nesse período que se estabelecem os grandes conglomerados brasileiros da comunicação de massa, como a TV Globo e a Editora Abril, que se intensifica o consumo literário brasileiro e o crescimento editorial, e que tem alto crescimento a indústria fonográfica, cinematográfica e televisiva (ORTIZ, 2006). Graças a investimentos estatais e de empresas multinacionais, o mercado cultural brasileiro atinge proporções mundiais, como é o caso da televisão e do disco que

atingem, respectivamente, o nono e o quinto lugar mundial em 1975 (ORTIZ, 2006).

O fortalecimento da indústria e do mercado de bens culturais deve ser compreendido, portanto, dentro das transformações globais sofridas pela economia brasileira estimulada pelos governos militares, como o fortalecimento do parque industrial nacional e a ampliação do mercado doméstico (PAIXÃO, 2008). A preponderância do fator mercadológico não significa que a iniciativa privada nacional ou internacional tivesse substituído o Estado na gestão econômica da cultura nacional: pelo contrário, o papel estatal era o de dar as diretrizes e prover as facilidades para o desenvolvimento do setor de bens culturais (ORTIZ, 2006), além de regulá-lo, por meio da escolha do que interessava ou não ao país, o estímulo do que julgava de qualidade, e da censura do que fosse considerado nocivo (PAIXÃO, 2008).

Em segundo lugar, a lógica de mercado também adentra o universo da diplomacia cultural. Nesse setor, contudo, a defesa dos interesses econômicos do Brasil vem acompanhada da necessidade de proteger e promover a identidade nacional brasileira no exterior (DUMONT; FLÉCHET, 2009). Além dos subsídios às exportações de bens culturais e a promoção do turismo internacional, o interesse mercadológico se faz sentir na promoção da música popular brasileira e do cinema nacional. Não se trata de trabalhar pela construção da curiosidade ou interesse internacional por determinados elementos da cultura brasileira, mas sim de assegurar uma demanda já existente pelo samba, o cinema novo e a bossa nova, sobretudo no mercado europeu (DUMONT; FLÉCHET, 2009). São dignos de nota nessa estratégia o lançamento da Bossa Nova no Carnegie Hall, em Londres, 1966, e a criação das Semanas do Cinema Brasileiro em Buenos Aires (1978) (DUMONT; FLÉCHET, 2009).

O pragmatismo econômico do Itamaraty nessa época levava-o a apoiar artistas em função de seu sucesso na cena internacional e não em consideração a um planejamento específico para a área (DUMONT; FLÉCHET, 2009). Resultado disso é o paradoxo representado pela importância cultural de artistas como Nara Leão, Chico Buarque, Caetano Veloso, Gilberto Gil e Elis Regina, entre outros, que eram perseguidos no país - o que os levou ao exílio - mas cujas obras eram promovidas pelo Itamaraty no exterior (DUMONT; FLÉCHET, 2009).

No eixo da defesa da cultura e da identidade brasileira para além das considerações de mercado, aprofunda-se a participação do elemento popular na seleção de iniciativas de diplomacia cultural, ligada principalmente à promoção da imagem do Brasil negro e mestiço, movimento que já iniciara no Governo Vargas. A diferença maior está na instrumentalização dessa imagem para um novo alvo além dos Estados Unidos e da Europa. A retomada da linha de ação da Política Externa Independente, condensada no pragmatismo responsável do

Governo Geisel (1974 – 1978) se faz sentir também na diplomacia cultural. Destaca-se a retomada de uma política de aproximação com o continente africano, já esboçada no Governo Médici, pautada pela defesa dos interesses econômicos nesse continente e justificada discursivamente pela existência de “solidariedade natural” entre os povos brasileiro e africano (DUMONT; FLÉCHET, 2009). Em 1974, o Itamaraty em parceria com o Ministério da Educação lança um programa de cooperação intelectual entre o Brasil e os países africanos, que previa atividades de ensino e pesquisa sobre a cultura afro-brasileira, o acolhimento de estudantes e professores africanos e a criação do Museu afro-brasileiro em Salvador (DUMONT; FLÉCHET, 2009).

Nos anos 1980, o paradigma nacional-desenvolvimentista entra em fase de crise e declínio (CERVO; BUENO, 2010). As causas para isso advêm da instabilidade econômica e política interna, e pelo reordenamento internacional decorrente dos processos finais da Guerra Fria, que condicionaram a diminuição da capacidade de influência dos países em desenvolvimento (CERVO; BUENO, 2010). O presidente Sarney (1985 - 1990) assumiu o governo com a dupla tarefa de redemocratizar o país e sanear as consequências econômicas da crise da dívida. Essas duas linhas mestras da política interna condicionariam também a revisão da estratégia de inserção internacional do Brasil (CORRÊA, 2006).

A primeira linha de ação externa do Governo Sarney seria dada pela retificação de algumas posturas internacionais características do regime militar, ao mesmo tempo em que se aproveitavam as novas oportunidades surgidas da recuperação da imagem democrática do país (CORRÊA, 2006). O primeiro passo foi o novo curso diplomático no sistema internacional de proteção dos direitos humanos, com a adesão ao Pacto de Direitos Humanos das Nações Unidas e à Convenção Interamericana de Direitos Humanos, ainda em 1985 (CORRÊA, 2006). Outra mudança importante na imagem do país se referiu à questão do desenvolvimento em sua relação com o meio ambiente. Apresentado na opinião pública nacional e internacional como um vilão ambiental, o Brasil alterou seu discurso relativo ao desenvolvimento nacional, passando a defender a ideia de um crescimento econômico compatível com a preservação ambiental (CORRÊA, 2006). A renovação da postura brasileira culminou com oferecimento do país como sede da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, que se concretizaria em 1992. “A mudança de atitude levou a que a imagem do Brasil em matéria ambiental se alterasse substancialmente” (CORRÊA, 2006, p. 497).

Tanto a renovação do caráter democrático do Brasil e de sua adesão aos regimes de direitos humanos quanto a nova postura ambiental dizem respeito a transformações de

imagem internacional com construção de prestígio que escapam ao âmbito da diplomacia cultural. As principais medidas dessa área ficaram expressas num outro espaço de renovação da política externa brasileira a partir da década de 1980: a aproximação com a América do Sul. Ao longo desse período o processo de redemocratização aconteceu quase simultaneamente na Argentina e no Brasil; configurou-se a nova linha de ação externa americana com a eliminação da América do Sul de suas áreas de interesse prioritário, a desmontagem do multilateralismo e uma feroz política comercial e econômica - expressa na ação das instituições financeiras (FMI, Banco Mundial) e nas rodadas de negociações do GATT - que atingiu gravemente os países latino-americanos e rompeu com a unidade política dos países em desenvolvimento (SENNES, 2003). Foi esse o contexto que propiciou o surgimento de uma nova política externa brasileira para a América do Sul (CÔRREA, 2006; SENNES, 2003; VIZENTINI, 1999).

Em linhas gerais essa política pode ser definida como a busca de uma liderança regional através de programas de cooperação e integração que, iniciados com a Argentina, se expandiram para outros países do Cone Sul e atingiram, alguns anos mais tarde, a totalidade do continente. (SENNES, 2003, p. 108)

Gradativamente, a América do Sul tornar-se-á a principal plataforma de inserção externa brasileira (SENNES, 2003). Para isso, será necessário superar a imagem que se havia formado na região de que o Brasil, no melhor dos casos, não tinha interesse pelos vizinhos latino-americanos (CORRÊA, 2006) e, no pior, nutria uma rivalidade insuperável com a Argentina (CERVO, 2006). A diplomacia cultural foi fundamental na revisão dessa imagem e no processo de construção de relações de confiança e cooperação na região, a partir da reformulação do relacionamento com a Argentina.

As prioridades brasileiras na década de 1980 estavam voltadas para a renovação política e econômica doméstica, o que demandava a reestruturação institucional e a revisão do papel do Estado. Ao mesmo tempo, a transformação da ordem internacional deixava em aberto o debate sobre qual seria a melhor estratégia de inserção externa do Brasil. No âmbito interno o setor cultural foi levado em conta na reforma do aparelho de Estado, sendo referida pela primeira vez como um elemento fundamental para o desenvolvimento nacional. O texto Política Cultural Brasileira no Exterior, publicado em 18 de Junho de 1987, fruto do trabalho conjunto do Ministério das Relações Exteriores, o Ministério da Educação e o Ministério da Cultura (criado em 1985), inaugura essa perspectiva e dá indícios da vontade política governamental de melhorar a coordenação institucional entre os órgãos ligados ao setor cultural (RIBEIRO, 1989). No entanto, o discurso esbarrava nas limitações concretas ao

estabelecimento de uma diplomacia cultural programática e consistente: a importância secundária dada ao papel da cultura no meio político e a decorrente restrição orçamentária dos órgãos e projetos ligados a esse setor. Ribeiro (1989) aponta, para se ter uma ordem de grandeza, que o valor médio das despesas ligadas à difusão cultural e cooperação técnica no período 1986-87 era de US\$ 2 bilhões na França, US\$ 996 milhões na Alemanha e 370 milhões na Grã-Bretanha enquanto no Brasil não passava de US\$ 1 milhão.

Além disso, a realidade internacional não era favorável ao exercício da diplomacia cultural. Predominavam nas discussões bilaterais e multilaterais os temas econômico-comerciais e uma postura hostil dos países desenvolvidos à nova agenda multilateral, relativa aos direitos humanos, meio ambiente, migração, terrorismo e democracia, colocando os países em desenvolvimento numa posição defensiva (CÔRREA, 2006). Ilustrativo do desestímulo ao âmbito cultural das relações internacionais no imediato pós Guerra Fria é a retirada dos Estados Unidos e do Reino Unido da UNESCO, sob o argumento da posição em bloco dos países terceiro-mundistas nos fóruns multilaterais (CÔRREA, 2006).

A diplomacia cultural que se desenvolve ao longo do século XX é dotada de traços de continuidade e pragmatismo paralelos aos desígnios da política externa brasileira durante o paradigma nacional-desenvolvimentista. A preocupação com a imagem exterior do país é uma constante, que varia conforme se desenvolve o debate nacional acerca do que é ser brasileiro. A continuidade também se evidencia na desordem institucional ligada ao setor, com diversos órgãos competindo pela elaboração de medidas de diplomacia cultural, e no baixo orçamento, que impõe limites crônicos às tentativas de expansão dessa dimensão de nossa política exterior (RIBEIRO, 1989). O pragmatismo se expressa na utilização das iniciativas culturais com finalidades econômicas e políticas, como demonstram a diplomacia cultural reativa de Vargas à política da boa vizinhança e o argumento culturalista sobre o qual se baseia a aproximação com a África (DUMONT; FLÉCHET, 2009).

As mudanças ao longo do tempo dizem respeito à diversificação dos conteúdos – com a emergência da cultura popular e da indústria cultural – e dos destinatários (DUMONT; FLÉCHET, 2009). São, contudo, apenas diferenças de alcance da diplomacia cultural, não alterando sua orientação basilar: a subordinação aos interesses econômicos. A cultura está a serviço do projeto de desenvolvimento nacional, compreendido como autonomização econômica e industrialização. Ao mesmo tempo, a diplomacia cultural torna-se matéria-prima da construção de uma aparência de legitimidade a governos e regimes não democráticos ou da invenção de uma imagem exterior brasileira que não condiz com a realidade cultural da maior parte de sua população.

Fica claro ao longo desse período que as políticas nacionais de cultura e a diplomacia cultural tiveram seus maiores aprofundamentos no exercício de regimes autoritários, como o Estado Novo e a ditadura militar. Trata-se da triste tradição brasileira em que se combinam promoção cultural e autoritarismo (RUBIM, 2007), traço que se transformará no primeiro dos maiores desafios à vigência da diplomacia cultural no período democrático. O segundo grande desafio é romper com a noção acessória da cultura no projeto de desenvolvimento nacional, compreendido como fundamentalmente econômico-industrial.

3.3 Diplomacia cultural e mercado: ensaio de um novo projeto de desenvolvimento nacional durante a vigência do paradigma neoliberal (1990 – 2002)

O Governo de Fernando Collor de Mello, apesar de curto, configura, no âmbito da política externa, a quebra do consenso construído ao longo da história quanto à necessidade de autonomia na inserção internacional do país (HIRST; PINHEIRO, 1995). Na sequência do término da Guerra Fria, em 1990, quando Collor assumiu o poder, já era possível reconhecer a supremacia estadunidense na determinação da nova ordem mundial, assim como sentir a capacidade de atração dos argumentos neoliberais quanto à inserção econômica no mundo globalizado, as quais tinham então forte apelo à sociedade brasileira que vivia na esteira da crise e esgotamento do modelo de crescimento interno baseado na substituição de importações (HIRST; PINHEIRO, 1995).

Nesse contexto, a tônica da eleição de Collor foi a promessa de mudança, orientada pela aplicação do receituário neoliberal contido no Consenso de Washington, com a diminuição radical das atribuições e do quadro burocrático do Estado e a crença na abertura financeira como melhor maneira de melhorar a competitividade econômica do país e torná-lo atrativo a investimentos externos (BATISTA, 1993). Sua política externa reduziu-se essencialmente ao relacionamento com os Estados Unidos e à adesão às posturas desse país no âmbito multilateral (BATISTA, 1993). Nem mesmo a criação do MERCOSUL, em 1991, escapou à ideologia neoliberal, porque se baseava na ideia de um regionalismo aberto, isto é, na perspectiva de que os parceiros regionais deveriam se beneficiar da liberalização comercial mútua, pautada por preferências comerciais de modo a obter uma melhoria de sua inserção global (CERVO, 2008).

Enquanto a redefinição institucional do país concentrava os debates acadêmicos e políticos, na sociedade civil surgiam novos movimentos populares e novas identidades, um processo de diferenciação social e de afirmação de novos atores propiciado pela abertura

democrática. A emergência de identidades sub-regionais, de gênero, de novas religiões, étnicas e etárias daria maior visibilidade para as temáticas culturais e o debate sobre a identidade nacional brasileira (OLIVEN, 2006). No entanto, o setor cultural foi extremamente debilitado pela administração Collor, como demonstram a transformação do Ministério da Cultura em Secretaria e o fechamento de instituições como o Conselho Nacional de Cinema (CONCINE) e a Empresa Brasileira de Filmes (DA SILVA, 2007).

A crise política que encerrou o Governo Collor e a crescente participação social na política nacional propiciariam a revisão do modelo governamental adotado por Collor. A gestão Itamar Franco não abriria mão dos preceitos neoliberais de inserção econômica, mas daria os primeiros passos na recuperação de um projeto nacional de política externa, rompendo com a passividade e a adesão arbitrária aos posicionamentos norte-americanos, atribuindo ao MERCOSUL um sentido estratégico mais abrangente e buscando a diversificação de parceiros internacionais (HIRST; PINHEIRO, 1995). É durante os oito anos de governo de Fernando Henrique Cardoso, 1994 – 1998 e 1998 – 2002, que ficariam claros os fundamentos do paradigma neoliberal, também chamado paradigma normal de política externa brasileira (CERVO, 2008).

O Plano Real (1994), choque ortodoxo baseado na substituição monetária, teve o mérito inegável de pôr fim à histórica inflação brasileira, que atormentara a economia do país ao longo de toda a segunda metade do século XX, no entanto, atrelou o país a um novo dado macroeconômico crônico – a alta taxa de juros. A manutenção de altos juros era necessária para atrair os capitais externos necessários à manutenção da reserva de divisas, da qual era dependente a manutenção da taxa de câmbio dentro das bandas estabelecidas pelo Banco Central (FALCÃO SILVA, 2002). Abertura financeira, altos juros e privatizações formaram o cerne da política econômica de FHC, que atrelava a economia nacional ao fluxo internacional de capitais e eliminava as funções do Estado como líder do crescimento econômico. O papel do Estado passava a se restringir à manutenção da estabilidade econômica, cabendo às forças de mercado prover a competitividade que geraria ganhos em produtividade, competência, além de aumentar o interesse internacional por investir no país (CERVO, 2008).

Cardoso também tinha o desenvolvimento do país como prioridade, mas diferentemente dos estadistas do nacional-desenvolvimentismo ele acreditava que o melhor caminho para isso era reduzir a interferência do Estado na economia, e deixar para o mercado a tarefa de induzir o desenvolvimento nacional (CERVO, 2008, p. 80). Dessa forma, paralelamente à inserção econômica do país, pautada pelo neoliberalismo, o presidente buscava recuperar algumas linhas de ação tradicionais da política externa brasileira,

sobretudo a partir da metade do seu segundo mandato (1998 - 2002), abrindo as portas para um novo projeto de inserção internacional consolidado no Governo Lula. Por essa razão, Amado Cervo (2008) considera que o período Cardoso, além de consolidar a linha paradigmática neoliberal, apresenta traços tanto do paradigma desenvolvimentista quanto do paradigma do Estado logístico, que estava para nascer; caracterizando-se, portanto, por uma dança de paradigmas.

O multilateralismo, marcado pelo ideal de construção de uma ordem mundial regida pela cooperação, foi o âmbito que registrou o maior número de iniciativas durante o seu governo (CERVO, 2003). Nessa dimensão, a gestão FHC apresentava um Brasil disposto a influenciar na formulação das regras de conduta do cenário internacional exigindo sua democratização – justificativa sobre a qual construía a postulação de uma vaga ao Conselho de Segurança da ONU - e adepto do pacifismo, da conduta conforme as regras do direito internacional e dos princípios de autodeterminação dos povos e de não intervenção (VIGEVANI; OLIVEIRA; CINTRA, 2003). A diplomacia presidencial levada a cabo por FHC foi outro âmbito de destaque, por meio do qual se buscava melhorar a imagem internacional do país, sobretudo quanto à estabilização econômica e política, favorecendo, assim, a confiança dos potenciais parceiros econômicos e dos investidores privados (VIGEVANI; OLIVEIRA; CINTRA, 2003).

O MERCOSUL e a América do Sul, a partir do segundo mandato, tornaram-se elementos fundamentais da política externa brasileira, porque eram cenários em que o Brasil possuía maior autonomia e capacidade de influência, constituindo-se, portanto, em espaços fundamentais para a inserção externa, estratégia chamada de “autonomia pela integração” (VIGEVANI; OLIVEIRA; CINTRA, 2003). As negociações com os vizinhos sul-americanos também foram determinantes na relação com os Estados Unidos, por ampliarem os espaços de negociação e inserção externa dos países da região e constituírem um instrumento de barganha nas negociações com o vizinho do Norte (CERVO; BUENO, 2002). A relação Brasil - Estados Unidos passou da adesão conformista do período Collor (BATISTA, 1993) ao “pragmatismo e à busca de uma atitude cooperativa, sem abdicar da defesa de interesses (nacionais)” (VIGEVANI; OLIVEIRA; CINTRA, 2003, p. 45).

Além da promessa de modernização econômica e de inserção globalizada, outro forte argumento em favor da adoção do ideário neoliberal por parte da equipe de FHC foi a associação da ideia de autoritarismo com a figura do Estado desenvolvimentista, com amplas funções e responsabilidades pelo destino do país (RUBIM, 2007). Internamente isso significou uma drástica reforma institucional, com a redução de quadros administrativos e a

mudança da forma de relacionamento do Estado com a sociedade civil, cujas diretrizes estão expressas no Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado, publicado pela Presidência da República em 1995 (BRASIL, 1995). A avaliação da administração pública brasileira contida no Plano é a seguinte:

Na história brasileira, registram-se movimentos de reforma administrativa identificados com a fusão, extinção e criação de órgãos. Estas mudanças, que revelam uma grande instabilidade do organograma governamental, não evitaram a manutenção de estruturas obsoletas, pesadas e hierarquizadas, pouco dinâmicas e excessivamente caras, sobretudo devido à tendência à centralização e à superposição de órgãos e de funções. (BRASIL, 1995, p. 26)

Com base nela, a Reforma no Aparelho do Estado se dispõe a alterar múltiplos aspectos da forma de relacionamento do Estado com a sociedade civil.

O ajuste fiscal devolve ao Estado a capacidade de definir e implementar políticas públicas. Através da liberalização comercial, o Estado abandona a estratégia protecionista da substituição de importações. O programa de privatizações reflete a conscientização da gravidade da crise fiscal e da correlata limitação da capacidade do Estado de promover poupança forçada através das empresas estatais. Através desse programa transfere-se para o setor privado a tarefa da produção que, em princípio, este realiza de forma mais eficiente. (BRASIL, 1995, p. 13)

A Reforma se faz sentir fortemente no setor cultural, que fazem parte dos “serviços não exclusivos” (BRASIL, 1995) do Estado, ou seja, aqueles em que a iniciativa privada também pode ter participação. Universidades, centros de pesquisa, museus, institutos culturais e bibliotecas fazem parte dessa gama de serviços, em atenção aos quais o Estado deverá limitar sua ação, deixando a “produção de bens e serviços para o mercado para a iniciativa privada” (BRASIL, 1995, p. 42). Além disso, altera-se a forma de subsídio econômico do Estado às manifestações culturais, com a nova regulamentação do Programa Nacional de Apoio à Cultura (PRONAC, 1991), como a Lei Rouanet (CALABRE, 2009). O período do Governo FHC corresponde, quase inteiramente, à gestão de Francisco Weffort à frente do Ministério da Cultura, durante o qual o governo reduziu os investimentos públicos na área de cultura e sua capacidade de intervenção sobre os rumos da produção cultural do país, repassados para a iniciativa privada (CALABRE, 2009). A pesquisadora Lia Calabre (2009) da Fundação Casa Rui Barbosa explica o funcionamento da Lei Rouanet:

Os recursos oriundos da renúncia fiscal prevista pela Lei são públicos, são parte do imposto de renda devido pelas empresas ao governo. A Lei permite que o setor privado que decida individualmente onde esses recursos serão investidos. [...] Cumpridas as exigências burocráticas, os proponentes têm seus projetos aprovados na Lei e ganham um certificado. Com a aprovação, o proponente do projeto sai em busca de um patrocinador. Nem todos os que conseguem obter o certificado encontram patrocínio. O que ocorre com mais

frequência é a concessão do patrocínio a projetos que tenham forte apelo comercial, ou seja, os que permitam que a empresa patrocinadora os utilize como *marketing cultural* (grifo nosso). O resultado desse processo é que passa a caber à iniciativa privada a decisão sobre uma grande parcela da produção cultural do país. (CALABRE, 2009, p. 8)

Ao abdicar da decisão sobre o que deve ou não ser incentivado na produção nacional, o Estado também abre mão de ser parte do debate do que é a cultura nacional e do seu papel mediador na formulação de uma identidade nacional para o país. Além disso, abre-se o caminho para a extinção de manifestações culturais, sobretudo populares, que não têm apelo comercial, não são parte do grupo de bens simbólicos com ampla aceitação no mercado e, portanto, ficam abandonadas à mercê dos fluxos de capital, interessados apenas na lucratividade dos bens culturais (AUGUSTIN, 2010) e não na defesa da diversidade cultural. Cria-se, portanto, um problema interno de defesa da multiplicidade de manifestações culturais componentes da cultura brasileira e de adesão a uma cultura global massificante, e um problema de projeção internacional, visto que o Estado depende do capital cultural nacional para o estabelecimento da sua diplomacia cultural. Por assim dizer, o discurso cultural da gestão Fernando Henrique, baseado na defesa de uma identidade brasileira plural entra em contradição com a limitação mercadológica das leis de incentivo à cultura (SILVA, 2007).

Apesar do mecanismo escolhido para a seleção das atividades culturais do país, a diplomacia cultural teve, durante os Governos FHC, uma valorização sem precedentes na história democrática do país (SILVA, 2007). A partir de 1995, o Brasil promoveu a aproximação cultural com países fora do eixo tradicional de sua diplomacia cultural, isto é, Europa, Estados Unidos e América do Sul. Destacam-se a assinatura de diversos acordos de cooperação cultural, técnica e educacional com países como Canadá, Namíbia e Turquia em 1995; África do Sul (1996); Itália, Síria, Jamaica, Argentina e Rússia em 1997; com Peru e Bolívia em 1999; e com Costa Rica, Venezuela e Portugal, em 2000 (SILVA, 2007). Também merece menção o “Protocolo de Integração Cultural do MERCOSUL”, aprovado em 1996, com o objetivo de facilitar a difusão cultural e artística entre os países membros do bloco, o que denota pela primeira vez, uma preocupação com a aproximação cultural como uma das formas de favorecimento da integração regional do Cone Sul (SILVA, 2007).

As posturas brasileiras nos debates multilaterais dão provas da influência da política doméstica de cultura nas decisões de diplomacia cultural. Ao longo da década de 1990, com destaque para a Rodada de Seattle, da OMC, em 1999, começou a ser discutido no âmbito multilateral o tratamento que deveria ser dado aos bens culturais. Os países dividiram-se, fundamentalmente em dois blocos, liderados pelos Estados Unidos e pela França. A posição

estadunidense defendia que os bens culturais eram como qualquer outra mercadoria e, portanto, deveriam entrar na pauta de liberalização comercial (SENNA, 2003). Já os franceses alegavam a necessidade de uma “exceção cultural”, isto é, os bens culturais eram diferentes dos demais porque diziam respeito à identidade e cultura de cada país, devendo, portanto ser preservados a partir de políticas públicas nacionais e não tratados como mercadorias dotadas apenas de valor econômico. O Brasil assumiu uma postura intermediária entre essas duas posições, defendendo a necessidade de preservação das múltiplas identidades nacionais e de suas manifestações culturais particulares, sem, contudo, negar a natureza comercializável dela, tida como algo inevitável na sociedade contemporânea de consumo globalizado (SENNA, 2003).

Com o andamento das discussões, a noção de exceção cultural foi substituída pela ideia de defesa da diversidade cultural, culminando na 31ª reunião da Assembleia Geral, em que foi aprovada a Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural (2001), da qual o Brasil é signatário. Na necessidade de justificar sua postura intermediária, criticada muitas vezes como ambígua, “o Brasil sugere que se trabalhe na OMC [...] com o princípio da liberalização progressiva [...], mas com a autonomia dos países para desenvolverem a diversidade cultural (com subsídios, incentivos fiscais, leis antidumping e outras providências para impedir hegemonizações)” (SENNA, 2003, p. 2).

A iniciativa mais importante do período, no que diz respeito a sua continuidade e ao estabelecimento de uma estratégia preferencial de diplomacia cultural é a criação da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), em 1996, complementada em 2000 com a assinatura do “Estatuto da CPLP”. Entre 1998 e 2000 também foram realizados encontros e congressos entre os países membros da Comunidade, dos quais cito o “Congresso da Lusofonia”, realizado na capital angolana, e o “Congresso de Turismo Cultural, Lusofonia e Desenvolvimento”, em Portugal, 1999 (SILVA, 2007). Em 2001 foi assinado um Convênio entre o Ministério das Relações Exteriores Brasileiro e o Instituto Camões, órgão do Ministério dos Negócios Estrangeiros de Portugal, responsável pela difusão da língua portuguesa. O objetivo era facilitar o projeto já existente no Itamaraty de utilizar a língua portuguesa como principal porta de entrada da cultura brasileira no exterior, aos moldes do que fazem a França, com a *Alliance Française*, e a Alemanha, com o *Goethe Institut* (SILVA, 2007). Paralelamente às discussões na OMC e na UNESCO, a promoção da língua portuguesa foi a área em que se pôde ver melhor a consolidação de uma postura internacional brasileira no tocante às questões culturais, bem como o desenho de um programa sistemático de diplomacia cultural.

O balanço da política e da diplomacia cultural brasileira apresenta-se como oscilação entre dois extremos, com ensaios de uma perspectiva intermediária: de um lado, temos a administração autoritária, baseada na censura, na repressão e na propaganda oficial do regime em busca de uma aparência de legitimidade frente às opiniões públicas nacional e internacional; no outro extremo, temos o abandono da cultura nacional aos desígnios das forças de mercado e aos interesses da iniciativa privada. Em nenhum dos dois casos a cultura é considerada fundamental no projeto de desenvolvimento nacional, sempre aparece subordinada aos interesses econômicos e, no pior dos casos, a serviço da legitimação de um regime antidemocrático. Escapar a esse movimento pendular parece tarefa impossível, frente a essa triste tradição que se impôs ao longo de todo o século XX, mas é o desafio que se coloca para o Governo Lula na área da cultura.

4 A DIPLOMACIA CULTURAL NA POLÍTICA EXTERNA DO GOVERNO LULA DA SILVA: A SERVIÇO DE UM PROJETO ABRANGENTE DE DESENVOLVIMENTO NACIONAL (2003 – 2010)

4.1 Linhas gerais da política externa do Governo Lula da Silva

O segundo governo de Fernando Henrique Cardoso já anunciava algumas das linhas de política externa que seriam consolidadas ao longo dos dois mandatos do Governo Lula da Silva. São estratégias de inserção internacional correspondentes ao que Amado Cervo (2003, 2008) conceituou de paradigma logístico, o qual se constitui pela síntese de traços dos paradigmas liberal e desenvolvimentista, relativizando o papel consignado ao Estado na execução do projeto de desenvolvimento nacional em cada um deles. No paradigma desenvolvimentista, cabia ao Estado as principais responsabilidades pela condução econômica do país, o Estado logístico, por sua vez, transfere à sociedade civil a iniciativa econômica primordial, guardando para si a função de facilitar a realização de empreendimentos privados e robustecer a capacidade competitiva dos negócios do país, além de realizar obras e políticas públicas que não comprometam a competitividade da economia nacional. (CERVO, 2008). Por outro lado, o paradigma logístico mantém a compreensão liberal de que a inserção na economia global é a melhor forma de garantir o crescimento econômico, e que nesse caso, o Estado deve prover, fundamentalmente, estabilidade econômica; mas abandona a crença neoliberal no poder do mercado em assegurar o bem-estar socioeconômico. (CERVO, 2008).

No cenário doméstico, o Estado logístico constituído durante o Governo Lula guarda a percepção neoliberal de que a estabilidade monetária é mais importante para o momento vivido pelo país do que altos níveis o crescimento econômico e mantém do período anterior a alta carga tributária, os juros altos e o câmbio valorizado. A finalidade é assegurar o acesso ao capital internacional e a competitividade empresarial, fundamentais para a internacionalização econômica (CERVO, 2008). É no comportamento externo que se faz sentir com maior força o papel do Estado logístico na estratégia de desenvolvimento. A compreensão neoliberal do mercado se configura numa política externa que adere sem questionamento à ordem mundial da globalização, procurando deixar o Brasil em harmonia com os princípios e normas vigentes no sistema internacional que emergiu após a Guerra Fria, com o predomínio dos Estados Unidos e de seus preceitos de abertura e liberalização econômica. A expressão do paradigma logístico na política externa, por sua vez, inicia com a percepção de que as regras do sistema internacional precisam ser revistas, e de que o Brasil precisa participar desse debate e

elaboração de um sistema internacional que seja favorável à consecução dos objetivos do desenvolvimento nacional. (VIZENTINI; SILVA, 2010).

O Governo Lula transforma a estratégia de inserção externa a partir de dois fundamentos principais. O primeiro diz respeito à reformulação do projeto de desenvolvimento nacional, que pressupõe equilíbrio e crescimento econômico como elementos decisivos, mas acrescenta a estes a necessidade de justiça e inclusão social (AMORIM, 2010b). O segundo fundamento é a nova compreensão do sistema internacional: durante o paradigma neoliberal, os Estados Unidos eram vistos como a hegemonia incontestável e, portanto, uma inserção segura condizia com a aceitação das normas emanadas do centro hegemônico. A partir dos anos 2000, constrói-se entre os pensadores das relações internacionais do Brasil a percepção de que a ordem pós Guerra Fria está em transformação, configurando um sistema internacional multipolar, em que há alto grau de interdependência entre os países e em que se abre aos países em desenvolvimento a oportunidade de exercer maior influência nos rumos das negociações e no debate sobre as regras do sistema (VIZENTINI; SILVA, 2010).

Segundo o Ministro Celso Amorim (2010b), a diplomacia do Governo Lula foi formulada no intuito de aumentar a expressividade e a importância do Brasil no cenário internacional. Grandes linhas de ação internacional do Brasil desenvolvidas ao longo do século XX foram mantidas e aprofundadas, constituindo-se numa política externa ativa e assertiva (AMORIM, 2010b). Do Governo Fernando Henrique Cardoso, a gestão Lula deu seguimento à ampla e destacada participação brasileira em fóruns multilaterais e à aproximação com a América do Sul, somando a essas posturas alguns elementos inovadores.

A ação multilateral foi pautada pela busca da reciprocidade nas negociações internacionais (CERVO, 2007). Isso significa que o país acentuou suas reivindicações quanto à existência de regras para a governança global que não fizessem prevalecer a vontade das grandes potências, ao mesmo tempo em que defendia a elaboração conjunta dessas regras por todos os países em questão. Essa postura brasileira ficou expressa em todos os fóruns de que o país participou, sobre temas como economia e comércio, meio ambiente, saúde e direitos humanos. Destacam-se, contudo, as iniciativas brasileiras na OMC, onde se buscou o fortalecimento de laços com o maior número possível de blocos, nações e regiões, com preferência geográfica pelos países do hemisfério Sul, formando uma coalizão de emergentes que impediu a aprovação de regras desfavoráveis ao mercado agrícola desses países. (CERVO, 2007). A ONU é outro palco em que o multilateralismo da reciprocidade teve expressão: o Brasil insistiu na necessidade de reforma do órgão e, sobretudo do Conselho de

Segurança, cuja composição não é mais representativa da real distribuição de poder do sistema internacional. (CERVO, 2007).

A integração com a América do Sul se tornou a prioridade da política externa brasileira a partir de 2003 (AMORIM, 2010b), com base em duas dimensões: o fortalecimento do MERCOSUL e a retomada do projeto de integração de todo o continente sul-americano, já iniciado no final do segundo governo FHC. Além da dimensão econômico-comercial do MERCOSUL, priorizada na década de 1990, o bloco ganha, por iniciativa brasileira, duas novas dimensões - a política e a social (MERCOSUL, 2008) - que atestam uma nova perspectiva da política externa brasileira com relação aos vizinhos. As principais iniciativas nesse sentido são aquelas que se preocupam com a superação de assimetrias entre os Estados membros quanto à qualidade institucional e nível de desenvolvimento e também aquelas oriundas da falta de coordenação político-instrucional entre eles. (IPEA, 2010). Em 2005, foi lançado o FOCEM, Fundo de Convergência Estrutural, por iniciativa brasileira, com o objetivo de financiar projetos de desenvolvimento nos países e regiões com maiores dificuldades. Em 2008, o MERCOSUL social ganha novo estímulo, com a criação do seu Parlamento, cujos congressistas devem ser eleitos por voto popular e trabalhar em prol da construção participativa e cidadã da integração (MERCOSUL, 2008). Outro aspecto a ser levado em conta no fortalecimento do MERCOSUL é o reconhecimento, por parte do governo, de que a Argentina tem uma função estratégica, como sócio privilegiado, e do qual depende, em grande medida, o futuro da integração. (CERVO, 2006)

O MERCOSUL é considerado “o núcleo dinâmico para a integração da América do Sul” (AMORIM, 2009, p. 12), a partir de onde o Brasil deve estabelecer laços com os demais países da região. O primeiro passo nesse sentido foi o lançamento da IIRSA, em 2000, ainda no Governo FHC, por ocasião da I Cúpula de Países da América do Sul, em Brasília, cuja proposta de integração de infraestrutura do subcontinente foi retomada por Lula, que acrescentou a ela uma perspectiva política. (AMORIM, 2009). Em, 2006 lançou-se a CASA, Comunidade Sul-Americana de Nações, que em 2008 adquiriu institucionalidade jurídica, passando a se chamar UNASUL. O Tratado dessa organização abarca inúmeras vertentes de integração regional, como a da infraestrutura e energia, a comercial e a defesa. (AMORIM, 2009). No curto período de sua existência a UNASUL já se provou efetiva no gerenciamento coletivo de crises entre os países sul-americanos, tornando-se um importante instrumento de diálogo com os demais blocos regionais (AMORIM, 2010b). A UNASUL é, sem dúvida, um espaço privilegiado para o fortalecimento da posição brasileira no cenário internacional, onde a disposição de liderança do país pode ser exercida com maior liberdade, ao mesmo tempo em

que habilita todos os países da região a negociar melhor com os Estados Unidos e consolida a América do Sul como um novo ator político a ser levado em conta. (AMORIM, 2010b).

Na PEB do Governo Lula também é reiterado pelos discursos ministeriais e presidenciais o reconhecimento da política externa como instrumento de promoção do desenvolvimento, assim como são retomados e aprofundados princípios de ação inaugurados durante a vigência do paradigma desenvolvimentista, como o universalismo das relações internacionais e a busca de parceiros independentemente de credos, cores ou origens. (AMORIM, 2010b). Isso significa que não apenas a atividade multilateral brasileira é intensificada, como também crescem as redes de relações bilaterais do país, o que fica expresso no número de postos brasileiros no exterior, expandido de 150 em 2002 para 230 em 2010; assim como no número de viagens internacionais a potenciais e efetivos parceiros internacionais efetuadas pelo Presidente Lula, em número de 259 para 83 nações diferentes, e pelo Ministro das Relações Exteriores Celso Amorim, em número de 467 para 101 nações em todos os continentes (AMORIM, 2010b).

A posição pragmática e a ação de alto perfil da diplomacia brasileira na década de 2000 demonstraram que não há uma escolha a ser feita entre o Primeiro e o Terceiro Mundo, respectivamente os eixos vertical e horizontal de relacionamento: o que há é a complementariedade entre esses eixos e suas dimensões bilateral e multilateral, resultado do amadurecimento da política externa universalista que começou a ser construída pelo país desde a década de 1960 (PECEQUILO, 2008). Sendo assim, na busca de novos parceiros e no aprofundamento de relações já existentes, a prioridade foi dada aos países em desenvolvimento, sem, contudo, comprometer as relações tradicionais com os países desenvolvidos, sobretudo Estados Unidos, países europeus e Japão (PECEQUILO, 2008).

No esforço de consolidação do eixo vertical, destaca-se a cooperação Sul-Sul, estratégia diplomática fundada na formação de coalizões com outros países em desenvolvimento, buscando o mútuo benefício em matéria de comércio, investimento, ciência e tecnologia; e o engajamento em bloco nos fóruns multilaterais, o que aumenta o poder de barganha dos países nas negociações e sua capacidade de influenciar na reforma das regras vigentes nas instituições (AMORIM, 2010b). O fórum IBAS, que reúne Brasil, Índia e África do Sul foi a experiência Sul-Sul pioneira, realizada em 2003, da qual resultou o aumento da frequência de encontros entre os países e a assinatura de acordos de temáticas variadas. (AMORIM, 2010b). Outro espaço de cooperação inovador é o grupo dos BRICs, formado de Brasil, Rússia, Índia e China, o qual reúne quase metade da população mundial, corresponde a 15% do PIB global e provê grande parte dos recursos naturais à população mundial. O

fortalecimento político dos BRICs como um bloco tem como principal objetivo a reforma da ordem internacional no sentido de torná-la mais democrática, fazendo ecoar nos grandes debates internacionais a defesa dos seus interesses partilhados, como a segurança energética e alimentar, a mudança do clima e a promoção do desenvolvimento. (MRE, 2010).

As relações com o Oriente Médio foram um aspecto inovador da política externa dos anos 2000. Segundo Celso Amorim (2010b), Lula foi o primeiro chefe de Estado brasileiro a visitar oficialmente a região, e o primeiro líder sul-americano a fazer parte de um encontro da Liga Árabe. Trata-se de um interesse mútuo entre os países médio-orientais e o Brasil em aumentar os fluxos de comércio e de cooperação técnica e econômica, mas também está em jogo o desejo brasileiro de contribuir para o processo de paz do Oriente Médio, desejo bem recebido pelos países da região (AMORIM, 2010b). Além disso, trata-se de uma iniciativa de legitimação interna, visto que o Brasil tem a maior comunidade síria e libanesa fora de seus países de origem, uma população de árabes e descendentes estimada em 12 milhões de pessoas e uma ampla comunidade judaica, todas plenamente integradas na sociedade brasileira. (AMORIM, 2010b).

Não obstante a relevância das demais regiões, depois da América do Sul, o continente africano se constituiu na maior prioridade da PEB do Governo Lula (AMORIM, 2010b). A aproximação com a África é justificada pelos laços históricos, a condição do Brasil como um país com grande população de afrodescendentes e os debates crescentes no cenário internacional sobre a igualdade racial. Não obstante, também estão em jogo nessa iniciativa interesses econômicos e geopolíticos considerados vitais para a inserção global do país. (AMORIM, 2010h). Por causa dessa dupla preocupação, a estratégia de aproximação com os países africanos combina diversos eixos temáticos, como cooperação técnica, sobretudo em agricultura e saúde, cujos recursos somam 60% do orçamento da Agência Brasileira de Cooperação (AMORIM, 2010b), a segurança alimentar e a instalação de empresas brasileiras do outro lado do Atlântico. (AMORIM, 2010h).

Essa síntese da política externa brasileira do Governo Lula, explica, em linhas gerais, os caminhos que levaram o país a uma posição de destaque no cenário internacional. Ela também indica a recuperação da estratégia nacional-desenvolvimentista de diversificação de parcerias para uma inserção internacional menos dependente do centro do sistema, mais autônoma na consecução dos interesses nacionais. Não obstante, ela utiliza as ferramentas analíticas tradicionais da bibliografia de política externa brasileira, que dá preferência ao âmbito econômico e às dinâmicas de coalizões e parcerias estratégicas, preocupada com o lugar do Brasil no jogo de poder do sistema internacional, de modo que nada é mencionado

sobre a mudança de conteúdo das relações internacionais do Brasil, com a exceção daquelas com o Oriente Médio e, principalmente com a África, onde os analistas arriscam apontar a dimensão cultural da estratégia de aproximação brasileira.

A análise dos discursos ministeriais e presidenciais proferidos nos encontros internacionais atesta a inserção do diálogo cultural como instrumento importante na aproximação entre os diferentes povos, mas também como dimensão fundamental do desenvolvimento. Uma política externa ativa na construção de uma ordem internacional com menos assimetrias não se limita à garantia do equilíbrio de poder, e no reconhecimento do poder dos países emergentes. Ela também se constrói sobre a renovação dos debates internacionais sob o escrutínio da opinião pública e das necessidades sociais de cada nação. Da mesma forma, a compreensão do que é o desenvolvimento nacional expandiu-se – sua conquista não se limita a ganhos econômicos: os dirigentes logísticos têm a percepção de interesses nacionais correspondentes a uma sociedade complexa e avançada, em que são levadas em conta as demandas dos mais variados setores sociais (CERVO, 2008). Sendo assim, as mudanças da política externa do Governo Lula não se restringem ao acréscimo de relevância do país no sistema internacional, a diversificação e ampliação das parcerias, ao ativismo multilateral e à construção da liderança na América Latina. De 2003 a 2010, o Brasil passou por reformas institucionais que reconfiguraram o papel do Estado no atendimento de demandas sociais e reformulou seu discurso internacional e o conteúdo de sua política externa com base na atualização do seu projeto de desenvolvimento, processos em que esteve presente a preocupação com a cultura.

4.2 A diplomacia cultural na política externa do Governo Lula e o novo projeto de desenvolvimento nacional

O Presidente Luiz Inácio Lula da Silva elegeu-se a partir de uma campanha baseada nas promessas de desenvolvimento econômico e inclusão social, como bem ilustrado pela Carta ao Povo Brasileiro (LULA DA SILVA, 2002). O discurso de campanha tinha tom reformista, falava na necessidade de mudança, na construção de um novo Brasil, mas ao mesmo tempo dava garantias de continuidade a setores beneficiados pelo governo da situação: conciliava, em suma, os interesses de diversos setores sociais - empresários, agricultores, operários, profissionais liberais - porque ao mesmo tempo em que se propunha a dar continuidade à inserção brasileira na economia mundial e ao acesso ao capital internacional, sustentava a necessidade de ampliação das bases sociais da democracia brasileira, da redução

da pobreza e da fome, da garantia de acesso das populações mais pobres a condições de vida mais dignas (ALMEIDA, 2004).

A tônica reformista associava-se à crítica da gestão neoliberal, e a necessidade daí resultante de revisar as funções do Estado e a bases governamentais do que se compreendia por desenvolvimento nacional, diretrizes que orientaram a formulação do Plano Plurianual 2004 – 2007.¹¹ Acrescenta-se às metas do desenvolvimento econômico, da competitividade e da inserção global na economia, a melhoria na distribuição dos ganhos relativos a esses processos. Em outras palavras, o binômio fundamental da estratégia política do Governo Lula é desenvolvimento com equidade social, e para a sua consecução o Estado ganha novas responsabilidades para além da estabilidade macroeconômica.

O social é o eixo do projeto de desenvolvimento. Os programas dirigidos à inclusão social e à redistribuição da renda são uma absoluta prioridade do governo federal (MPOG, 2003, p. 19).

Para implantar esse projeto de desenvolvimento, é preciso que o Estado tenha um papel decisivo, como condutor do desenvolvimento social e regional e como indutor do crescimento econômico (Ibidem, p.4).

Juntamente com a ampliação das responsabilidades domésticas do Estado, amplia-se a compreensão das funções da política externa como instrumento a serviço do desenvolvimento nacional. A busca pela justiça social interna terá paralelo nos esforços internacionais pela democratização das relações internacionais, e por uma inserção internacional que garanta benefícios para a totalidade da sociedade brasileira. Em seu discurso de posse, Lula inaugurou uma argumentação que seria repetida incansavelmente por ele e por seus ministros ao longo dos dois mandatos quanto à coerência entre as transformações sociais levadas a cabo no cenário doméstico do país e a postura independente e soberana nas relações internacionais.

[...] Esta Nação, que se criou sob o céu tropical, tem que dizer a que veio: internamente, fazendo justiça à luta pela sobrevivência em que seus filhos se acham engajados; externamente, afirmando a sua presença soberana e criativa no mundo. Nossa política externa refletirá também os anseios de mudança que se expressaram nas ruas. No meu Governo, a ação diplomática do Brasil estará orientada por uma perspectiva humanista e será, antes de tudo, um instrumento do desenvolvimento nacional. [...] Visamos não só a explorar os benefícios potenciais de um maior intercâmbio econômico e de uma presença maior do Brasil no mercado internacional, mas também a estimular os incipientes elementos de multipolaridade da vida internacional contemporânea. A democratização das relações internacionais sem hegemonias de qualquer espécie é tão importante para o futuro da Humanidade quanto à consolidação e o desenvolvimento da democracia no

¹¹Desde a Constituição de 1988, todo governo executivo precisa apresentar ao Congresso no primeiro ano de gestão um Plano Plurianual (PPA) que delineia os princípios de ação do governo, assim como as principais metas sociais, econômicas e orçamentárias do mandato de quatro anos.

interior de cada estado (LULA DA SILVA, 2012, p.8 – 9).

O binômio do novo projeto de desenvolvimento nacional, integrando as dimensões interna e externa da política brasileira constitui-se, portanto, na busca pela justiça social associada à democratização das relações internacionais. Ambas as dimensões são apontadas como fundamentais para a inserção soberana do Brasil no mundo, para um país socialmente coeso e reconhecido internacionalmente como um ator relevante. Contando com Gilberto Gil e Juca Ferreira (a partir de 2008) à frente do Ministério da Cultura, e Celso Amorim como Ministro de Relações Exteriores, gradativamente o discurso relacionado às iniciativas sociais, no cenário doméstico, e as posturas autônomas do Brasil no cenário internacional começam a integrar uma dimensão cultural. A cultura passa a ser associada aos dois planos de reforma do projeto de desenvolvimento nacional: as políticas sociais requeridas domesticamente e uma inserção externa que esteja atenta e possa interferir nas transformações em curso no sistema internacional.

Quero dizer a vocês que a cultura é, por isso, uma das prioridades do nosso governo. Elemento inigualável de expressão e afirmação humana, tanto do indivíduo como dos grupos, a cultura nos singulariza como criaturas no universo. Ao mesmo tempo, a cultura e a produção cultural devem ser também encaradas como fatores de geração de renda e emprego, de inclusão social, de cidadania, de crescimento individual e coletivo, e de inserção soberana no processo de globalização. [...] Através do Ministério da Cultura, procuramos criar as condições necessárias não só para democratizar o acesso à cultura, mas também para garantir a mais ampla expressão cultural, tanto individual quanto coletiva. [...] Também incorporamos uma visão ampla e transformadora de cultura, vista agora não só como expressão simbólica, mas como direito do cidadão e fator de desenvolvimento (LULA DA SILVA, 2012b, p. 2 – 3).

Trata-se enfim, da inclusão da dimensão cultural na estratégia de inserção externa do Estado logístico, cuja abordagem é uma síntese entre o neoliberalismo e o nacional-desenvolvimentismo, cabendo ao Estado assegurar e facilitar o pleno desenvolvimento das capacidades econômicas e sociais da Nação, em âmbito interno e internacional. A gestão logística do setor cultural fica bem expressa nas palavras do Ministro Gilberto Gil:

[...] a cultura se impõe, desde logo, no âmbito dos deveres estatais. É um espaço onde o Estado deve intervir. Não segundo a velha cartilha estatizante, mas mais distante ainda do modelo neoliberal que faliu. Vemos o Governo como um estimulador da produção cultural. Mas também, através do MINC, como um formulador e executor de políticas públicas e de projetos para a cultura. Ou seja: pensamos o MINC no contexto em que o Estado começa a retomar o seu lugar e o seu papel na vida brasileira (GIL, 2010b, p. 1).

[...] não queremos o velho Estado que produz cultura, centraliza e substitui ou dirige a sociedade. Mas também não podemos mais adotar um Estado que

ignora os direitos culturais e transfere responsabilidades aos mercados (GIL, 2010, p.1).

A gestão Gil argumenta que ao longo de sua história o Estado brasileiro não reconheceu a importância estratégica da cultura, e que essa situação precisa ser revertida, pois dela dependem a plena realização democrática do país e o futuro da inserção brasileira no cenário da globalização (GIL, 2010e). O primeiro passo nesse sentido foi a reforma do Ministério da Cultura (MINC), ainda em 2003, que revisou a compreensão nacional sobre o papel da cultura no desenvolvimento e as bases conceituais das políticas culturais do país. Em documento publicado em 2006, o Governo expressa como um dos norteadores das ações de culturais realizadas no primeiro mandato a ideia de que “Se o desenvolvimento econômico expressa o bem-estar material de uma nação, é o desenvolvimento cultural que define a sua qualidade” (MINC, 2006, p.13).

Por causa dessa compreensão, o orçamento do MINC foi ampliado - duplicando de 2003 a 2006 (MINC, 2006) - assim como sua rede institucional e sua capacidade de escuta das demandas sociais, a fim de aprofundar o diálogo com institutos, fundações, empresários, artistas e produtores culturais, mas, principalmente, com setores sociais anteriormente desconsiderados pela política cultural (MINC, 2006). A proposta de Gil buscou descentralizar o Ministério da Cultura, criando representações regionais e locais, capazes de corresponder às demandas variadas de uma sociedade constituída sobre o pressuposto da diversidade cultural, como demonstra o projeto Pontos de Cultura, que em 2006 já tinha instalado representações do MINC em 300 comunidades consideradas em risco social (GIL, 2010e). A mudança de diretrizes também estimulou o MINC a fortalecer as relações interinstitucionais, sob a compreensão de que a efetividade das políticas culturais depende da revisão da concepção de cultura que perpassa toda a administração pública brasileira (MINC, 2006). Graças à mobilização interinstitucional, por exemplo, o MINC garantiu a incorporação da agenda cultural do desenvolvimento nacional pela Petrobrás, o BNDES e o IBGE (GIL, 2010c).

O BNDES é uma instituição histórica pela responsabilidade que tem no impulsionar o desenvolvimento, e fez um gesto ousado nessa incorporação da cultura de forma institucionalizada como negócio, e está dinamizando com isso importantes regiões que vivem dessas atividades criativas. São esses grandes parceiros que tem possibilitado uma visão mais estrutural para a cultura, assim como a Petrobrás e sua equipe de patrocínio que tem dado exemplo público na sua destinação de recursos, assim como o IBGE e sua equipe de cultura na produção de números e estatísticas que mostram todo o peso da cultura no desenvolvimento do Brasil (GIL, 2010c, p. 1).

Além do reconhecimento estratégico da cultura para o desenvolvimento interno do

país, o Ministério da Cultura passa a reforçar um discurso sobre a centralidade da cultura nas relações internacionais contemporâneas, e, portanto, a argumentar em favor de uma inserção internacional brasileira que leve em conta a dimensão cultural. A construção desse posicionamento baseia-se na recuperação história do discurso nacional típico do século XX sobre o caráter mestiço e antropofágico da cultura brasileira combinado com a abordagem contemporânea da diversidade cultural.

O processo de constituição do Brasil e da sociedade brasileira caracteriza-se por um conjunto de aspectos singulares em que se inscreve, com destaque, a mestiçagem, ou seja, a intensa mistura de genes, valores e signos, de múltiplas procedências. O impacto da mestiçagem brasileira foi amplificado, ao longo de nossa história, por um modo peculiar de absorver influências e transformá-las em algo próprio, muitas vezes novo, ou com forte tempero local, modo este que ganhou o nome de antropofagia cultural. A mestiçagem e a antropofagia cultural, alimentados por constantes fluxos migratórios de pessoas e de ideias, produziram aqui uma cultura potente e plural, com um grau de diversidade e renovação comparável ao de alguns poucos países do planeta (GIL, 2010e, p.2).

Não se trata, contudo, de um retorno do mito da democracia racial. Pelo contrário: a luta contra a discriminação social de todos os tipos é inserida como elemento fundamental do desenvolvimento do país. No âmbito da cultura isso significa que o desfavorecimento social de determinados grupos culturais será reiterado como uma herança maldita a ser superada no caminho da democratização do país. Por essa razão, o reconhecimento da importância das matrizes culturais indígenas e africanas na formação cultural brasileira transforma essas populações em alvos centrais da política nacional de cultura, sem que, contudo, seja desmerecida a participação essencial de todos os outros povos que por aqui passam e passaram na constituição da identidade brasileira.

Aqui no Brasil, durante muito tempo, negávamos a existência do racismo. Acreditávamos, com alguma pretensão, que vivíamos em uma democracia racial. Hoje sabemos que isso não é verdade. Preconceito e discriminação deixaram parcelas de nossas populações - sobretudo negra e indígena - à margem dos benefícios do crescimento econômico. O Governo do Presidente Lula tem um compromisso ético com a promoção da igualdade e o fim de todas as formas de discriminação. Fizemos desse compromisso uma diretriz política e um referencial para o desenvolvimento econômico e social (AMORIM, 2010c, p. 1).

A ampliação do acesso de grupos locais às políticas nacionais de cultura, a revisão conceitual das bases de ação do MINC, a renovação do discurso da mestiçagem, a preocupação com o aspecto cultural do desenvolvimento nacional, tudo isso aponta para a necessidade de proteger e promover o aspecto definidor da identidade e da cultura brasileira, qual seja: sua multiplicidade de origens e expressões. Essa política nacional de cultura ganha

seu paralelo na política externa sob o signo da defesa da diversidade cultural. Promover e defender a diversidade cultural nas relações internacionais é também defender a singularidade da cultura e da identidade brasileira, inerentemente multifacetadas, frente aos demais países. Além disso, a defesa da diversidade cultural torna-se uma ferramenta de reafirmação da tradição pacifista da política externa brasileira, porque o Brasil passa a ser apresentado como um exemplo de receptividade cultural, de capacidade de convivência com o diferente, um país sem exasperações xenófobas, como pode ser apreendido nas palavras de Gilberto Gil:

O Brasil, uma voz cada dia mais diversa e dinâmica, nunca acabada, e um feliz exemplo de diversidade e encontro cultural. O Brasil tem importante papel, torna-se uma possível liderança nesse processo. O Brasil nasceu com a globalização dos descobrimentos. Somos mestiços, produto de populações e tradições diversas e vivas que ocupam um vasto território, que compõem, juntas, um amplo imaginário. Praticamos, a olhos externos, um modo singular de viver e de estar no mundo. Há uma mensagem universal de convívio e enorme criatividade explícita na forma como essa população abriu seus poros e assimilou os valores de outros países e civilizações, na forma como essa população lida com seus costumes, etnias, raças e credos. Essa mensagem de paz é um patrimônio do povo brasileiro. Temos mais que uma imagem a zelar, temos uma mensagem a promover. Penso no acúmulo dos conhecimentos oriundos das culturas indígenas e dos afrodescendentes (GIL, 2010, p. 1).

A defesa e promoção da diversidade cultural torna-se o elemento fundamental da política externa brasileira cultural, porque sintetiza a visão da política de cultura nacional de ampliar e democratizar o acesso à cultura e assim garantir a manutenção do caráter plural da sociedade brasileira, com a necessidade de proteção da identidade brasileira no exterior, frente à ameaça de homogeneização trazida pela sociedade de consumo. Essa segunda dimensão se constrói a partir do reconhecimento discursivo de que a década durante a qual vige o Governo Lula é um período de transformações internacionais profundas, de alteração nas bases sociais, econômicas e políticas das relações internacionais, associadas em grande parte à emergência das questões culturais na era da globalização.

O governo brasileiro passa a reconhecer pelo menos duas dimensões da ligação entre a cultura e um novo cenário das relações internacionais em construção que demandam uma revisão na sua política externa. Em primeiro lugar está a visão governamental sobre a tendência à multipolaridade do sistema internacional, a qual é associada à emergência de questões culturais, devido à ampliação do número de atores relevantes e com panoramas culturais diversos, os quais estimulam o surgimento de novos debates e demandas internacionais, ligados as suas diferentes realidades domésticas.

O concerto da globalização deslocou a cultura para um lugar novo, singular e estratégico do debate político global – provavelmente porque a

geopolítica do mundo contemporâneo vem mudando ela própria seu terreno tradicional. Sobre a cartografia dos mapas nacionais, hoje vemos com mais lucidez emergir uma paisagem global composta de vasta diversidade cultural, de milhares, talvez milhões, de sistemas culturais diversos, nem todos coincidentes com as paisagens nacionais. Essas emergências vêm surgindo como porta-vozes de direitos e demandas que são em sua maioria legítimas (GIL 2010, p.1).

Esse cenário já foi analisado como potencialmente conflituoso, numa perspectiva que antecipa a generalização de comportamentos etnocêntricos e xenófobos ligados a tragédias internacionais como genocídios, guerras étnicas e até mesmo uma possibilidade de guerra mundial centrada na oposição inconciliável entre civilizações diferentes. O Governo Brasileiro reconhece a dimensão conflitiva das temáticas culturais, mas não a aceita como uma realidade inevitável, sua postura é construída a partir de uma compreensão da cultura como uma ferramenta para a construção de relações de confiança e, portanto, para a construção de relações internacionais menos belicosas (GIL 2010, 2010a, 2010b, 2010c; FERREIRA, 2010b). Aqui se convoca novamente o respeito e a proteção da diversidade cultural como pressuposto de relações internacionais dignas do que o cenário do século XXI demanda.

Meio século depois do fim da segunda guerra mundial, a agenda da cultura volta a se apresentar no mundo pós-guerra fria como um elemento fundamental para a construção da paz entre os povos. O discurso do “colapso simbólico”, referido às novas formas de terror e intransigência, tem produzido, como contrapartida, uma repolitização da esfera pública, uma redefinição do papel do Estado e uma reflexão coletiva acerca do futuro, bem como a necessidade de se desfazer de sentimentos belicosos, fundamentalistas e etnocêntricos (GIL, 2010).

Vale a pena citar também um trecho do discurso do Ministro Juca Ferreira, em 2010, que denota explicitamente o reconhecimento do potencial pacificador das relações culturais.

Essa perspectiva de valorização da diversidade cultural soube igualmente contrapor-se ao fatalismo do conflito de civilizações. Ela veio ensinar-nos – à moda do pensamento dialético – que aquilo que, aparentemente, nos afasta, de fato nos une. A diversidade cultural nos diferencia sem nos separar. O que estranhemos nos estimula. O que não conhecemos a fundo nos fascina e nos inspira. O diverso está cheio de poesia. Em outras palavras, a perspectiva da diversidade cultural veio descortinar um novo paradigma de convivência internacional, onde a diferença não conduz ao conflito, mas sim ao congaçamento e complementaridade. (FERREIRA, 2010d)

Em segundo lugar, é apontada a dimensão econômica da cultura, ilustrada pela emergência das indústrias culturais como um dos setores mais dinâmicos da economia mundial. O crescimento da demanda por bens culturais é associado ao seu caráter

multifacetado, que além do valor econômico, aporta elementos simbólicos e identitários, o que é favorecido no cenário contemporâneo pelo crescimento do acesso aos meios de comunicação, a possibilidade de contato com outras culturas pelo meio virtual ou mesmo por viagens internacionais, enfim, o crescimento da circulação de informação e conhecimento a respeito da diversidade de visões de mundo e expressões culturais que incrementam o interesse individual pelo consumo de produtos representativos das mais diferentes regiões do mundo.

A possibilidade de inserção econômica via indústrias culturais não é uma novidade no cenário político brasileiro: basta lembrar a ligação íntima entre as estratégias de propaganda do Governo Militar citadas no capítulo anterior. Não obstante, há uma mudança de perspectiva quanto ao que deve ser promovido: enquanto no período militar o Governo dispunha-se a difundir e favorecer a promoção de artistas e manifestações culturais que já tivessem demanda assegurada no exterior, no Governo Lula busca-se diversificar a pauta de expressões brasileiras que podem se tornar bens de exportação. Ou seja, a democratização do acesso à fruição e à produção de cultura também abarca as considerações econômicas quanto às possibilidades de inserção brasileira nas redes e fluxos de alto valor da chamada Economia da Cultura (BENHAMOU, 2007).

[...] [outra] dimensão que enfocamos no Brasil é a cultura enquanto Economia. No mundo inteiro isso já é um fato, mas para o Estado brasileiro ainda é um reconhecimento muito recente e um conceito em construção. A Cultura constitui, inegavelmente, uma economia poderosa, sendo hoje uma das que mais crescem no mundo. Gera empregos, paga melhores salários e não esgota a natureza! Algumas cifras apontam que, atualmente, a economia da cultura tem registrado crescimento de 6,3% ao ano, enquanto o conjunto da economia cresce 5,7%. O Banco Mundial estima que ela já corresponda a 7% do PIB mundial (2003). São números importantes, que demonstram objetivamente a relevância e a magnitude da cultura (FERREIRA, 2010e, p.2).

Ainda no âmbito econômico, o Governo Brasileiro se mostra atento à relação entre a revolução tecnológica e a difusão cultural a nível mundial. Trata-se do surgimento daquilo que se convencionou chamar Sociedade do Conhecimento, e que diz respeito a uma transformação no ponto de vista da sociedade contemporânea quanto aos fatores de agregação de valor econômico: o capital humano, o intelecto, a capacidade de produzir conhecimento e informação ganham espaço cada vez maior frente aos fatores materiais, associados à capacidade de produzir bens em escala. A inovação, o design e o aporte tecnológico, entre outros fatores, sugerem que paralela à necessidade de produção em massa de produtos de consumo corriqueiro, surge uma demanda global por qualidade, por produtos diferenciados.

Nesse sentido, cria-se um novo setor de competitividade que não depende da existência de recursos naturais, mas sim da capacidade de desenvolver o capital humano da sociedade, tarefa para a qual o acesso à cultura, à informação e à tecnologia torna-se pré-requisito. O Governo Brasileiro apresenta-se disposto a estimular a capacitação social, a fim de tornar o país um futuro competidor nesses setores de ponta da economia, por meio da mobilização produtiva do potencial criador inerente à diversidade cultural do país.

Não se faz desenvolvimento sem combinar produção e distribuição da riqueza e, finalmente, sem a reflexão e autodeterminação do que, nós brasileiros, consideramos como riqueza. Essa é a grande lição que aprendemos nestes anos. A riqueza de nossa diversidade cultural, capaz de gerar uma nova economia feita não exclusivamente de nossos recursos naturais, mas a partir dessa sociedade do conhecimento, dessa sociedade da cultura – e de sua economia da cultura (GIL, 2010a, p.2).

Outra aproximação entre a necessidade de desenvolvimento cultural e o acesso à tecnologia fica evidenciada no Programa Cultural para o Desenvolvimento, publicação governamental de 2006, cujas metas são reafirmadas por ministros e pelo próprio Presidente Lula em discursos subsequentes. Em visita à Colômbia, em 2007, para debater as medidas de política pública necessárias para a implementação das metas da Convenção para a Proteção e Promoção da Diversidade Cultural, assinada no ano anterior, Gilberto Gil, afirmava “Devemos ter políticas de cultura digital, promovendo políticas de banda larga com o objetivo de acesso a todos. A cultura digital, o acesso à rede, não apenas como consumidores, mas como produtores de conteúdo digital tornam-se estratégicos para a diversidade cultural” (GIL, 2010d).

Como se pode perceber a diversidade cultural é o elemento discursivo que dá sentido à complexa argumentação brasileira sobre a centralidade da cultura no seu novo projeto de desenvolvimento nacional. No plano doméstico, a política nacional de cultura é desenhada para o atendimento do maior número possível de localidades e grupos sociais, sob a perspectiva de que o acesso à fruição e à produção de bens culturais é um direito social e humano fundamental e de que é preciso reverter um quadro histórico de discriminação que manteve o Governo afastado das minorias culturais do país (MINC, 2006). Ao mesmo tempo, a sistematização, o mapeamento e a resultante representatividade das mais diferentes manifestações culturais brasileiras no seio das instituições governamentais de cultura é variável necessária para a manutenção da imagem internacional brasileira como uma nação multicultural, e em que convivem pacificamente indivíduos das mais diferentes origens. Nesse sentido, a defesa da diversidade cultural é um instrumento de defesa da identidade e da cultura brasileiras construídas historicamente sobre a noção de mestiçagem.

Defender a diversidade cultural como um fundamento das relações internacionais é também defender o direito de cada nação, incluindo a brasileira, de garantir dentro de seu país as medidas necessárias para a manutenção da identidade nacional e da produção de bens simbólicos que possam competir igualmente pela demanda global. Além disso, a defesa da diversidade cultural torna-se um novo instrumento de reiteração da tradição pacífica e conciliadora da Nação brasileira, imagem favorável às negociações internacionais, sobretudo na estratégia de cooperação Sul-Sul, como veremos a seguir. Em suma, é sob o signo da defesa da diversidade cultural que se constrói a coerência entre o plano nacional e internacional da postura do Estado brasileiro quanto à dimensão cultural da política na primeira década do século XXI, constituindo-se, portanto, no fundamento da diplomacia cultural do Governo Lula.

A disposição explícita do Governo Lula, protagonizada pelo MINC, em fazer da cultura uma dimensão central do projeto de desenvolvimento nacional e, portanto, da política externa do país condicionou a aproximação entre o Ministério da Cultura e o Ministério das Relações Exteriores. Em palestra no Instituto Rio Branco, em 2008, Gilberto Gil inicia assim sua fala:

Quero iniciar agradecendo este convite, que é a oportunidade de continuar um diálogo que tem sido dos mais enriquecedores entre o Ministério da Cultura e nossa política internacional. Nenhuma oportunidade poderia ser mais especial do que esta, o contato com vocês que fazem ou farão a política internacional do país. Por meio deste agradecimento, espero alcançar meus colegas de trabalho no Itamaraty, que têm sido sempre cúmplices estratégicos na formulação e implementação de nossa agenda cultural, *latu sensu*. Espero que esta seja uma das prioridades brasileiras frente aos demais Estados e às instâncias multilaterais. [...] Soubemos, desde o início, que esta extensa agenda só teria êxito se houvesse uma efetiva integração dos trabalhos do Ministério da Cultura com os do Ministério das Relações Exteriores. É o que vem acontecendo, em sintonia plena (GIL, 2010, p. 1).

Um dos pontos culminantes dessa aproximação é a criação da Diretoria de Relações Internacionais (DRI) no Ministério da Cultura, pelo Decreto 6.368, de 30 de Janeiro de 2008, o que representa uma mudança institucional pensada especificamente para facilitar a interlocução com o Ministério das Relações Exteriores (MRE, 2010). Além disso, o setor internacional da cultura ascende em relevância na estrutura administrativa do MINC, visto que antes era de responsabilidade da Secretaria de Relações Interinstitucionais, considerada um órgão específico singular, e com o Decreto 6.368 torna-se uma subdivisão da Secretaria Executiva, órgão de assistência direta e imediata ao Ministro de Estado da Cultura (BRASIL, 2008). O texto do Decreto é surpreendente: designa ao Ministério da Cultura a responsabilidade por “disseminar as diretrizes da política externa brasileira na área da cultura

e assegurar sua adoção nas ações culturais internacionais do Ministério e entidades vinculadas” (BRASIL, 2008), além responsabilizá-lo pela realização de programas, projetos e eventos internacionais ligados à cultura, promover a exportação de bens culturais, articular e coordenar processos de cooperação e negociações internacionais na área de cultura. No Artigo 6 do decreto ficam assim descritas todas as competências da Diretoria de Relações Internacionais:

- I. Assessorar o Ministro de Estado, as Secretarias e as entidades vinculadas em assuntos internacionais do campo cultural;
- II. Coordenar, orientar e subsidiar a participação do Ministério e as entidades vinculadas em organismos, redes, fóruns e eventos internacionais que tratem de questões relativas à cultura;
- III. Orientar, promover e coordenar os processos de planejamento, formulação, implementação e avaliação de políticas, programas e projetos internacionais do Ministério e entidades vinculadas;
- IV. Disseminar as diretrizes da política externa brasileira na área da cultura e assegurar sua adoção nas ações culturais internacionais do Ministério e entidades vinculadas;
- V. Articular e coordenar os processos de apoio a programas e projetos relacionados à cultura, de cooperação internacional e de negociação de atos internacionais com organismos internacionais, entidades e governos estrangeiros, em conjunto com os demais órgãos do Ministério da Cultura e Ministérios afins;
- VI. Apoiar e subsidiar as ações de promoção da exportação de bens e serviços culturais brasileiros, em articulação com os demais órgãos do Ministério da Cultura, Ministérios afins, bem como instituições públicas e privadas do Brasil e do exterior;
- VII. Delinear estratégias e apoiar ações para intensificação do intercâmbio cultural e artístico entre o Brasil e países estrangeiros, em articulação com as demais áreas do Ministério;
- VIII. Planejar, orientar, coordenar e promover a participação brasileira em eventos culturais internacionais e de divulgação da imagem do Brasil no exterior por meio da cultura; e
- IX. Atuar como interlocutor do Ministério e das suas entidades vinculadas junto ao Ministério das Relações Exteriores.

A conclusão a que se pode chegar com base no texto do Decreto é que o Ministério da

Cultura, por meio de sua Diretoria de Relações Internacionais, torna-se ator fundamental da diplomacia cultural brasileira, ao lado do Departamento Cultural do Itamaraty¹², composto pela Divisão de Promoção do Audiovisual, a Divisão de Acordos e Assuntos Multilaterais Culturais, a Divisão de Operações de Difusão Cultural, a Divisão de Promoção da Língua Portuguesa, a Divisão de Temas Educacionais e a Coordenação de Divulgação (MINC, 2006). O DC tem competências semelhantes às da DRI, quais sejam: propor, em coordenação com os departamentos geográficos, diretrizes de política exterior no âmbito das relações culturais e educacionais, além de promover a língua portuguesa, negociar acordos, difundir externamente informações sobre a arte e a cultura brasileiras e divulgar o Brasil no exterior (MINC, 2006).

É preciso reconhecer que a história do Departamento Cultural data de muito antes da criação do Ministério da Cultura. Já durante o Estado Novo, criou-se no Itamaraty um Departamento com funções correspondentes às do atual Departamento Cultural, e que seguiu existindo com nomes variados durante os governos Kubistchek, Jânio Quadros e João Goulart, e durante o regime militar (DUMONT; FLÉCHET, 2009). Não obstante, as ações do DC estiveram restritas ao seu baixíssimo orçamento e à limitada consideração dada à dimensão cultural das relações internacionais ao longo do século XX (RIBEIRO, 2011). Sendo assim, a emergência do Ministério da Cultura como ator da diplomacia cultural brasileira é um estímulo duplo ao crescimento da importância da cultura: primeiro pelo aporte orçamentário, segundo, e mais importante, por ser um órgão destinado especificamente a pensar a cultura nacional e suas relações com a política e a economia, configurando-se assim num novo ator no jogo político que define as diretrizes da política nacional e internacional.

Tanto no âmbito multilateral quanto bilateral das relações internacionais do Brasil se pode constatar um crescimento da importância dada à dimensão cultural, seja por meio da postura brasileira na defesa da diversidade cultural, quanto no uso de argumentos culturalistas para a aproximação com parceiros estratégicos. Na esfera dos órgãos multilaterais, como OEA e UNESCO, além das dimensões já descritas quanto à aplicabilidade doméstica e internacional do discurso da diversidade cultural, este também é utilizado como forma de salientar uma postura autônoma e inovadora do Brasil, diferente, por exemplo, daquela dos Estados Unidos, que não assinou a Convenção Para a Proteção e Promoção da Diversidade Cultural (UNESCO, 2006). Ao mesmo tempo ela serve de instrumento na conquista de confiança e na consolidação de posturas comuns com os demais países em desenvolvimento,

¹² Pelo Decreto nº 4.759, de 21 de junho de 2003, o Departamento Cultural tinha sido transformado em Diretoria-Geral Cultural, ascendendo na hierarquia no MRE. No entanto, essa transformação foi revogada pelo Decreto nº 5.032, de 5 de abril de 2004.

sobretudo, no tocante à defesa das indústrias culturais e das identidades culturais desses países frente à influência homogeneizante da globalização e da cultura de massas propulsionada pela indústria cultural das potências econômicas, em especial, dos Estados Unidos.

Além disso, o discurso da diversidade cultural é utilizado em paralelo ao da necessidade de democratização das relações internacionais, porque a diversidade é vista ao mesmo tempo - conforme anteriormente citado - como meio de assegurar maior igualdade no peso dos diferentes países nas negociações multilaterais, e como estímulo à ampliação do acesso das populações mais pobres do planeta aos fluxos de informação, conhecimento e cultura, por meio da partilha de experiências e do debate sobre as quais seriam as melhores estratégias no combate às disparidades econômicas e socioculturais.

A política cultural ganha hoje uma importância única em nossos países, novas formas e tem um papel importante no agenciamento das diferenças, promovendo novos direitos dos homens – frente às tecnologias e por meio dessas tecnologias -, reconhecendo modos de existência simbólica e criando formas mais saudáveis de resolver conflitos. Neste ponto, temos muito a compartilhar sobre nossas experiências em nível local, regional e nacional. [...] Os direitos culturais são direitos sociais fundamentais. Mais do que nunca, as populações não querem só o direito elementar à alimentação e à educação básica e massiva, ou o acesso de via única ao que o Estado define como Cultura. Essa multidão quer consumir e produzir de forma diferenciada, quer lazer qualificado e o seu direito de viver com seus sistemas de crenças e valores autônomos, gozando de sua plena liberdade. Mais do que consumidores, querem ser criadores, ter direito à expressão e à produção. (...) Precisamos romper os muros do círculo perverso que estigmatiza seres humanos em periferias e os trazer, enfim, para o centro de sua própria história. (GIL, 2010d, p.1)

Por fim, o discurso da diversidade cultural serve a um dos propósitos fundamentais da diplomacia cultural que é a construção de uma imagem de prestígio para o país. Após a assinatura brasileira da Convenção Para a Proteção e Promoção da Diversidade Cultural, em 2006, o Ministro Gilberto Gil fez questão de reiterar nas ocasiões em que se fez adequado o esforço e a dedicação dos representantes brasileiros na elaboração e aprovação da Convenção.

Nossa atuação internacional também começa a dar frutos. No dia 20 de outubro, a Conferência da UNESCO, em Paris, aprovou a Convenção Internacional de Proteção e Promoção da Diversidade Cultural, um documento vital para a cultura na era da globalização. Sua elaboração e aprovação se devem, em grande parte, ao trabalho do Ministério da Cultura do Brasil, ao lado de países como a Espanha, a França, o Canadá, os vizinhos do MERCOSUL e os países da África. (GIL, 2010e, p.3)

Ademais, em 2010, a 34ª Sessão do Comitê do Patrimônio Mundial da UNESCO foi sediada em Brasília, sob presidência do Ministro da Cultura, Juca Ferreira, eleito por

aclamação na sessão anterior do órgão em Sevilha, 2009. Na sessão de 2010, o Comitê reconheceu 21 novos sítios como Patrimônio Mundial, incluindo a candidatura brasileira da Praça de São Francisco, no Sergipe. Graças à mobilização diplomática coordenada pelo Brasil, houve, pela primeira vez, substancial reversão das decisões do Comitê em favor do mundo em desenvolvimento, constituindo primeiro passo para melhor equilíbrio de sítios na Lista. Além disso, o Brasil apoiou a implantação do Fundo da Diversidade Cultural da UNESCO, e como reflexo interno das propostas defendidas na Convenção, criou-se no Ministério da Cultura a Subsecretaria de Diversidade Cultural (MRE, 2010).

Outras importantes instituições internacionais na estratégia brasileira é a Organização dos Estados Americanos onde o Brasil tem trabalhado pelo desenvolvimento de linhas de ação especificamente culturais. Nesse sentido destaca-se a participação do MINC na Comissão Interamericana de Cultura (MINC, 2006), criada com o objetivo de debater questões ligadas à Economia da Cultura nas Américas, tida como principal instrumento de um modelo de desenvolvimento inclusivo e culturalmente qualificado (MINC, 2009).

Na aproximação multilateral e bilateral com parceiros estratégicos o uso do discurso cultural e das medidas de diplomacia cultural propriamente ditas – como acordos de cooperação, criação de comissões internacionais ligadas ao setor cultural, realização de feiras internacionais e de projetos de divulgação de bens culturais – são frequentes desde o início do Governo Lula. Percebe-se na distribuição geográfica dessas iniciativas uma preferência pelo eixo Sul-Sul, e, sobretudo, para a América do Sul e a África. Início o mapeamento por aqueles relacionamentos em que a cultura ainda é tema incipiente.

Há no IBAS - gostaria de reforçar esse lado, para além, digamos, das colocações políticas, que são, evidentemente, importantes, para além da coordenação nos organismos internacionais, que nós temos procurado também manter - um elemento muito pragmático de cooperação, de busca de aumento das relações econômicas, culturais, científicas, tecnológicas e da troca de experiências em âmbitos diversos, ideia de uma cooperação entre essas três grandes democracias, três países caracterizados também, digamos, pelo multiculturalismo, pela diversidade racial, enfim, muitas características positivas em comum e três países com liderança no conjunto dos países em desenvolvimento (AMORIM, 2010d).

Como medidas práticas para a aproximação cultural, o IBAS conta com um Grupo de Trabalho sobre Cultura, e em 17 de Outubro de 2007 foi assinado o Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil, o Governo da República da Índia e o Governo da República da África do Sul sobre Cooperação Cultural. Os BRICS também são foco de iniciativas culturais, como denota a fala de Celso Amorim, segundo a

qual “Os BRICs são um exemplo de como países com culturas diversas podem se unir em torno de projetos comuns em favor da paz, do multilateralismo e do respeito ao direito internacional” (AMORIM, 2010g, p. 1).

No âmbito bilateral, o Brasil assinou acordos ou memorandos com todos os países componentes dos dois grupos. Com a Índia foi firmado o Memorando de Entendimento com Vistas À Implementação das "Semanas de Cultura Brasileira na Índia e das Semanas de Cultura Indiana No Brasil"¹³ e estabelecido o Programa Executivo Cultural para os anos 2006-2007, ambos em 2006. Com a China o Brasil criou em 2006 o Programa Executivo de Cooperação Cultural e Educacional entre o Governo para os Anos de 2006-2008, renovado em 2010, para o biênio 2010 – 2012, e com a Rússia foi lançado em 2004 o Programa de Intercâmbio Cultural Educacional e Esportivo. Com a África do Sul assinou-se em 2007 o Memorando de Entendimento sobre Cooperação Cultural. A assinatura dos acordos culturais tem como desdobramento a criação de Comissões Mistas que se reúnem sistematicamente, com a finalidade de formular propostas de políticas públicas voltadas para o intercâmbio cultural entre os países. Os Programas Executivos, por sua vez, resultam dessas reuniões e consistem num passo a mais na aproximação cultural por enumerar propostas de ações concretas de cooperação cultural a serem efetivadas num prazo que varia de 2 a 4 anos (MRE, 2010a).

Destacam-se na aproximação com o Oriente Médio dois tipos de argumentação culturalista. A primeira se refere à existência de uma ampla comunidade árabe no Brasil, como justificativa de laços culturais históricos que precisam ser valorizados.

Encontra-se no Brasil a maior comunidade de origem árabe fora do mundo árabe, e mais de dez milhões de brasileiros possuem ascendentes naquela região. Aqui convivem, pacificamente, cristãos, muçulmanos, judeus, que mantiveram elos com sua civilização materna e deram decisiva contribuição à formação da identidade brasileira, bem como ao desenvolvimento de nosso país e ao enriquecimento de nossa cultura (AMORIM, 2010d).

A segunda se constrói sobre o discurso brasileiro de defesa da diversidade cultural e do diálogo intercultural como ferramenta a serviço da paz. Nesse último caso, o Brasil se apresenta como uma nação sem preconceitos, capaz de cooperar com todos os povos, com as mais diferentes visões de mundo. É condizente com essa postura que o Brasil tenha assinado acordos de cooperação cultural tanto com Israel quanto com o Irã e a Autoridade Palestina, assim como com a Jordânia e a Síria, não obstante a polarização diplomática que divide os

¹³ Todos os Acordos, Memorandos e Programas citados aqui foram obtidos através de pesquisa no Sistema de Atos Internacionais do Ministério das Relações Exteriores, que pode ser acessado através do endereço: <http://dai-mre.serpro.gov.br/>.

países nos debates sobre os conflitos da região. O Governo Brasileiro assim justifica sua postura em discurso proferido pelo Ministro da Cultura Juca Ferreira na abertura do Festival Sul-Americano da Cultura Árabe, em São Paulo, 2010.

A epopeia da imigração árabe no Brasil é uma história de sucesso. Homens e mulheres, imbuídos de valores éticos profundos, coesão familiar e imensa capacidade de trabalho aqui chegaram, lutaram e triunfaram. Nosso país, já de muito acostumado às influências mouriscas – tão evidentes nas sociedades ibéricas, nas culturas africanas e na própria língua portuguesa – soube receber esses novos brasileiros com afeto e generosidade. Essa experiência positiva, calcada na interpenetração de culturas, me parece hoje um dos grandes trunfos do Brasil no cenário internacional. Enquanto outros insistem no conflito de civilizações, na intolerância religiosa e na retórica neocolonial, nós estamos abertos à diversidade e ao diálogo. Nossa atuação externa reflete esses valores (FERREIRA, 2010d, p. 1).

Nas relações multilaterais com os países árabes a diplomacia cultural brasileira atua desde o estabelecimento da ASPA, a Cúpula América do Sul – Países Árabes, em 2005. Em 2007, houve a primeira reunião de Ministros da Cultura da ASPA em Argel e culminou com a criação da BIBLIASPA, um Centro de Cultura e Pesquisa sobre as relações árabes-sul-americanas, que se encontra atualmente instalado em órgão cedido pelo IPHAN e começou sua atuação pelo estabelecimento de convênios destinados à publicação conjunta de livros e revistas (FERREIRA, 2010d). Um exemplo de ações já realizadas é o lançamento da FIKR, Revista de Estudos Árabes, Africanos e Sul-Americanos que aborda temas relacionados a essas regiões nas áreas das ciências humanas, como literatura, história, antropologia, geografia e filosofia (BIBLIASPA, 2012). Além disso, foram realizadas de mostras de cinema, exposições e turnês de artistas pelos países árabes, organizadas em parceria com o Itamaraty (FERREIRA, 2010d).

A África e a América Latina se sobressaem no espectro das iniciativas de diplomacia cultural brasileira e ainda mais no uso de uma herança cultural comum como justificativa à cooperação. Segundo afirmado pelo próprio Ministério da Cultura, a prioridade dessas duas macrorregiões na política externa brasileira do período se expressa também na busca preferencial dos seus países como potenciais sócios em acordos de cooperação técnica e cultural (MINC, 2006; MRE, 2010a).

A aproximação cultural com os países latino-americanos se deu em diversos níveis, desde o bilateral, passando pelo lançamento do MERCOSUL Social e Cultural e chegando à esfera subcontinental com a inclusão dos países caribenhos. De 2003 a 2008, o Brasil assinou acordos de cooperação bilateral com Argentina, Paraguai, Peru, Guiana, Venezuela, México

Barbados, Panamá, República Dominicana, Guatemala, Belize, Santa Lúcia, São Vicente e Granadinas, Granada, Dominica e São Cristóvão e Névis (MRE, 2010a).

No MERCOSUL, a dimensão cultural tem força expressiva devido aos quase 20 anos de trabalho das Reuniões dos Ministros da Cultura dos países membros, realizadas anualmente, além de Seminários e Encontros da sociedade civil voltados para o debate sobre políticas culturais e estratégias de cooperação, intercâmbio e desenvolvimento cultural. Segundo o Ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, o MERCOSUL é uma realidade política e cultural que vai além dos interesses empresariais (AMORIM, 2010e), visão reiterada pelo ministro Juca Ferreira em 2008, segundo o qual o MERCOSUL Cultural tem papel estratégico no fortalecimento da integração, porque constrói laços duráveis de confiança, favorece a compreensão mútua fundamental para o estabelecimento de posturas comuns nas negociações multilaterais (FERREIRA, 2010b) além de ser elemento fundamental no desenvolvimento nacional dos Estados membros e na superação de assimetrias entre eles.

Creio que tudo o que buscamos construir no plano cultural junto a esse bloco econômico favorece o desenvolvimento industrial e social da Região Sul. Sabemos o quanto uma política em nossa área permite aos cidadãos dos países do MERCOSUL ter acesso a bens simbólicos preciosos que formam o patrimônio e a contemporaneidade desse continente. Nosso desafio é criar essa infraestrutura simbólica que é no mundo atual uma grande potência de inovação e desenvolvimento econômico (FERREIRA, 2010b).

No tocante às realizações, a listagem das iniciativas culturais realizados entre os países do MERCOSUL seria quase interminável. Cito alguns dos considerados mais significativos por publicação governamental do Brasil por ocasião do lançamento do programa MERCOSUL Social e Participativo pela presidência Pro-Tempore do Brasil em 2008, como 2º Encontro de Produtores de Obras Audiovisuais do MERCOSUL, o 1º Seminário de Coprodução em Audiovisual dos países do Bloco, a 1ª Reunião do Comitê de Artes do MERCOSUL, o Terceiro Seminário do Plano Nacional do Livro e Leitura do MERCOSUL, todos em 2008 (BRASIL, 2008a). Ainda nesse ano destacam-se, pela temática associada à defesa das minorias culturais e a defesa da diversidade cultural, o Encontro de Culturas Populares, organizado pelos Ministérios da Cultura do Brasil e da Venezuela, com a finalidade de discutir políticas públicas alinhadas com as diretrizes da Convenção Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões; e o Encontro dos Povos Guarani, organizado pelas comunidades guaranis com apoio dos países membros do MERCOSUL, e que discutiu questões ligadas à circulação transfronteiriça e a preservação e difusão da língua e da cultura indígena (BRASIL, 2008a).

Por fim, tem grande relevância a criação do SICSUR, Sistema de Informação Cultural do MERCOSUL, em 2008, o qual foi incorporado como programa do MERCOSUL Cultural em 2009, por ocasião da XXIX Reunião de Ministros da Cultura do MERCOSUL em Montevideo. O SICSUR é destinado à sistematização de informações sobre a cultura nos países membros, por meio da elaboração de um mapa cultural da região, da atualização constante de indicadores econômicos no setor das indústrias culturais e de estudos comparativos sobre as instituições culturais nacionais e regionais, com a finalidade de reverter um quadro histórico de carência institucional e gerencial da cultura nos países da região (SICSUR, 2012).

No âmbito sul-americano, o lançamento da CASA, em 2006, transformada em UNASUL em 2008, e que conta com um Conselho Ministerial de Educação, Cultura, Ciência, Tecnologia e Inovação, cujo estatuto foi aprovado em 2010, na IV Reunião Ordinária do Conselho de Chefes de Estado e de Governo da UNASUL (MRE, 2010c). Trata-se de uma iniciativa recente, cujos resultados práticos devem ser avaliados a partir de agora. O plano de ação cultural mais frutífero no continente foi o da Cúpula Ibero-americana, com iniciativas como série de documentários DOCTV Ibero-américa, lançada em 2007, e que reuniu expressões cinematográficas de 13 países latino-americanos, junto à Espanha e Portugal sobre a realidade contemporânea das sociedades e povos dessa região (GIL, 2010f); e o Ano Ibero-americano de Museus, 2008, com o lançamento do Programa Iberomuseus, instância responsável pela articulação de uma política museológica para a região e pela elaboração de mecanismos multilaterais de cooperação. A política externa cultural para a Ibero-América se utiliza dos argumentos da diversidade cultural e da semelhança entre determinados valores culturais dos países ligados ao seu caráter mestiço para defender uma maior atividade da região na construção de relações internacionais inovadoras.

Nesse intrincado cruzamento da cultura com a política podemos ver a importância do conceito de Ibero-América. Estamos unidos por duas línguas irmãs e uma história comum. Dividimos um mesmo olhar sobre o mundo, harmônico em sua pluralidade de manifestações. (...) Juntos, nós somos mais fortes. E somos mais fortes porque estamos imbuídos de uma cultura cada vez mais relevante no mundo atual – uma cultura que festeja a diversidade, que se orgulha em ser igualmente negra, branca, índia e mestiça; uma cultura que não nega o papel da política, nem a relevância do estado; uma cultura que teve as veias abertas pelo colonialismo e sofreu a vergonha da escravidão, mas que hoje é capaz de dar respostas inovadoras aos desafios de uma história marcada pela desigualdade. Justamente por isso, porque temos a coragem de transformar a nós mesmos, temos também legitimidade para reclamar a construção de uma nova ordem internacional (FERREIRA, 2010a).

Com o continente africano o discurso culturalista tem sido o mote da aproximação desde as primeiras iniciativas nesse sentido, ainda no Governo Jânio Quadros (SARAIVA 1993). Nesse sentido, podemos dizer que não se trata de uma inovação, mas de um retorno em escala maior de uma estratégia de aproximação construída no período da Política Externa Independente. Diferentemente da relação com as outras áreas prioritárias de suas relações internacionais, em que as temáticas culturais aparecem como mais um tema de uma agenda extensa de cooperação, com os países e blocos africanos o discurso cultural é a abordagem primordial. As explicações para isso estão na agenda nacional e internacional de combate à discriminação racial e promoção da igualdade de direitos sociais e proteção da diversidade cultural, tidas como políticas sociais de reversão de uma dívida história do Estado e da sociedade brasileira com as populações afrodescendentes.

Por outro lado, o Governo Brasileiro não nega que a aproximação com o continente africano também esteja ligada a interesses econômicos.

A África é um continente de um futuro imenso, com uma população jovem - como nos lembrou há poucos meses aqui o Presidente da Comissão da União Africana -, e é para nós de enorme importância não somente cultural e humana, mas também econômica e comercial. Eu sempre digo que não se pode medir a política externa apenas com números de comércio, porque a política externa tem muitos outros aspectos, mas até para aqueles que querem ter uma visão puramente mercantil da política externa, também sob esse aspecto a África é muito importante (AMORIM, 2010h).

As possibilidades de retorno econômico estão ligadas aos negócios que resultam de acordos de cooperação técnica, cultural e intelectual, mas também da construção de uma imagem do Brasil que favoreça a internacionalização de empresas brasileiras para o outro lado do Atlântico e do potencial mercado de consumo dos países africanos aos produtos culturais brasileiros.

Antes lembro que o cultural também é prático. A África do Sul, Angola e Moçambique são mercados grandes, cada um a seu modo. [...] Ainda estamos discutindo qual o formato disso, mas talvez pela primeira vez a gente tenha a oportunidade de tratar a educação não só como um tema de cooperação técnica e de uma doação, mas de fazer uma exportação de serviços educacionais, um projeto grande, que esteja integrado à parte física e à parte propriamente técnico pedagógica. (...) E nós abrimos, também, de maneira muito ampla, o leque de cooperação técnica, que gera outras possibilidades de negócios que, no momento, não se percebe. A nossa presença cultural, nossos laços, são muito fortes (...). Não é só novela, de futebol não vou nem falar, porque é de uma importância enorme, mas eu, como presidente da

Embrafilme, já dizia isso: a cultura carrega junto as outras coisas. Moças angolanas querem comprar biquínis parecidos com os biquínis brasileiros e querem usar roupas de verão parecidas com as roupas brasileiras. E, é natural, isso faz parte do contato. (AMORIM, 2010f)

No plano bilateral, de 2003 a 2008 o Brasil assinou tratados de cooperação cultural com Angola, Namíbia, África do Sul, Camarões, Senegal, Egito, Tunísia, Moçambique, República do Congo, Argélia, Botsuana, Serra Leoa, Burkina Faso, Zâmbia, Quênia, Nigéria e Mali (MRE, 2010). Quanto aos eventos internacionais organizados, destacam-se o África-Brasil, a Mostra Pan-Africana de Cinema e Arte Contemporânea e a Conferência de Intelectuais da África e da Diáspora considerados pelo Governo Brasileiro os mais importantes acontecimentos “para o restabelecimento de laços culturais com nossas matrizes africanas, um entrelaçamento que fortalece nossa presença no contexto internacional” (MINC, 2006. p.28).

A relação com a África ainda se desenrola no seio das iniciativas da CPLP, Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, cujas atividades se estendem desde a cooperação técnica e intelectual, a promoção da língua portuguesa no cenário internacional até a busca de posicionamentos comuns nos fóruns internacionais. Segundo o próprio Ministério das Relações Exteriores, a política brasileira para a CPLP se constitui a partir do paradigma Sul-Sul, singularizado pelo princípio da solidariedade e da busca de estratégias de desenvolvimento socioeconômico em bases sustentáveis (MRE, 2010).

A CPLP é um dos fóruns em que o benefício de laços históricos, culturais e linguísticos para a cooperação é mais evidente. Como resultado do fortalecimento das relações de confiança e reciprocidade no seio da CPLP o Ministério das Relações Exteriores aponta “o apoio concedido em 2004 (e reiterado em 2006, 2008 e 2010) a que o Brasil passe a ocupar assento Permanente no Conselho de Segurança da ONU, bem como o apoio dado pela CPLP, durante a Cúpula de Luanda (23/7/2010), à candidatura brasileira ao cargo de Diretor Geral da FAO” (MRE, 2010, p.3). Destaca-se também a realização do I Foro da Sociedade Civil, em 2010, com o objetivo de canalizar a participação de entidades não governamentais na elaboração de propostas para o desenvolvimento econômico, social e cultural dos membros da CPLP (MRE, 2010).

O Programa Cultural para o Desenvolvimento (MINC, 2006) expressa em suas conclusões a forma como a diplomacia cultural brasileira está contida na estratégia de inserção internacional não subordinada e articuladora da cooperação Sul-Sul identificando

como parceiros culturais preferenciais “[...] o MERCOSUL, a América Latina, a África, os países da Comunidade de Língua Portuguesa, a Comunidade Árabe, a África do Sul, a Rússia, a Índia e a China” (MINC, 2006, p. 37). A relação cultural com os países desenvolvidos é considerada inevitável, devido à sua centralidade na produção cultural e econômica do mundo contemporâneo (MINC, 2006). Nesse sentido, “[...] o relacionamento com os países da Comunidade Europeia, com os Estados Unidos e com o Japão [...] deve se estabelecer em termos dos interesses da comunidade nacional e da soberania de nossa população, que permitam aos trânsitos e comércios uma ancoragem na relevância e no dinamismo da diversidade cultural brasileira” (MINC, 2006, p. 37). As principais iniciativas nesse espaço são o Ano do Brasil na França, em 2005, a Copa Cultural na Alemanha em 2006 (GIL, 2010e), o Programa *Brazil in America*, voltado para a promoção da circulação de artistas brasileiros nos Estados Unidos (XAVIER, 2006).

Merece destaque também a aproximação com o Japão nas áreas de cultura e tecnologia, que culminou com o acordo de cooperação na área da TV digital. A expectativa brasileira é que “uma fábrica de microprocessadores, de semicondutores possa ser instalada no Brasil e que isso seja o símbolo de uma nova era de cooperação em uma área avançada do conhecimento humano” (AMORIM, 2010c, p.2), demonstrando o interesse do Governo em promover a inserção do Brasil nos circuito de valor da Sociedade do Conhecimento. Também vale a pena notar o uso do argumento cultural nessa relação bilateral.

Vivem no Brasil um milhão e meio de pessoas de origem japonesa, a maior comunidade nipônica existente fora do Japão. Essa comunidade está hoje totalmente integrada à sociedade brasileira. Os japoneses que para cá vieram são considerados por nós como brasileiros - em todos os sentidos. Encontramo-los ativos nas artes, na política, na diplomacia, em todos os setores, enfim, da vida nacional, sempre com uma contribuição extraordinária. [...] É importante ouvir que o Japão valoriza a presença desses brasileiros lá da mesma maneira que nós valorizamos a presença de japoneses no Brasil. Estamos certos de que contarão eles, cada vez mais, com as mesmas oportunidades de inserção social. (AMORIM, 2010c)

Com base nos dados aqui apresentados pode-se constatar que ao longo dos Governos Lula a cultura tornou-se parte de um novo projeto de desenvolvimento nacional em que os ganhos econômicos e justiça social devem ser igualmente levados em conta. Isso se construiu a partir da compreensão ampliada dos interesses nacionais, que passou a levar em conta as demandas de diversos setores sociais desconsideradas nos projetos de desenvolvimento nacional que marcaram a história do nosso país. A cultura emerge simultaneamente como uma forma de inserção econômica na dinâmica competitiva das indústrias culturais, e como uma

dimensão da reforma social requerida para a plena defesa de uma identidade cultural brasileira marcada pela diversidade. Não se pode fazer isso sem levar em conta o cenário internacional, e na perspectiva brasileira, ele é favorável às estratégias de aproximação cultural, sobretudo com relação aos pares da cooperação Sul-Sul e dos países menos desenvolvidos.

Nesse sentido, concretizar um projeto de desenvolvimento nacional com equidade social envolve variáveis complexas que interligam o cenário doméstico ao internacional. Aqui entra o argumento da defesa e da promoção da diversidade cultural como fundamento de uma diplomacia cultural construída pelo trabalho conjunto do Ministério da Cultura e do Ministério das Relações Exteriores (FERREIRA, 2010e). Procura-se reafirmar o caráter mestiço da cultura brasileira, buscando a representatividade do maior número possível de expressões culturais locais, ao mesmo tempo em que se promove o Brasil como um país pacífico e receptivo a todos os povos, aberto ao diálogo e à cooperação com o mundo inteiro. Com base nesses argumentos, o Brasil constrói sua aproximação com a América Latina, a África e Oriente Médio, e em alguma medida com a Ásia; falando em nome de semelhanças culturais ou de perspectivas de mundo semelhantes marcadas pelo multiculturalismo. Por outro lado, a diversidade cultural também é defendida como mecanismo de defesa à ameaça homogeneizante das indústrias culturais dos países desenvolvidos, sobretudo dos Estados Unidos, a fim de garantir o acréscimo da parcela brasileira no montante de recursos circulantes na economia da cultura, e permitir políticas de inserção brasileira no circuito de alto valor da sociedade do conhecimento.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A cultura aparece nos oito anos de Governo do Presidente Lula como uma dimensão importante do seu projeto de desenvolvimento nacional construído sobre o binômio desenvolvimento e justiça social. Ao lado das metas de equilíbrio, crescimento e internacionalização econômica, figura a necessidade de reforma social, para a consolidação de um modelo de desenvolvimento mais inclusivo, em que o Estado tem papel fundamental. Diferentemente do modelo de administração neoliberal, em que o Estado provê, fundamentalmente, estabilidade econômica; acreditando no poder do mercado em assegurar o bem-estar socioeconômico; a reforma política e social posta em curso no período Lula consolida um modelo de Estado logístico. Neste, é transferida à sociedade civil a iniciativa econômica primordial, guardando para o Estado si a função de facilitar a realização de empreendimentos privados e robustecer a capacidade competitiva dos negócios do país, além de realizar obras e políticas públicas que não comprometam a competitividade global da economia e favoreçam a capacitação social.

No paradigma logístico, também se amplia a compreensão da política externa como instrumento a serviço do desenvolvimento nacional. As regras vigentes no sistema internacional não são mais aceitas como inevitáveis, como o eram durante o paradigma neoliberal: é papel do Estado assegurar sua presença soberana e ativa nas relações internacionais, a fim de consolidar sua voz nas negociações internacionais e participar dos debates acerca das regras do sistema, de modo que favoreça uma inserção externa adequada às metas do desenvolvimento nacional.

A diplomacia cultural desenvolvida de 2003 a 2010 parte dessa compreensão logística do papel do Estado nos cenários doméstico e exterior. Como instrumento da política externa, ela conjuga em suas diretrizes as percepções governamentais sobre a necessidade de reforma das bases de ação da política nacional de cultura e sobre um contexto internacional marcado pela emergência das questões culturais. Trata-se, portanto, de dois movimentos coincidentes na história nacional e mundial que favorecem o desenvolvimento da diplomacia cultural brasileira.

A base discursiva dessa diplomacia é encontrada na ideia de defesa e promoção da diversidade cultural, que consegue sintetizar as metas de desenvolvimento nacional referentes à área da cultura com uma estratégia de inserção externa coerente com a imagem que se quer do país. No plano doméstico, a política nacional de cultura é desenhada para o atendimento do maior número possível de localidades e grupos sociais, sob a perspectiva de que o acesso à

fruição e à produção de bens culturais é um direito social e humano fundamental e de que é preciso reverter um quadro histórico de discriminação que manteve o Governo afastado das minorias culturais do país. Ao mesmo tempo, a sistematização, o mapeamento e a resultante representatividade das mais diferentes manifestações culturais brasileiras no seio das institucionais governamentais de cultura é variável necessária para a manutenção da imagem internacional brasileira como uma nação multicultural, e em que convivem pacificamente indivíduos das mais diferentes origens. Nesse sentido, a defesa da diversidade cultural é um instrumento de defesa da identidade e da cultura brasileiras construídas historicamente sobre a noção de mestiçagem.

Defender a diversidade cultural como um fundamento das relações internacionais é também defender o direito de cada nação, incluindo a brasileira, de garantir dentro de seu país as medidas necessárias para a manutenção da identidade nacional e da produção de bens simbólicos que possam competir igualmente pela demanda global. A defesa da diversidade cultural torna-se um novo instrumento de reiteração da tradição pacífica e conciliadora da Nação brasileira, imagem favorável às negociações internacionais. Ademais, o discurso cultural utilizado amplamente como ferramenta de aproximação com outros povos.

Há uma preferência alegada pelo Governo brasileiro em utilizar a diplomacia cultural com seus pares da cooperação Sul-Sul e com os países menos desenvolvidos. Com os outros, a aproximação cultural é cuidadosa, e geralmente se baseia em relações culturais antigas, criadas por iniciativas de outros países, como é o caso da França e dos Estados Unidos. Também têm destaque as relações pautadas pela existência no Brasil de comunidades de outras nações, como se dá no caso da aproximação com o Japão e os países árabes. A América do Sul e a África são os espaços em que o discurso cultural mais se destaca, o que faz parte da estratégia dos Governos Lula em criar bases diferenciadas para o relacionamento com as áreas prioritárias das relações exteriores do país, buscando a construção de confiança pelos princípios de cooperação e solidariedade, a fim de consolidar posições comuns e aumentar o poder de barganha do Brasil nas negociações com outros países e regiões.

Nesse sentido, a dimensão cultural torna-se cada vez mais importante para a política externa brasileira, constituindo-se em mais um âmbito de relacionamento a ser levado em conta para a compreensão das estratégias de inserção externa do país. Outro fator a ser considerado daqui pra frente é o papel do Ministério da Cultura na formulação e execução da política cultural externa ao lado do Departamento Cultural do Itamaraty. Trata-se de uma mudança institucional significativa, cuja influência no curso das posturas internacionais do Brasil já se mostrou relevante a partir da inclusão da agenda da diversidade cultural. Sem

dúvidas o MINC se tornou um dos principais atores da diplomacia cultural do Governo Lula, e fomentou a aproximação com o Ministério das Relações Exteriores. Não obstante, é uma instituição recente na história política do país, datando de 1985, cuja importância pode voltar a ser relativizada com as mudanças de governo.

À primeira vista, o Governo Lula demonstra ter encontrado uma solução à triste tradição brasileira de políticas culturais, escapando tanto à gestão autoritária da cultura nacional quanto ao abandono do setor cultural típico da administração neoliberal. Nesse sentido, foi inovador ao ampliar a concepção de desenvolvimento nacional tradicional no Brasil, que era baseada, sobretudo, no crescimento econômico e na industrialização, passando a incluir nela a agenda de reforma social. Também inovou e ao dar maior espaço à diplomacia cultural na política externa brasileira e assumir a defesa da diversidade cultural como uma bandeira importante para a inserção e as posturas internacionais do país. Apesar da alegada intenção do Presidente Lula e de Gilberto Gil em fazer disso uma política de Estado e não de governo, essa é, certamente, uma das perguntas que fica sem resposta.

Outra das questões a serem colocadas é o quanto a diplomacia cultural contribui de fato para a aproximação com outros países, e para o reconhecimento do Brasil como um ator relevante no sistema internacional. Pode-se dizer que o discurso cultural e de defesa da diversidade simples ferramenta a serviço dos interesses econômicos, sem configurar, portanto, uma mudança significativa na história da política externa brasileira. Discordando dessa postura, procurou-se mostrar que a cultura por si só já carrega elementos transformadores e que ao se tornar elemento de debate e aproximação, objeto de políticas públicas e negociações multilaterais e mesmo em mercadoria nas indústrias culturais introduz nas relações internacionais uma dimensão social e simbólica que costuma ser desconsiderada pelos atores globais. Nesse sentido, cresce também a importância da sociedade civil, de onde parte o capital cultural sobre o qual se baseia a política externa cultural de cada país. São fenômenos contemporâneos que num primeiro olhar parecem alheios àquilo que se considera constituinte das relações internacionais. Aqui entram o estudante e o pesquisador, cuja tarefa é dar um passo além do estranhamento e se arriscar na elaboração de interpretações possíveis da realidade num mundo marcado pela incerteza.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de. Política Social no Governo Lula. **Novos Estudos**, São Paulo, n. 70, p. 7-17, nov. 2004.

AMORIM, Celso. **Política Externa do Governo Lula: os dois primeiros anos**. Rio de Janeiro: 2005. Ministério das Relações Exteriores, 2010. Artigo publicado na Análise de Conjuntura do Observatório Político Sul-Americano do Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/sala-de-imprensa/discursos-artigos-entrevistas-e-outras-comunicacoes/ministro-estado-relacoes-exteriores/artigo-publicado-na-analise-de-conjuntura-do>>. Acesso em: 21 nov. 2012.

AMORIM, Celso. Brazilian Foreign Policy under Lula. **Revista Brasileira de Política Internacional, Brasília**, edição especial, p. 214-240, dez/2010a.

AMORIM, Celso. **Discurso do Ministro Celso Amorim, na cerimônia de abertura da Conferência da América Latina e do Caribe Preparatória à Conferência de Revisão de Durban contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerâncias Correlatas**. Brasília, 17/06/2008. Ministério das Relações Exteriores, 2010b. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/sala-de-imprensa/discursos-artigos-entrevistas-e-outras-comunicacoes/ministro-estado-relacoes-exteriores>>. Acesso em: 21 nov. 2012.

AMORIM, Celso. **Discurso do Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, na cerimônia oficial de abertura do Ano do Intercâmbio Brasil-Japão**. Brasília, DF, 17/01/2008. Ministério das Relações Exteriores, 2010c. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/sala-de-imprensa/discursos-artigos-entrevistas-e-outras-comunicacoes/ministro-estado-relacoes-exteriores/324691752302-discurso-do-ministro-das-relacoes-exteriores>>. Acesso em: 21 nov. 2012.

AMORIM, Celso. **Discurso do Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, por ocasião da abertura do Seminário IBAS sobre Desenvolvimento Econômico com Equidade Social**. Rio de Janeiro, 2005. Ministério das Relações Exteriores, 2010d. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/sala-de-imprensa/discursos-artigos-entrevistas-e-outras-comunicacoes/ministro-estado-relacoes-exteriores/0304001873361-discurso-do-ministro-das-relacoes-exteriores>>>. Acesso em: 21 nov. 2012.

AMORIM, Celso. **Entrevista concedida pelo Ministro Celso Amorim, ao jornal Valor Econômico**. São Paulo, 2004. Ministério das Relações Exteriores, 2010e. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/sala-de-imprensa/discursos-artigos-entrevistas-e-outras-comunicacoes/ministro-estado-relacoes-exteriores/349454364468-entrevista-concedida-pelo-ministro-celso-amorim-ao>> Acesso em: 21 nov. 2012.

AMORIM, Celso. **Entrevista do Senhor Embaixador Celso Amorim, concedida a revista Carta Capital**. Ministério das Relações Exteriores, 2010f. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/sala-de-imprensa/discursos-artigos-entrevistas-e-outras-comunicacoes/ministro-estado-relacoes-exteriores/577818016632-entrevista-do-senhor-ministro-de-estado-das>>. Acesso em: 21 nov. 2012.

AMORIM, Celso. Integração sul-americana. **Diplomacia, Estratégia e Política**, Brasília, n. 10, p. 5-26, out/dez. 2009.

AMORIM, Celso. **Os BRICs e a Reorganização do Mundo, publicado no jornal Folha de São Paulo**. Brasília, 8 de Junho de 2008. Ministério das Relações Exteriores, 2010g. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/sala-de-imprensa/discursos-artigos-entrevistas-e-outras-comunicacoes/ministro-estado-relacoes-exteriores/86355815846-artigo-do-ministro-das-relacoes-exteriores>>. Acesso em: 21 nov. 2012.

AMORIM, Celso. **Palavras do Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, por ocasião do Dia da África**. Brasília, 5 de maio de 2007. Ministério das Relações Exteriores, 2010h. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/sala-de-imprensa/notas-a-imprensa/2003/09/18/discurso-do-ministro-das-relacoes-exteriores>>. Acesso em: 21 nov. 2012.

ARTS INDUSTRY POLICY FORUM – AIPF. **AIPF Report: Cultural Diplomacy and the National Interest: In Search of a 21st Century Perspective**. Nashville: The Curb Center at Vanderbilt, 2008. Disponível em: <http://www.vanderbilt.edu/curbcenter/files/Cultural-Diplomacy-and-the-National-Interest.pdf>>. Acesso em: 23 out. 2012.

AUGUSTIN, André Coutinho. **A farsa das leis de incentivo: o neoliberalismo e seu impacto na política cultural brasileira**. 2010. 83 f. Trabalho de Conclusão (Graduação) – Curso de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10183/29463>>. Acesso em: 25 nov. 2012.

BATISTA, Paulo Nogueira. A política externa de Collor: modernização ou retrocesso?. **Política externa**, São Paulo, v.1, n.4, p. 106-135, mar/abr/mai, 1993.

BENHAMOU, Françoise. **A Economia da Cultura**. Cotia: Ateliê Editorial, 2007.

BIBLIASPA. **Revista FIKR**. BIBLIASPA, 2012. Disponível em <<http://www.bibliaspa.com.br/revistas.jsp>>. Acesso em: 21 nov. 2012.

BRANT, Leonardo. **O Poder da Cultura**. São Paulo: Petrópolis, 2009.

BRASIL. **Decreto Nº 3959** de 10 de Outubro de 2001. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2001/D3959.htm>

BRASIL. **Decreto Nº 6.368** de 30 de Janeiro de 2008. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Decreto/D6368.htm>

BRASIL. **Decreto Nº 5.979** de 6 de Dezembro de 2006. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Decreto/D5979.htm>

BRASIL. Presidência da República. **Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado**. Brasília, 1995. Disponível em: <<http://www.bresserpereira.org.br/Documents/MARE/PlanoDiretor/planodiretor.pdf>>

BRASIL. Presidência Pro-Tempore do MERCOSUL, 2008. **MERCOSUL Social e Participativo**. Governo Federal, 2008a. Disponível em: <http://www.secretariageral.gov.br/arquivos/imagens-publicacoes/Livreto_Mercosul_final.pdf>. Último acesso em 30/11/2012.

CALABRE, Lia. Políticas Culturais no Brasil: balanço e perspectivas. In: ENCONTRO DE ESTUDOS MULTIDISCIPLINARES EM CULTURA – ENECULT, 3., 2007, Salvador, Bahia. **Anais...** Salvador: ENECULT, 2007.

CÂNDIDO, Antônio. **O Romantismo no Brasil**. São Paulo : Humanitas/FFLCH, 2002.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. Propaganda Política e Construção da Identidade Nacional Coletiva. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 16, n.31/32, p. 328-352, 1996.

CARVALHO, José Murilo de. **A Formação das Almas**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil: O Longo Caminho**. Rio de Janeiro: Zahar, 2002.

CERVO, Amado Luis. Os paradigmas das relações Brasil-Argentina no contexto da América do Sul. In: BRASIL. Presidência da República. **Reunião de Estudos: Brasil-Argentina: uma relação estratégica**. Brasília: Secretaria de Acompanhamento e Estudos Institucionais, 2006, p. 38 a 43.

CERVO, Amado Luis. **Inserção Internacional: formação dos conceitos brasileiros**. São Paulo: Saraiva, 2008.

CERVO, Amado Luis. **Política exterior e relações internacionais do Brasil: enfoque paradigmático**. **Revista Brasileira de Política Internacional**, Brasília, v. 46, n. 2, p. 5-25, jul/dez 2003.

CERVO, Amado Luis. **Relações Internacionais da América Latina: Velhos e novos paradigmas**. Brasília: FUNAG/IBRI, 2007.

CERVO, Amado Luiz. **As relações históricas entre o Brasil e a Itália: o papel da diplomacia**. Brasília; São Paulo: Editora da UnB; Instituto Italiano di Cultura, 1992.

CERVO, Amado; BUENO, Clodoaldo. **História da Política Exterior do Brasil**. Brasília: EdUnB, 2002.

CHAUÍ, Marilena. **Brasil: Mito fundador e sociedade autoritária**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.

CORRÊA, Luiz Felipe de Seixas. A Política externa de José Sarney. In: ALBUQUERQUE, J. A. G. (Org.) **Sessenta anos de política externa brasileira: 1930-1990: crescimento, modernização e política externa**. São Paulo: Cultura/Nupri-USP, 1996.

DUMONT, Juliette et FLECHET, Anais. Pelo que é nosso! Naissance et Développement de La Diplomatie Culturelle Brésilienne au XXe siècle. **Relations Internationales**, Paris, n. 137, p.61-75, 2009.

DUMONT, Juliette. **L’Institut International de Coopération Intellectuelle et le Brésil (1924-1946): le pari de la diplomatie culturelle**. Paris: Ed. de l’HEAL, 2008. (Collection “Crysalides”, n. 4).

DUNNE, Tim; KURKI, Milya; SMITH, Steve. **International Relations Theories**. Discipline and Diversity. Oxford University Press, 2008.

FALCÃO SILVA, Maria Luiza. Plano Real e Âncora Cambial. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 22, n. 3 (87), p. 3-24, jul./set. 2002.

FAUSTO, Bóris (Org.). **História Geral da Civilização Brasileira: o Brasil Republicano: sociedade e política (1930 -1964)**. São Paulo: Bertrand Brasil, 2007. Volume 10, tomo 3.

FAUSTO, Bóris. **História do Brasil**. São Paulo: Editora da Edusp, 2012.

FERREIRA, Juca. A centralidade da cultura no desenvolvimento. In: BARROSO, Aloísio Sérgio; SOUZA, Renildo (Org.). **Desenvolvimento: ideias para um projeto nacional**. São Paulo: Fundação Maurício, 2010. p. 265-278. Disponível em: <<http://www.cultura.gov.br/site/2010/12/13/acentralidade-da-cultura-no-desenvolvimento/>>. Acesso em: 21 nov. 2012.

FERREIRA, Juca. **Discurso do Ministro da Cultura interino, Juca Ferreira, na XXVI Reunião de Ministros da Cultura do Mercosul Cultural**. Buenos Aires, 12 de Junho de 2008. Ministério da Cultura, 2010b. Disponível em: <<http://www.cultura.gov.br/site/2008/06/12/discurso-do-ministro-da-cultura-interino-juca-ferreira-na-xxvi-reuniao-de-ministros-da-cultura-do-mercosul-cultural/>>. Acesso em: 21 nov. 2012.

FERREIRA, Juca. **Discurso do Ministro da Cultura, Juca Ferreira, na cerimônia de abertura do II Congresso de Cultura Ibero-Americana**. São Paulo, 30 de Setembro de 2009. Ministério da Cultura, 2010a. Disponível em: <<http://www.cultura.gov.br/site/2009/10/02/discurso-do-ministro-da-cultura-juca-ferreira-na-cerimonia-de-abertura-do-ii-congresso-de-cultura-ibero-americana-cultura-e-transformacao-social/>>. Acesso em: 21 nov. 2012.

FERREIRA, Juca. **Discurso do ministro da Cultura, Juca Ferreira, proferido no III Fórum da Aliança das Civilizações**. Rio de Janeiro, 28 de maio de 2010. Ministério da Cultura, 2010c. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/sala-de-imprensa/notas-a-imprensa/iii-forum-mundial-da-alianca-de-civilizacoes>>. Acesso em: 21 nov. 2012.

FERREIRA, Juca. **Palavras do Ministro da Cultura, Juca Ferreira, na abertura do Festival Sul-Americano da Cultura Árabe**. São Paulo, 2010. Ministério da Cultura, 2010d. Disponível em: <<http://www.cultura.gov.br/site/2010/03/26/palavras-do-ministro-da-cultura-juca-ferreira-na-abertura-do-festival-sul-americano-da-cultura-arabe/>>. Acesso em: 21 nov. 2012.

FERREIRA, Juca. **Pronunciamento do Secretário Executivo Juca Ferreira sobre Cultura, Integração e Desenvolvimento**. Buenos Aires, Argentina, 13 de setembro de 2006.

Ministério da Cultura, 2010e. Disponível em:

<<http://www.cultura.gov.br/site/2006/09/13/pronunciamento-do-secretario-executivo-juca-ferreira-sobre-cultura-integracao-e-desenvolvimento/>>. Acesso em: 21 nov. 2012.

FONSECA JÚNIOR, Gelson. Mundos diversos, argumentos afins: notas sobre aspectos doutrinários da política externa independente e do pragmatismo responsável.

In: ALBUQUERQUE, José Augusto Guilhon (Org.). **Sessenta anos de Política Externa Independente**. São Paulo: Cultura, 1996. p.381-425.

FREYRE, Gilberto. **Ordem e Progresso**. São Paulo: Global, 2004.

GARCIA, Eugenio Vargas. **O Brasil e a Liga das Nações: Vencer ou Não Perder, 1919-1926**. Porto Alegre: Editora da Universidade, 2000.

GETINO, Octavio. La cultura como capital. In: ENECULT – ENCONTRO DE ESTUDOS MULTIDISCIPLINARES EM CULTURA, 3., Salvador, 2007. **Anais...** Salvador: CULT – Centro de Estudos Multidisciplinares em Cultura (Facom –UFBA), 2007.

GIL, Gilberto. **Discurso do Ministro da Cultura, Gilberto Gil, no Seminário Cultura XXI: Cultura no Governo Lula: Uma Visão Estratégica do MinC**. Brasília, 20 de Março de 2003. Ministério da Cultura, 2010b. Disponível em:

<<http://www.cultura.gov.br/site/2003/03/19/discurso-do-ministro-gilberto-gil-no-seminario-cultura-xxi/>>. Acesso em: 21 nov. 2012.

GIL, Gilberto. **Discurso do Ministro da Cultura, Gilberto Gil, durante palestra no Instituto Rio Branco**. Brasília, 25 de Março de 2008. Ministério da Cultura, 2010.

Disponível em: <<http://www.cultura.gov.br/site/2008/03/25/discurso-do-ministro-da-cultura-gilberto-gil-durante-palestra-no-instituto-rio-branco/>>. Acesso em: 21 nov. 2012.

GIL, Gilberto. **Discurso do Ministro da Cultura, Gilberto Gil, na cerimônia de anúncio da instalação do Conselho Nacional de Política Cultural**. Brasília, 19 de Dezembro de 2007. Ministério da Cultura, 2010a. Disponível em

<<http://www.cultura.gov.br/site/2007/12/19/discurso-do-ministro-gilberto-gil-na-cerimonia-de-anuncio-da-instalacao-do-conselho-nacional-de-politica-cultural/>>. Acesso em: 21 nov. 2012.

GIL, Gilberto. **Discurso do Ministro da Cultura, Gilberto Gil, por ocasião da conferência sobre Música e Economia da Cultura**. Recife, 10 de Fevereiro de 2007. Ministério da

Cultura, 2010c. Disponível em: <<http://www.cultura.gov.br/site/2007/02/10/discurso-do-ministro-da-cultura-gilberto-gil-por-ocasio-da-conferencia-sobre-musica-e-economia-da-cultura/>>. Acesso em: 21 nov. 2012.

GIL, Gilberto. **Discurso do ministro da Cultura, Gilberto Gil, sobre o tema Diversidade Cultural, em Missão Oficial à Colômbia**. 28 de outubro de 2007. Ministério da Cultura,

2010d. Disponível em: <<http://www.cultura.gov.br/site/wp-content/uploads/2008/02/discurso-do-ministro-na-colombia-sobre-diversidade-cultural-28-10-07.pdf>>. Acesso em: 21 nov. 2012.

GIL, Gilberto. **Pronunciamento do Ministro da Cultura, Gilberto Gil, na abertura da 1ª Conferência Nacional de Cultura**. Brasília, 13 de Dezembro de 2005. Ministério da Cultura, 2010e. Disponível em: <<http://www.cultura.gov.br/site/2005/12/12/pronunciamento-do-ministro-gilberto-gil-na-abertura-da-1%C2%AA-conferencia-nacional-de-cultura/>>. Acesso em: 21 nov. 2012.

GIL, Gilberto. **Pronunciamento do ministro Gilberto Gil no lançamento da Série DOCTV Ibero-América**. São Paulo, 2007. Ministério da Cultura, 2010f. Disponível em: <<http://www.cultura.gov.br/site/2007/08/29/pronunciamento-do-ministro-gilberto-gil-no-lancamento-da-serie-doctv-ibero-america/>>. Acesso em: 21 nov. 2012.

GONÇALVES, Williams da Silva; SILVA, José Luiz Werneck da. **Relações Exteriores do Brasil I (1808-1930): A política externa do sistema agroexportador**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2006.

HIRST, Monica; PINHEIRO, Letícia. A política externa do Brasil em dois tempos. **Revista Brasileira de Política Internacional**. Brasília, ano 38, n. 1, p. 5-23, jan/jul 1995.

HUNTINGTON, Samuel. The clash of civilizations?. **Foreign Affairs**, n.72, p. 22-49, 1993.

LAFER, Celso. **A identidade internacional do Brasil e a política externa brasileira: passado, presente e futuro**. São Paulo: Perspectiva, 2004.

LAFER, Celso. Novas dimensões da política externa brasileira. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**: ANPOCS, São Paulo, n. 3, p. 73-82, out. 1987. Disponível em <http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_03/rbcs03_05.htm>. Acesso em: 21 nov. 2012.

LAPLANTINE, François. **Aprender Antropologia**. São Paulo: Brasiliense, 2003.

LARAIA, Roque de Barros. **Cultura: um conceito antropológico**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2009.

LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, Enxada e Voto**. Rio de Janeiro: Forense, 1993.

LESSA, Antônio Carlos. O ensino das Relações Internacionais do Brasil. In: SARAIVA, José Flávio Sombra; CERVO, Amado. **O Crescimento das Relações Internacionais no Brasil**. Brasília: Ibri, 2005. Cap. 1, p. 33-50.

LESSA, Mônica L.; SUPPO, Hugo R. O estudo da dimensão cultural nas relações internacionais. In: GONÇALVES, Williams da Silva; LESSA, Mônica L. (Org.). **História das Relações Internacionais: Teoria e Processos**. Rio de Janeiro: Ed.UERJ, 2007.

LIMA, Maria Regina Soares. Aspiração internacional e política externa. **Revista Brasileira de Comércio Exterior**, Rio de Janeiro, v. 82, p. 4-19, jan./mar, 2005. Disponível em: <<http://pt.scribd.com/doc/13299037/Maria-Regina-Soares-de-Lima-ASPIRACAO-INTERNACIONAL-E-POL-EXTERNA>>. Acesso em: 21 nov. 2012.

LIMA, Maria Regina Soares. Ejes analíticos y conflictos de paradigmas en la política exterior brasileña. **América Latina/Internacional**, Buenos Aires, v. 1, n 2, jun/set 1994.

LIPOVETSKY, Gilles. **Metamorfoses da cultura liberal: ética, mídia e empresa**. Porto Alegre: Sulina, 2002.

LIPOVETSKY, Gilles; SERROY, Jean. **A cultura-mundo: respostas a uma sociedade desorientada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

LIVANELI, Omer Zülfü. Our Creative Differences: Learning to Live Together Through Arts and Languages. In: UNIVERSAL FORUM OF CULTURES, 2004, Barcelona. **New Ignorances, New Literacies: Learning to Live Together in a Globalizing World**. Barcelona: Unesco, 2004. v. 1, p. 88-91. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001395/139524e.pdf>>. Acesso em: 25 nov. 2012.

MINC. Ministério da Cultura do Brasil. **Comissão Interamericana de Cultura: CIC-OEA revisa resultados da IV Reunião Ministerial de Cultura durante encontro nos EUA**. Ministério da Cultura, 2009. Disponível em: <<http://www.cultura.gov.br/site/2009/02/19/iv-reuniao-ministerial-de-cultura/>>. Último acesso em 21/11/2012.

MINC. Ministério da Cultura do Brasil. **Programa Cultural para o Desenvolvimento do Brasil**. Brasília – DF, Novembro de 2006. Disponível em: <http://www.cultura.gov.br/upload/programa%20cultural%20para%20desenvolvimento%20do%20brasil_1174326644.pdf>. Último acesso em 21/11/2012.

MRE. Ministério das Relações Exteriores do Brasil. **Balanco da Política Externa 2003/2010: 2.2.1 – África, CPLP**. Ministério das Relações Exteriores, 2010. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/temas/balanco-de-politica-externa-2003-2010/2.2.1-africa-cplp/view>>. Último acesso em 21/11/2012.

MRE. Ministério das Relações Exteriores do Brasil. **Balanco da Política Externa 2003/2010 : 8.2.1 Promoção Cultural – Eventos Culturais**. Ministério das Relações Exteriores, 2010a. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/temas/balanco-de-politica-externa-2003-2010/8.2.1-promocao-cultural-eventos-culturais/view>>. Último acesso em 21/11/2012.

MRE. Ministério das Relações Exteriores do Brasil. **Balanco da Política Externa 2003/2010: 8.2.6 Promoção Cultural – UNESCO**. Ministério das Relações Exteriores, 2010b. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/temas/balanco-de-politica-externa-2003-2010/8.2.6-promocao-cultural-unesco/view>>. Último acesso em 21/11/2012.

MRE. Ministério das Relações Exteriores do Brasil. **Declaração do Conselho de Chefes de Estado e de Governo da União de Nações Sul-Americanas (UNASUL)**. Guiana, Georgetown, 2010c. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/temas/america-do-sul-e-integracao->

regional/unasul/declaracao-da-cupula-de-georgetown-em-portugues>. Último acesso em 21/11/2012.

MOURA, Gerson. **Autonomia na Dependência**: a política externa brasileira de 1935 a 1942. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

MPOG. Ministério do Orçamento Planejamento e Gestão do Brasil. **Plano Plurianual 2004-2007**: Orientação Estratégica de Governo Um Brasil para Todos: Crescimento Sustentável, Emprego E Inclusão Social. SIGPlan, 2003. Disponível em: <http://www.sigplan.gov.br/arquivos/Download/ppa2004-2007/Portal/Anexo_I.pdf>

NOYA, Javier. **Diplomacia pública para el siglo XXI**: la gestión de la imagen exterior y la opinión pública internacional. Barcelona: Ariel, 2007.

NYE, Joseph. **O Futuro do poder**. São Paulo: Benvirá, 2012.

OLIVEIRA, Henrique Altemani. **Política externa brasileira**. São Paulo: Saraiva, 2005.

OLIVEN, Ruben George. **A parte e o todo**: a diversidade cultural no Brasil - Nação. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006.

ORTIZ, Renato. **Cultura brasileira e identidade nacional**. São Paulo: Brasiliense, 2006.

PAIXÃO, Cleiton. **PNC**: um histórico. Publicado em Cultura e Mercado, 29 de setembro de 2008. Disponível em <<http://www.culturaemercado.com.br/pontos-de-vista/plano-nacional-de-cultura-o-historico/>>. Acesso em: 19 out. 2012.

PECEQUILO, Cristina Soreanu. A política externa do Brasil no século XXI: os eixos combinados de cooperação horizontal e vertical. **Revista Brasileira de Política Internacional**, .vol.51, n.2, p. 136-156, 2008.

PINHEIRO, Leticia. Traídos pelo desejo: um ensaio sobre a teoria e a prática da política externa brasileira contemporânea. **Contexto Internacional**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 2, p. 305-335, jul/dez 2000.

PODESTÁ, Bruno. **Las dos caras de Jano**. Uruguai, Montevideo: CLAEH, 2008.

PNUD. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. Relatório do Desenvolvimento Humano 2004: liberdade cultural num mundo diversificado. Nova York, 2004.

PUTNAM, Robert D. Diplomacia e política doméstica: a lógica dos jogos de dois níveis. **Revista de Sociologia Política**, Curitiba, v. 18, n. 36, p. 147-174, jun. 2010. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/rsocp/v18n36/10.pdf>>. Acesso em: 23 out. 2012.

QUADROS, Jânio. A Nova Política Externa do Brasil. **Revista Brasileira de Política Internacional**, Rio de Janeiro, ano 4, n. 16, p. 150-156, dez. 1961.

RIBEIRO, Edgar Telles. **Diplomacia Cultural**: Seu papel na Política Externa Brasileira. Brasília: Fundação Alexandre Gusmão, 2011.

ROCHA, Everardo. **O que é etnocentrismo**. São Paulo: Brasiliense, 1994.

RUBIM, Antonio Albino Canelas. Políticas culturais no Brasil: tristes tradições. **Revista Galáxia**, São Paulo, n. 13, p. 101-113, jun. 2007.

SADER, Emir; GENTILI, Pablo (Org.). **Pós-neoliberalismo**: as políticas sociais e o Estado Democrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

SANTOS, Raquel Paz dos. Relações Brasil-Argentina: a cooperação cultural como instrumento de integração regional. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 44, p. 355-375, jul./dez. 2009.

SARAIVA, José Flávio Sombra. Construção e Desconstrução do Discurso Culturalista na Política Africana do Brasil. *Revista de Informação Legislativa*, Brasília, n. 118, p. 219-236, abr./jun. 1993. Disponível em: <http://repositorio.bce.unb.br/bitstream/10482/9130/1/ARTIGO_ConstrucaoDesconstrucaoDiscurso.pdf>

SENNA, Orlando. **Pronunciamento do secretário Orlando Senna na XII Reunião da Conferência de Autoridades Cinematográficas de Iberoamérica (CACI)**. Óbidos, Portugal, 22 de Junho de 2003. Disponível em: <<http://www.cultura.gov.br/site/2003/06/22/pronunciamento-do-secretario-orlando-senna-na-xii-reuniao-da-conferencia-de-autoridades-cinematograficas-de-iberoamerica-caci/>>. Acesso em: 21 nov. 2012.

SENNES, Ricardo. **As mudanças na política externa brasileira nos anos 1980**: uma potência média recém industrializada. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2003.

SICSUR. **Perguntas frequentes**. SICSUR, 2012. Disponível em <<http://www.sicsur.org/perguntasfrecuentes/index.php>>. Acesso em: 21 nov. 2012.

SILVA, Alberto da Costa. Diplomacia e Cultura. In: SILVA, Alberto da Costa (Org.). **O Itamaraty na Cultura Brasileira**. Rio de Janeiro: F. Alves, 2002. p. 2-38.

SILVA, Luiz Inácio Lula da. **Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na solenidade de abertura do Fórum Cultural Mundial**. São Paulo-SP, 29 de junho de 2004. Biblioteca da Presidência da República, 2012b. Disponível em: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/luiz-inacio-lula-da-silva/discursos/1o-mandato/2004/1o-semester/29-06-2004-discurso-do-presidente-da-republica-luiz-inacio-lula-da-silva-na-solenidade-de-abertura-do-forum-cultural-mundial-2013-brasil-2004/view>>. Acesso em: 21 nov. 2012.

SILVA, Luiz Inácio Lula da. **Carta ao Povo Brasileiro**. São Paulo, 22 de junho de 2002. Fundação Perseu Abramo, 2002. Disponível em <<http://www2.fpa.org.br/carta-ao-povo-brasileiro-por-luiz-inacio-lula-da-silva>>. Acesso em: 25 nov. 2012.

SILVA, Luiz Inácio Lula da. **Pronunciamento do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na sessão solene de posse no Congresso Nacional.** Brasília – DF, 01 de janeiro de 2003. Biblioteca da Presidência da República, 2012. Disponível em: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/luiz-inacio-lula-da-silva/discursos-de-posse/discorso-de-posse-1o-mandato/download>>. Acesso em: 21 nov. 2012.

SILVA, Marcelo Raimundo da. **Política externa brasileira e Políticas Culturais: A Diplomacia Cultural nos Governos de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002).** 2007. 45 f. Trabalho de Conclusão (Graduação) – Faculdade de História Direito e Serviço Social. UNESP, Franca, 2007. Disponível em: <<http://pt.scribd.com/doc/92086416/Politica-Externa-Brasileira-e-Politicas-Culturais-a-Diplomacia-Cultural-nos-Governos-de-Fernando-Henrique-Cardoso-1995-2002-Marcelo-Raimundo-da-S>> Acesso em: 12 nov. 2010.

SILVA, Marco Antônio de Meneses. Teoria Crítica em Relações Internacionais. **Contexto Internacional**, Rio de Janeiro, v. 27, n. 2, p. 249-282, jul. /dez. 2005.

SOARES, Gláucio Ary Dillon. **A democracia interrompida.** Rio de Janeiro: FGV, 2001.

SOUZA, Letícia Pumar de. Por uma ciência universal: a atuação de intelectuais brasileiros no projeto de cooperação intelectual da Liga das Nações (décadas de 1920 a 1940) In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – ANPUH, 26., 2011, São Paulo. **Anais...** São Paulo: ANPUH, 2011. Disponível em: <http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300803039_ARQUIVO_TextoANPUH-2011.pdf>. Acesso em: 21 nov. 2012.

SOUZA, Maria do Carmo Campello de. O processo político – partidário na Primeira República. In: MOTA, Carlos Guilherme (Org.). **Corpo e Alma: Brasil em Perspectiva.** São Paulo: Difel, 1984. p.162-226.

SQUIRRA, S. Sociedade do Conhecimento. In: MELO, J. M. M. de ; SATHLER, L. **Direitos à Comunicação na Sociedade da Informação.** São Bernardo do Campo: UNESP, 2005. p. 256-265.

SUPPO, Hugo R. Gilberto Freyre e a imagem do Brasil no mundo. **Cena Internacional (UnB)**, Brasília, v. 5, n.2, p. 40-58, dez/2003.

THROSBY, D. Cultural Capital. **Journal of Cultural Economics**, Cham, v. 23, n. 1-2. p. 3-12, 1999.

TOLENTINO, Celia (Org.). **Ideias e Cultura nas Relações Internacionais.** Marília: Editora Oficina Universitária, 2007.

TOTA, Antônio Pedro. **O imperialismo sedutor: a americanização no Brasil na época da Segunda Guerra.** São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

UNESCO. **Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural.** UNESCO: Paris, 1972. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001333/133369por.pdf>>. Acesso em: 21 nov. 2012.

UNESCO. **Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial**. UNESCO: Paris, 2003. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001325/132540por.pdf>>. Acesso em: 21 nov. 2012.

UNESCO. **Convenção sobre a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais**. UNESCO: Paris, 2005. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0015/001502/150224por.pdf>>. Acesso em: 21 nov. 2012.

UNESCO. **Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural**. UNESCO: Paris, 2001. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0012/001271/127160por.pdf>>. Acesso em: 21 nov. 2012.

VIANNA, Hermano. **O Mistério do Samba**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar; Ed.UFRJ, 1995.

VIGEVANI, Tulio. Novos temas nas relações internacionais: as teorias explicativas: o caso do meio ambiente. **Margem**: PUC-EDUC, São Paulo, n. 3, p. 55-73, dez. 1994.

VIGEVANI, Tulio; OLIVEIRA, Marcelo F. E CINTRA, Rodrigo. Política Externa no Período FHC: a Busca de Autonomia pela Integração. **Tempo Social**, v. 15, n. 2, p. 31-61, nov/2003. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0103-20702003000200003>>. Acesso em: 21 nov. 2012.

VIZENTINI, Paulo Fagundes. O Brasil e o Mundo: a política externa e suas fases. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v. 20, n.1, p.134-154, jan/jul 1999.

VIZENTINI, Paulo Fagundes; SILVA, André Luiz Reis da Silva. Brazil and the Economic, Political and Environmental Multilateralism: the Lula Years. **Revista Brasileira de Política Internacional**, 53 (edição especial), p. 54 – 72, 2010.

XAVIER, Sérgio. Pronunciamento do secretário Sérgio Xavier, no lançamento do programa ‘Brazil in America’, em Nova Iorque. Nova York, 25 de Janeiro de 2006. Ministério da Cultura, 2010. Disponível em: <<http://www.cultura.gov.br/site/2006/01/22/pronunciamento-do-secretario-sergio-xavier-no-lancamento-do-programa-brazil-in-america-em-nova-iorque/>>. Acesso em: 21 nov. 2012.